

PERIFÉRIAS

E FILANTROPIA

As barreiras de acesso aos recursos no Brasil



PIPA

EXPEDIENTE

INICIATIVA PIPA

✉ comunicacao@iniciativapipa.org

📧 @iniciativapipa

🐦 @iniciativapipa

🌐 iniciativapipa

🌐 www.iniciativapipa.org

PERIFERIAS E FILANTROPIA

As barreiras de acesso aos recursos no Brasil

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral:

Gelson Henrique

Coordenação da Pesquisa:

Luana Braga Batista

Consultoria de Comunicação:

Rithyele Dantas

Pesquisadores:

Agnes Aparecida Santos
Anderson Lucas da Costa Pereira
Celina Maria Muller Ferreira Pinagé
Débora Ferreira Paixão Diniz
Herika Marques Barcelos Lima
João Mario Sales da Silva
Luna Mendes dos Santos
Luana da Silva
Murillo José de Aguiar Araújo
Neidelenia Regina de Macedo Nobre
Paulo Eduardo Marques de Sousa
Samilly Maria Moreira da Silva e Silva

Analista de Dados:

Artur Mattos Pessoa
Marisa Santana

Revisão Técnica:

Gelson Henrique
Marisa Santana

DIAGRAMAÇÃO

Arthures Garcia

EQUIPE INICIATIVA PIPA

Coordenação Executiva:

Gelson Henrique

Coordenação de Pesquisa:

Luana Braga Batista

Assessoria de Pesquisa e Mobilização:

Buba Aguiar

Coordenação de Comunicação:

Carla Ninos

Assessoria de Comunicação:

Dayanne Soares

Conselho Fundador:

Ana Clara Telles
Gelson Henrique
Marcelle Decothe
Raul Santiago

PARCEIRO

INSTITUTO NU:

Diretor Presidente Instituto Nu

Guilherme Vieira

Diretora Geral Instituto Nu

Tamires Silvestre

Gerente de Projetos Instituto Nu

Marisa Santana

Analista de Projetos Instituto Nu

Jéssica Castelo

Viver é partir, voltar e repartir
Partir, voltar e repartir





INTRODUÇÃO

O QUE É A INICIATIVA PIPA?

A luta por equidade racial e de gênero, construídas por ativistas de movimentos sociais, pautam a emergência de dignidade de vida da população negra e periférica, historicamente, no país. As Irmandades religiosas negras, tais como a de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, no Rio de Janeiro, são um bom exemplo de associativismo negro para pensar em como o povo preto sempre soube administrar recursos a partir da própria resistência. Em um contexto mais atual, é possível lembrar como as favelas brasileiras foram incansáveis para pensar neste gerenciamento com pouco ou nenhum financiamento. É evidente como esses movimentos se repetem e infelizmente o quadro atual continua não sendo favorável às populações periféricas.

Sob este contexto, a Iniciativa PIPA é uma organização que visa contribuir para o ecossistema da filantropia e do investimento social privado no Brasil, a partir do olhar das periferias.

Entre os principais objetivos da PIPA está a demarcação de agência das periferias no debate sobre o investimento social e privado e filantrópico. Para isso, atualmente



a equipe da PIPA foca em diferentes frentes de pesquisas visando a construção de metodologias que reposicionam estes sujeitos ao centro de todas as etapas deste processo. A PIPA acredita que a ampliação da filantropia deve ser pensada com a participação daqueles que, até hoje, têm seu conhecimento e potência questionados e subestimados. É preciso apresentar propostas capazes de inovar este campo que atende tantos segmentos sociais, para o desenvolvimento do país. Há uma grande demanda para que a pluralidade de corpos e experiências de fato se faça presente entre aqueles que pautam o repasse de recursos, acreditando na capacidade de mobilização para a solução de uma desigualdade que não foi criada pela periferia.

É neste sentido que a **Iniciativa PIPA**, em parceria com o **Instituto Nu**, propõe a pesquisa “Periferias e Filantropia - As barreiras de acesso aos recursos no Brasil”. Para apresentar ao setor a realidade financeira e cotidiana das organizações de periferias no Brasil. Visando ser uma pesquisa que poderá auxiliar o Investimento Social Privado e a Filantropia a criar soluções que ampliem o impacto da alocação de recursos no país. Sendo uma pesquisa fundamental, não apenas para quem está recebendo recursos, como também para as empresas que buscam ampliar seu impacto e despontar no campo.

Este material não é o único a ser produzido pela Iniciativa PIPA e nem tampouco será o último, visto o trabalho de mapeamento de acesso ao financiamento por parte de centenas de coletivos, movimentos e/ou organizações brasileiras.

Nossos passos vêm de longe. Somos o resultado de muitas experiências de afirmação e resistência para consolidar um outro projeto de Brasil, um país que coloque em prática a noção de igualdade em suas mais diversas possibilidades. Há séculos, se traça estratégias de sobrevivência sob cenários de extrema precariedade e é por isso que A PIPA acredita que o momento é agora!





Conselho Fundador:

ANA CLARA TELLES: Doutora em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, com ênfase em Política Internacional. Mestre em Relações Internacionais pela mesma instituição (2015) e Especialista em Análise de Políticas Públicas pelo Instituto de Economia da UFRJ (2013).

GELSON HENRIQUE: Nascido e criado em Campo Grande na Zona Oeste, Gelson é ativista pelos Direitos Humanos há 8 anos, Cientista Social e mestrando em Políticas Públicas e Formação Humana.

MARCELLE DECOTHÉ: Marcelle é da Baixada Fluminense, educadora popular, gestora de projetos, mestre em Políticas Públicas e Direitos Humanos (PPDH/UFRJ) e analista de Gestão Estratégica Internacional também pela UFRJ.

RAULL SANTIAGO: Cria do Complexo do Alemão, produtor cultural e audiovisual, ativista pelos direitos humanos, mudanças climáticas, negritudes e vida na favela. Juntos eles coordenam o grupo de pesquisadores de todo o Brasil e as ações propostas pela PIPA em conjunto às organizações parceiras.

Manifesto à Filantropia Brasileira

Nos últimos anos, o Brasil vem enfrentando momentos turbulentos: além de ser um dos países mais afetados pela pandemia global de COVID-19, estamos lidando com uma grave crise política e econômica que afeta, sobretudo, as pessoas negras e indígenas, que vivem nas nossas favelas, periferias, nas aldeias, nos quilombos, nos assentamentos, nas regiões ribeirinhas.

Para nós, periferia é o todo, o lugar onde as populações historicamente marginalizadas resistem e produzem soluções com pouco, impactando o futuro de um país que pertence a negros, indígenas, mulheres e pessoas LGBTQIAP+.

Fomos nós, coletivos, organizações e movimentos periféricos do Brasil, quem lideramos a linha de frente para garantir que nosso povo tivesse condições mínimas



de sobrevivência. Nos últimos dois anos, nós nos articulamos para levar comida, informação e proteção às nossas famílias e comunidades, fazendo um trabalho que os governos não conseguiram ou se omitiram a fazer.

Nesse momento, foi fundamental contar com a parceria do investimento social privado e da filantropia brasileira, que chegou junto e mostrou capacidade de colaboração com as favelas e periferias do Brasil. Segundo o Censo GIFE, em 2020 foram mobilizados no país cerca de \$5,3 bilhões de reais para a sociedade civil, um resultado inédito para o setor - e, certamente, um investimento sem precedentes em coletivos, organizações e movimentos que executam o trabalho na ponta. Mas, à medida que os impactos mais graves da pandemia se dissipam, os investidores sociais privados sinalizam voltar aos antigos padrões de doação.

Em 2021, uma pesquisa preliminar conduzida pela PIPA mostrou que 90% das organizações dos coletivos, movimentos e organizações de base favelada e periférica possuem barreiras para acessar financiamento e dessas gerem menos de 5 mil reais ao ano. Nessa mesma pesquisa, 54% das iniciativas respondentes declararam que funcionam com fundos próprios da equipe. Dessas, 40% afirmam que o principal desafio da instituição é remunerar a equipe, que são as pessoas que transformam a realidade com as próprias mãos. Esse é um retrato que evidencia a precariedade e o sentido de urgência que perpassam a atuação dos coletivos, movimentos e organizações periféricas, os mesmos que contribuem para que ocorram pequenas revoluções cotidianamente em suas comunidades e territórios.





Acreditamos que para se alcançar a equidade racial e de gênero em nossa sociedade, é necessário compartilhar recursos e poder com quem cotidianamente produz impacto nos territórios mais desiguais do país. Juntos, investidores de impacto social e coletivos, movimentos e organizações de favelas e periferias podemos mudar a história do Brasil.

Escrevemos esta carta aberta a partir de nossa própria experiência, como um convite aos colegas de fundações privadas e familiares, a empresas que impulsionam o impacto social, e à comunidade de doadores individuais, a repensarem suas políticas internas de construção, priorizando a contratação de perfis negros, periféricos, LGBTQIAP+ e de mulheres para gerirem seus portfólios e estarem em cargos de gestão e direção, para tomarem a decisão sobre quem e quanto se pode investir na mudança efetiva. Além de impulsionar um modelo de doação e repasse de recursos que priorizem o fomento a iniciativas negras, periféricas e com recortes de gênero.

Se fomos nós quem garantimos que as favelas e periferias pudessem comer e se proteger durante a pandemia, imaginem a transformação política, econômica e social que conseguiremos construir se recebermos recursos sustentáveis, flexíveis e de longo prazo, para além do momento pandêmico. É preciso que os investidores sociais privados e suas múltiplas organizações e empresas finalmente vejam as favelas e periferias, a população negra, indígena, quilombola, povos do campo e da cidade, mulheres, LGBTQIAP+, não apenas como beneficiárias, mas como protagonistas da mudança.

Acreditamos que é a hora de o investimento social privado e as organizações filantrópicas revisarem suas metodologias e escopos de atuação, desburocratizando os métodos de financiamento, aprofundando as relações de confiança com coletivos, organizações e movimentos favelados e periféricos e fazendo os recursos chegarem na ponta. Se nós queremos ter no Brasil uma filantropia que faça sentido e promova impactos concretos, é preciso colocar as favelas, em especial pessoas negras, mulheres e LGBTQIAP+ e periféricas no centro das estratégias de transformação.

Nós somos as periferias que nos criaram. Estivemos à margem das cidades, dos direitos e dos recursos. Somos território, comunidade e cultura, feitos com o que os nossos tinham nas mãos. Somos a soma das diversidades que nos atravessam. Somos mulheres, negros e pobres, construindo realidades potentes, mas ainda extremamente desiguais.

Não foi pouco o que criamos. Não esperamos as condições perfeitas para começar a agir. Mas queremos e podemos mais. Sabemos o que pode ser feito quando o



“Tô ligado que os cara bota fé, mas nóiz também quer o dízimo”
Emicida, Noiz

dinheiro chega e fazemos juntos quando isso acontece. Por isso, queremos incentivar e democratizar a distribuição dos recursos, conectando a filantropia às favelas e periferias do Brasil.

Nós somos realização coletiva. Voamos e te chamamos para a ação: os recursos precisam chegar onde a realidade acontece.

Convidamos você a erguer esta PIPA conosco, buscando reunir esforços para democratizar o futuro do país fomentando nossas próximas gerações.

APOIE ESSA INICIATIVA!



Inovação social no campo da filantropia:

Nosso guia conta com referências incontornáveis quando mobilizamos o tema da distribuição de recursos. Há organizações e grupos que pautam a captação de recursos no Brasil. De toda forma, ainda é possível perceber a necessidade de uma reformulação em alguns pontos que podem massificar ainda mais o acesso às organizações filantrópicas.

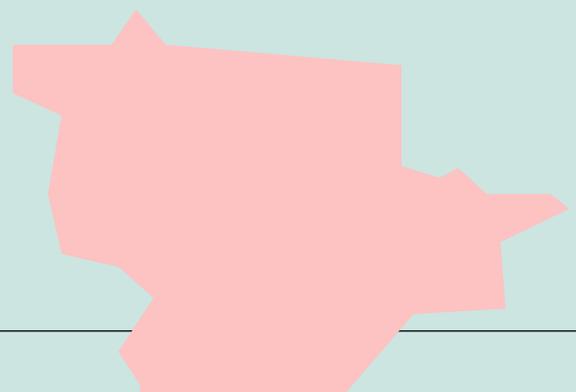
Em nosso guia de boas práticas temos o objetivo de trazer novas metodologias de atuação, não só descrevendo alguns dos problemas, como também traçar soluções capazes de, inclusive, ampliar a credibilidade das organizações neste ambiente.

Descentralização na gerência de recursos:

Sabemos que a inserção de novos debates sobre as minorias politicamente representadas auxilia na atualização de metodologias capazes de ampliar o alcance da filantropia. Nosso guia de boas práticas tem por objetivo demarcar quais pontos podem ser fundamentais para quem recebe os recursos, como também aqueles que “têm o poder da caneta”.

Acreditamos na possibilidade de consolidação no campo às fundações que aplicarem os métodos oferecidos a seguir. A troca é mútua no fazer acontecer pela filantropia brasileira, visto que não serão apenas os receptores que se beneficiarão com as boas práticas.

A descentralização perpassa inclusive quem tem o poder de decisão sobre o repasse de recursos. A demanda por uma diversidade de fato nesse sentido também é importantíssima e nos aprofundaremos nessa questão nas próximas páginas.





APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

A PIPA é uma iniciativa pensada para ajudar a democratizar o acesso ao investimento social privado no Brasil. A PIPA quer ser uma ponte efetiva de conexão entre financiadores e coletivos, movimentos e organizações de base favelada e periférica, produzindo diagnósticos, ferramentas e ações para fazer com que esses recursos cheguem nas favelas e periferias brasileiras.

A PIPA começou a ser construída em 2019, quando quatro ativistas do Rio de Janeiro, que trabalham para organizações, coletivos e movimentos favelados e periféricos, identificaram a necessidade de incidir sobre esse campo coletivamente.

No ano de 2021, a iniciativa PIPA, preocupada em entender como os recursos das instituições privadas chegavam na ponta, realizou uma pesquisa primária, com o principal objetivo de entender quais são as maiores dificuldades dos coletivos e movimentos do país em acessar recursos. Esta pesquisa foi o pontapé para preparar as bases para realizar essa grande pesquisa a ser apresentada. A metodologia utilizada



naquele momento, foi um questionário online, com perguntas abertas e fechadas, com um caráter quali/quantitativo.

Em agosto de 2022, a Iniciativa PIPA se propôs a um desafio inovador e maior para o campo da filantropia brasileira. Em parceria com o Instituto Nu, a realização de uma pesquisa acerca da descentralização dos recursos do Investimento Social Privado (ISP) para as periferias brasileiras. Buscamos compreender quais as principais dificuldades e barreiras que as iniciativas encontram para captar recursos.

Deste modo, com o apoio do Instituto Nu, foi possível realizar uma pesquisa de maior impacto e abrangência acerca da descentralização dos recursos do Investimento Social Privado (ISP). Sobretudo, no atual contexto social, político e econômico pós-pandêmico. Coletivos, Associações, Ongs, entre outros, têm relatado com frequência em suas mídias o aumento da demanda e a necessidade das pessoas: a fome, a água e a garantia de direitos humanos, que nunca saíram da pauta do dia, estão colocadas em um outdoor em cada esquina das cidades.

O setor filantrópico supre, cada vez mais, serviços e responsabilidades de valor inestimável, pois ele é capaz de apoiar quem faz todos os dias a realidade acontecer, as periferias são parceiros estratégicos para o desenvolvimento econômico e avanço da democracia e combate à desigualdade no país. Estão organizadas em iniciativas que sabem de sua importância para garantir a segurança social da população, logo, direcionar a filantropia para esses territórios, é também assumir um compromisso de responsabilidade social, para a promoção de uma sociedade mais justa e menos desigual, diante disso, a PIPA quer entender como esse trabalho tem sido feito e o dinheiro direcionado.

Analisando a realidade das periferias, percebe-se que coletivos e projetos são fundamentais para o bem viver territorial, mas alguns questionamentos surgiram: quais projetos existem? Há quanto tempo existem? Onde existem? Estão recebendo recursos? Quanto? O que mudou com a Pandemia? Quais as maiores dificuldades e desafios enfrentados para captar recursos? Como se veem no futuro? Como estão se mantendo de pé? O que desejam e podem melhorar? Qual impacto geram em seu território? Qual a idade, cor, território que essas pessoas ocupam?



Neste processo, foi possível mapear mais de 1000 ações espalhadas pelo Brasil, tabeladas no final do texto, em menos de dois meses, atravessados por um período político turbulento. Diante do cenário colocado, foram adquiridas 607 respostas de gestores que estão atuando na linha de frente nas periferias brasileiras para garantir direitos básicos, qualidade de vida e oportunidades nas comunidades.

Portanto, com base no que foi levantado e na importância que esses grupos, coletivos e intuições possuem, a PIPA quer entender qual é o atual cenário dos recursos para financiar trabalho e materiais de trabalho na ponta? Quais recursos estão chegando ou não estão chegando? Por que chega e/ou por que não chega para quem mais precisa e/ou ocupa os espaços mais periféricos, em diferentes partes do território brasileiro, seja urbano ou rural?





METODOLOGIA

Este trabalho só foi possível porque ele pode contar com uma estrutura de financiamento, capaz de contratar uma coordenação de pesquisa e montar uma equipe de doze pesquisadores periféricos das 05 regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste e de 10 Estados diferentes: São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Pará, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Goiás, Pernambuco, Bahia e Ceará.

A pesquisa “Periferias e Filantropia - As barreiras de acesso aos recursos no Brasil” se propõe a analisar e entender quais as principais barreiras e dificuldades para acessar o Recurso Social Privado, buscando assim contribuir para o debate da descentralização dos recursos privados e filantrópicos, para viabilizar as ações e os projetos daqueles que estão na ponta, deste modo, nada mais justo do que uma metodologia que se preocupe com a realidade e o contexto que está inserida.

Pensando nisso, contratamos 12 pesquisadores das 05 regiões brasileiras que tinham incidência em seus territórios e possuíam um vasto conhecimento de ações coletivas locais. Buscamos em nossas redes de articulações por jovens que atuam em movimentos



ou organizações de responsabilidade social que são reconhecidos como lideranças locais e agentes sociais capazes de articular mais pessoas e outras instituições/ organizações, promovendo assim, um maior alcance e impacto da pesquisa.

Foi priorizado o alcance e a contratação de pesquisadores para além das capitais dos Estados. A proposta da pesquisa optou pela pluralidade dos territórios, de modo a analisar e angariar, principalmente, os dados daqueles que ocupam os interiores e os espaços tidos como periféricos, por estarem distante das grandes circulações de capitais, bens, recursos e pessoas, tanto nas zonas urbanas quanto rurais. Um modo de trazer as partes que formam esse todo para dentro da PIPA. Os pesquisadores não foram um braço da PIPA em seus territórios durante a pesquisa, pelo contrário, eram partes do território que ocupam de diversas periferias negras e indígenas dentro da PIPA, contribuindo de modo descentralizado para a descentralização do recurso e do debate.

Olhar para as periferias, seja das grandes cidades ou do interior do país, é olhar para as mais diversas populações que constroem, todos os dias, muito além das riquezas materiais. E é nesse contexto que muitas das organizações da sociedade civil batalham para levar adiante seus projetos, na maior parte dos casos, com escassas fontes de recursos, uma vez que poucos são os editais públicos e/ou privados que são pensados para contemplar as periferias e suas especificidades. Assim, ter a oportunidade de refletir junto com diferentes iniciativas, a partir da vivência e experiência de cada pesquisador, acerca das barreiras enfrentadas no cotidiano da captação de recursos, foi muito valioso.

Os pesquisadores foram contratados em meados de agosto, passaram por uma formação, lhes foi apresentada a pesquisa e o questionário e, na primeira semana de setembro, começaram a rodar a pesquisa. Nos primeiros dias, um teste foi realizado com as redes mais próximas, para dimensionar com mais precisão o tempo para responder o formulário, a qualidade, segurança do link, testar abordagens e fazer ajustes necessários, de acordo com a devolutiva das iniciativas e o olhar crítico dos pesquisadores.

O acompanhamento foi realizado semanalmente de forma coletiva, o questionário ficou disponível por 40 dias, de 07 de setembro a 15 de outubro de 2022. Nesse período, foram realizadas reuniões semanais, às segundas-feiras pela tarde, era um espaço de acolhimento, troca de aprendizagem e experiências, e, sobretudo, o momento de traçar novas estratégias para avançar cada vez mais na pesquisa em cada território. Era o momento de socializar como cada pesquisador estava avançando, trocar as tecnologias sociotécnicas, entender as dificuldades encontradas e traçar coletivamente



as saídas possíveis dentro das especificidades de cada território, porque se acreditava na potência destes e na construção coletiva.

Para embasar o trabalho, foi proposto uma metodologia de análise quali e quanti para produção de dados. A proposta inicial foi a elaboração e aplicação de um formulário online, elaborado e compartilhado pelo Google Forms. O objetivo foi alcançar o maior número de organizações possíveis, tanto para o mapeamento quanto para garantir uma análise mais precisa e ampla dos dados.

A PIPA é formada por corpos periféricos, em sua maioria negros, indígenas, LGBTQIAP+, é uma equipe diversa, feminina e decolonial. A PIPA alcançou os resultados por caminhos não usuais de pesquisa, através de caminhos e portas que o campo abriu e impôs, mostrando a genialidade das periferias e criando inovação metodológica para as pesquisas no ecossistema.

No projeto de pesquisa, havia dois caminhos sugeridos para a metodologia: o primeiro, quantitativo, a partir do Survey, de aplicabilidade de questionário in loco e virtual, para uma análise dos dados em comparação com os últimos números pesquisados, respondendo as devidas questões: “O quê?”, “como?” “por que” e “quanto?”. E em segundo, a pesquisa qualitativa, com produção de dados a partir da relação com as experiências coletivas construídas pelas periferias in loco, entendendo o território a partir de quem o produz, também conhecido por experiência etnográfica. Traçando um comparativo e preenchendo as lacunas do Survey. Buscando compreender na imersão quais têm sido as maiores dificuldades das iniciativas e organizações.

Diante disso, é importante falar das dificuldades e desafios encontrados e que era ponto de discussão semanal entre os pesquisadores. A primeira delas era com relação em obter respostas para o formulário, fazer o mapeamento foi um trabalho de relatar o cotidiano para eles, já obter respostas para o formulário online, colocava alguns desafios, que foi preciso olhar com cuidado, apresentamos os dois principais.

Em face do exposto, a pesquisa qualitativa e quantitativa foi realizada juntas, de modo dialético e simultaneamente. Fazer o mapeamento e contatar as iniciativas não era a maior dificuldade. Constantemente, os pesquisadores faziam novos contatos e acionavam projetos distintos dentro do seu território; primeiro pela rede que eles já conheciam e faziam parte, depois pelas indicações da própria rede que eles estavam acionando e, por último e não menos importante, pelas indicações dos colegas



pesquisadores de demais estados e pelas redes sociais dos projetos/iniciativas. Foi nesse movimento que mais de 1000 iniciativas foram mapeadas. A maior dificuldade era, depois do primeiro contato, convencer as pessoas a reservar um tempo para responder um formulário com 52 questões online que levava cerca de 30 minutos.

Os interlocutores relataram que o período pandêmico, pós vacinação e pós lockdown colocavam as obrigações online na última agenda do dia, “visto que passaram dois anos nessa tortura”, além de priorizarem outras tarefas importantes do fazer cotidiano que naquele momento, “tinha uma na agenda do dia que não poderia ficar para depois de jeito nenhum.” compartilhou uma pesquisadora. Relataram que estavam muito ocupados com o cenário de campanha eleitoral. Muitos dos interlocutores são também ativistas sociais, e suas demandas são a luta pela sobrevivência dos projetos.

O ano de 2022, foi um ano de eleições, votaram para eleger deputados, governadores, senadores e presidente. Eleger bons candidatos, implica em garantia de direitos e continuidade de vida para esses interlocutores e seus projetos, foram eleições acirradas e muito disputadas em todo território nacional. Nas inúmeras cobranças que os pesquisadores faziam a resposta era: “espera terminar as eleições, assim que a gente ganhar vamos dar uma atenção a isso”.

Diante deste primeiro desafio, os pesquisadores começaram a mudar suas estratégias de atuação, além de abordar por mensagens em redes sociais, apresentar a pesquisa e solicitar a resposta do formulário, começaram a agendar videoconferência com alguns coletivos no mesmo dia e horário, fazer ligações por telefone e incentivar o pessoal a responder o formulário junto em tempo real. Essa estratégia ampliou o número de respostas, mas o que garantiu um maior sucesso foi o corpo a corpo, quando os pesquisadores começaram a ir aos territórios, visitar os projetos e falar com as pessoas pessoalmente. Isso fez toda a diferença.

Essa estratégia ganhou força e foi desenhada diante do segundo maior desafio: o acesso à internet dos interlocutores, principalmente na região norte do país. Os pesquisadores da região Norte, levantaram logo na primeira reunião que muitos interlocutores e iniciativas não tinham acesso à internet ou eram gestados por “mais velhos” que não sabiam manusear o formulário.

Além disso, esse impasse era uma das principais causas que deixavam esses projetos sem acesso a financiamentos e, muitas vezes, fora do mapeamento de políticas



públicas. Os pesquisadores denunciaram uma falha sistêmica no modo de pensar essa distribuição do questionário que excluía quem não exerce grande sociabilidade no ciberespaço. Porque as pesquisas são pensadas, difundidas e aplicadas por pessoas que desconhecem a realidade local. Para não cometer o mesmo erro, os pesquisadores se propuseram a um maior deslocamento dentro do território.

Desta forma, a estratégia encontrada pelos pesquisadores foi imprimir os formulários e levar o papel para preencher com seus interlocutores nas aldeias indígenas e nos quilombos, outros levaram seus tablets, celulares e respondiam offline, deixavam salvo, e quando chegavam em suas casas, com acesso à internet, passavam todas as respostas para o formulário online. Os interlocutores frisaram a importância dessa atitude e relataram o quanto era injusto os processos que os excluía, ignorando todas as outras contribuições, lutas e histórias diante do território.

Portanto, é importante saudar o trabalho desta equipe de pesquisadores do Norte que não mediram esforços para incluir todas as iniciativas de produção de realidade. Alguns andaram o dia todo de bicicleta pela cidade, para outros foi preciso pegar um barco, por duas horas, para chegar em uma determinada comunidade, passagens de ônibus, metrô e van também foram usadas para obter os resultados. Ademais, é importante frisar a importância de se construir metodologias capazes de incluir todos os corpos que produzem o bem viver e geram impacto em seus territórios.

Com isso, percebeu-se que a metodologia de pesquisa é revolucionária e inovadora para o campo, pois se pensou em outro jeito de fazer e com muito impacto. Diferente dos moldes coloniais que se aprende nos espaços acadêmicos. A pesquisa quali e quanti aconteceram juntas e não em momentos separados. Os dados eram qualificados e pensados e a pesquisa repensada, semana após semana, diante da realidade que os pesquisadores desenhavam e traziam para discussão coletiva a partir do que o próprio território colocava para eles, sobretudo no Norte e Nordeste do país, não em vão, foram as regiões que mais se destacaram e responderam o formulário da pesquisa. Quantos seriam perdidos ou excluídos, mais uma vez, por não se enquadrar nos modelos tradicionais e vigentes? Se a filantropia visa por justiça e equidade social, o quanto a pesquisa seria injusta por invisibilizar, mais uma vez, essas comunidades indígenas, quilombolas, povos de terreiro e trabalhadores da zona rural?

Essas imersões foram feitas pelos doze pesquisadores em diálogo com os gestores da pesquisa da iniciativa PIPA, em algumas localidades que foi decidido coletivamente



em reunião junto com o Instituto NU, a partir do eixo de prioridade, educação para empregabilidade, tecnologia e empreendedorismo social. A equipe da PIPA também foi a campo para conhecer alguns projetos de perto.

É importante ressaltar que a PIPA trabalhou com nichos diferentes de atuação na pesquisa, para que se pudesse fazer um comparativo de análise entre os Estados e perceber a diversidade presente entre os eixos temáticos: saúde, cultura, tecnologia, empreendedorismo, educação, comunicação, impactos socioambientais, direitos humanos etc. Para assim, chegar no ponto geral dos dados a nível nacional, garantindo suas especificidades.

Os pesquisadores, no final do mapeamento e das respostas, fizeram uma descrição densa desses articuladores, interlocutores, seus trabalhos, o impacto social que eles têm e em quais condições é realizado, quem são os usuários do serviço, coletaram depoimentos dos usuários, para que se pudesse qualificar os dados do censo, no término da pesquisa, para além da coleta do questionário.

O trabalho de campo, realizado pela gestão PIPA e pesquisadores, nas visitas in loco, iniciou no final de outubro de 2022. Todos os pesquisadores visitaram pelo menos duas ou mais iniciativas e buscou compreender de perto a realidade da mesma, para além daquilo que havia sido retratado no formulário. A equipe executiva e de comunicação da PIPA, acompanhou de perto algumas dessas visitas.

Quatro Estados foram visitados, em três regiões do país, sendo eles: Pernambuco, Bahia, Pará e Rio de Janeiro, e um total de 10 iniciativas, durante os meses de novembro e dezembro. A equipe da PIPA conheceu de perto e validou os dados previamente levantados, além disso, teve a oportunidade de olhar para especificidades e ter contato com dimensões, para além das respostas do formulário.

A principal foi o contato com os impactados e/ou usuários do trabalho prestado pelas iniciativas e seus projetos. Desde então, um novo metaverso foi colocado para o debate da filantropia brasileira, nos convidando a construir uma cosmovisão coletiva da partilha do recurso de forma mais democrática e descentralizada.

Os dados nos contam o porquê disso.



É possível
acessar o
conteúdo

[CLICANDO AQUI](#)



DA DISCRIMINAÇÃO DOS DADOS

Mãos que transformam a realidade

Como já evidenciado, os critérios e regras para a distribuição de recursos para iniciativas populares precisam ser contextualizados de acordo com a realidade nacional. Um dos grandes elementos que precisa ser reforçado é o fato de que os gestores de projetos sociais precisam, muitas vezes, trabalhar em outras áreas na medida em que a captação de recursos para a manutenção dos projetos e das necessidades individuais dos trabalhadores é escassa e não suficiente. Deste modo, o mundo das regras, editais e critérios torna-se inacessível a quem trabalha e dedica grande parte do seu dia ao trabalho e a gestão de projetos sociais, culturais, ambientais, etc.

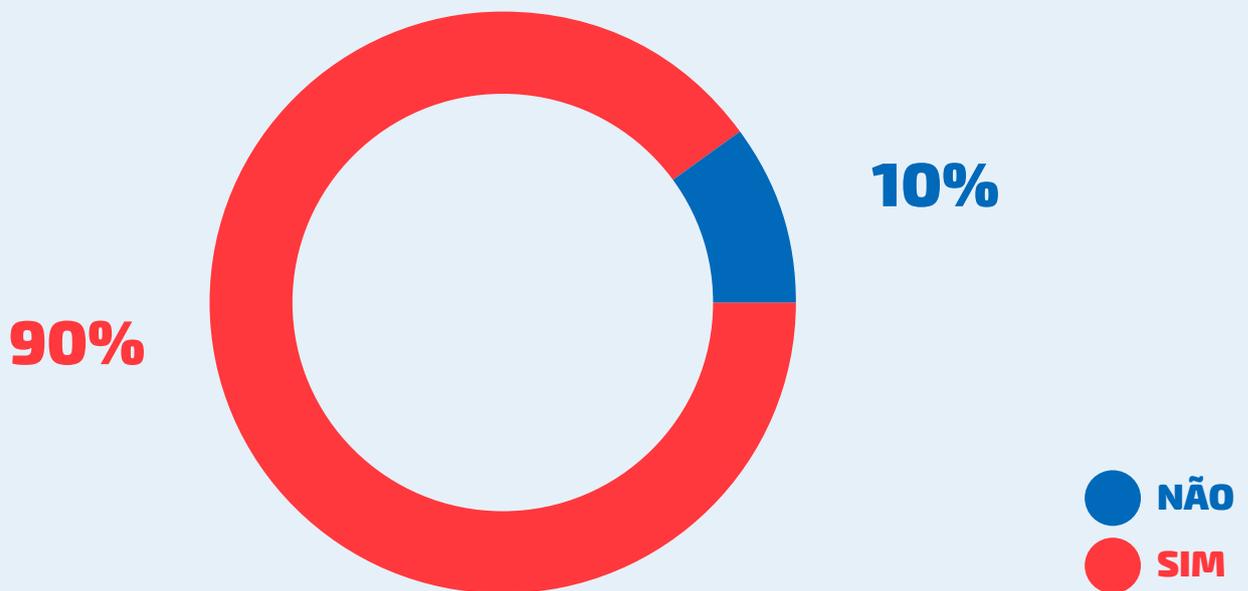
Ademais, critérios precisam ser pensados de acordo com a realidade nacional. A exigência de CNPJ, por exemplo, implica em um grau de formalidade que muitas dessas iniciativas não possuem, sobretudo, porque funcionam em formatos de redes e coletivos, formas associativas de gestão de administração de projetos sociais nas



quais a comunidade e o grupo detêm não apenas a capacidade de administração, mas os modos de autofinanciamento.

Além disso, é preciso se atentar para as localidades em que essas iniciativas se desenvolvem. De acordo com a pesquisa, 90% das iniciativas estão localizadas em áreas consideradas periféricas, funcionando assim como uma ponte, uma espécie de moderação entre comunidades e Estado. As periferias das grandes e pequenas cidades, as áreas tradicionais (sejam elas indígenas, quilombolas e ribeirinhas), enfrentam problemas bastante particulares, fazendo com que iniciativas e projetos sociais se tornem ainda mais necessários na promoção da cidadania ou acesso à direitos e a existência continuada desses projetos é vital para a promoção de equidade social.

A INICIATIVA ATUA EM REGIÃO RECONHECIDA COMO PERIFÉRICA



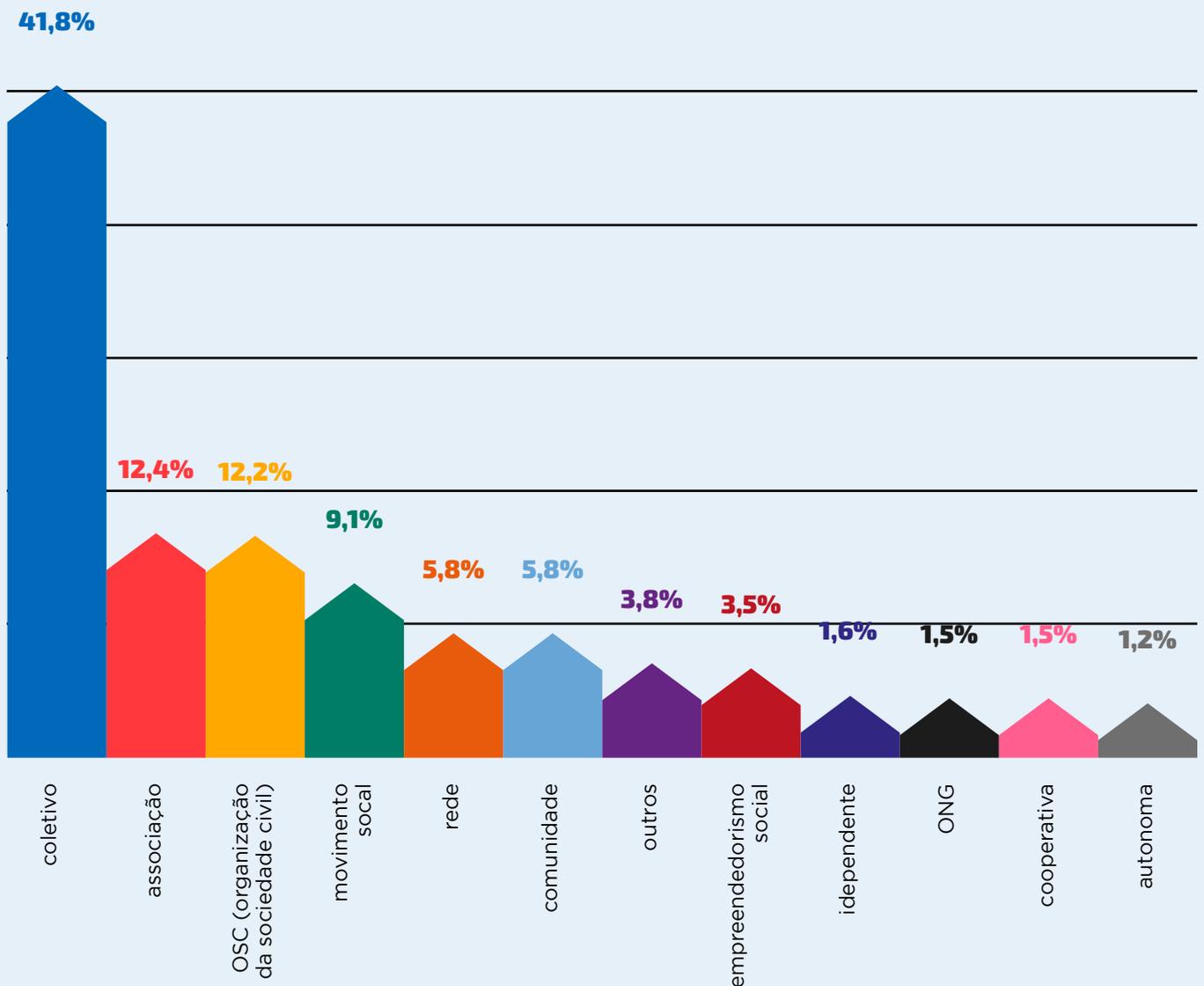
A localização das iniciativas é importante, não apenas para compreender a relação entre os projetos sociais e as demandas comunitárias, mas ainda, para mapear a rede de ações que se desenvolvem para além dos grandes centros urbanos. O dado acima demonstra uma forte atuação de iniciativas sociais em contextos periféricos, o que leva a questionar o grau de formalização e modalidade de existência dessas



atividades. Essas formas de existência, relativamente formais, indicam formas, mais ou menos, assistidas por financiamentos, com mais ou menos condições de acessar recursos e, ainda, a possibilidade de empregar mais ou menos trabalhadores para o desenvolvimento das ações.

Como é possível ver no gráfico abaixo, um grande número de ações existe por meio de formas menos burocratizadas, e por isso, menos formais do ponto de vista jurídico, o que implica, por exemplo, na existência ou não de números de CNPJ.

QUAL TIPO DE ORGANIZAÇÃO QUE VOCÊ ATUA E/OU REPRESENTA?

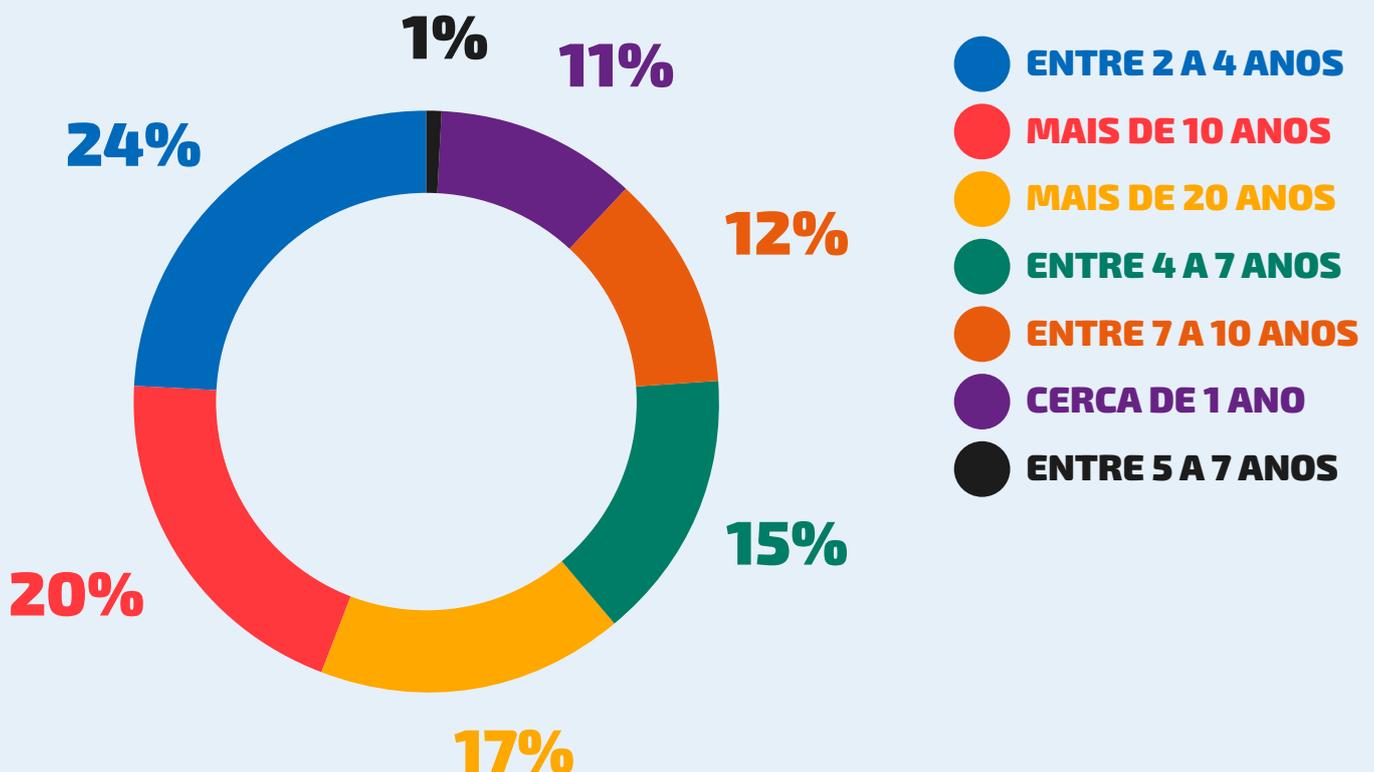




O menor grau de formalidade jurídica pode implicar em maiores problemas em acesso a financiamentos, na medida em que muitos editais exigem números de CNPJ e outras formalidades. O dado, de se ter ou não, a formalidade jurídica, contudo, não permite aferir que a modalidade de existência jurídica dos projetos são, em si, um impeditivo para acesso a financiamentos. Há inúmeras variáveis importantes nest a conta, como a capacidade produtiva dos projetos, e a quantidade de funcionários disponíveis, inscrições e competitividade para estes editais. Para além, o horizonte de expectativas destes projetos é ainda um fator importante de se prestar atenção, na medida em que implicam interesses na formalização jurídica.

Tratam-se de iniciativas que existem a um tempo considerável, sendo que 24% existe de 2 a 4 anos, 20% a mais de 10 anos e 17% a mais de 20 anos. O que indica a profunda atuação desses projetos em suas comunidades. São ainda projetos espalhados pela capital e interior, podendo existir, como é possível ver abaixo, tanto na capital quanto no interior, indicando uma sincronicidade e espalhamento geográfico das ações.

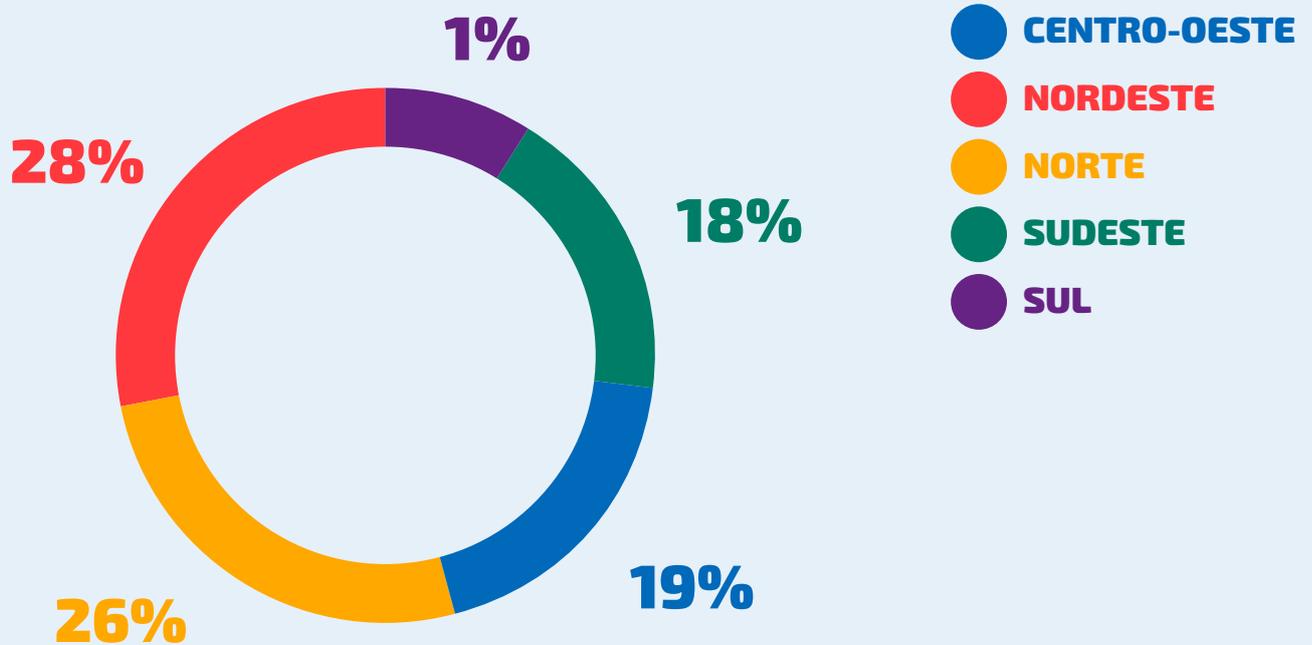
HÁ QUANTO TEMPO ESSA INICIATIVA EXISTE?





Em termos regionais, as iniciativas estão espalhadas pelas regiões da seguinte forma

EM QUAL REGIÃO BRASILEIRA É A SUA ATUAÇÃO?



Norte e Nordeste possuem, juntos, 54% da população amostral, indicando uma forte presença das iniciativas nessas localidades. Somadas às outras regiões têm-se 46% de iniciativas espalhadas entre as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O tempo de existência das atividades é uma boa forma de avaliar os modos como as iniciativas se estruturam e buscam estratégias de manutenção ao longo do tempo

De acordo com o levantamento, as iniciativas funcionam sobretudo entre 2 e 4 anos (24%) e mais de 10 anos (20%). Os dados indicam a uma existência sustentada ao longo dos anos, o que permite indagar sobre modalidades de autofinanciamento e estratégias de manutenção das necessidades financeiras dos projetos. Uma vez que

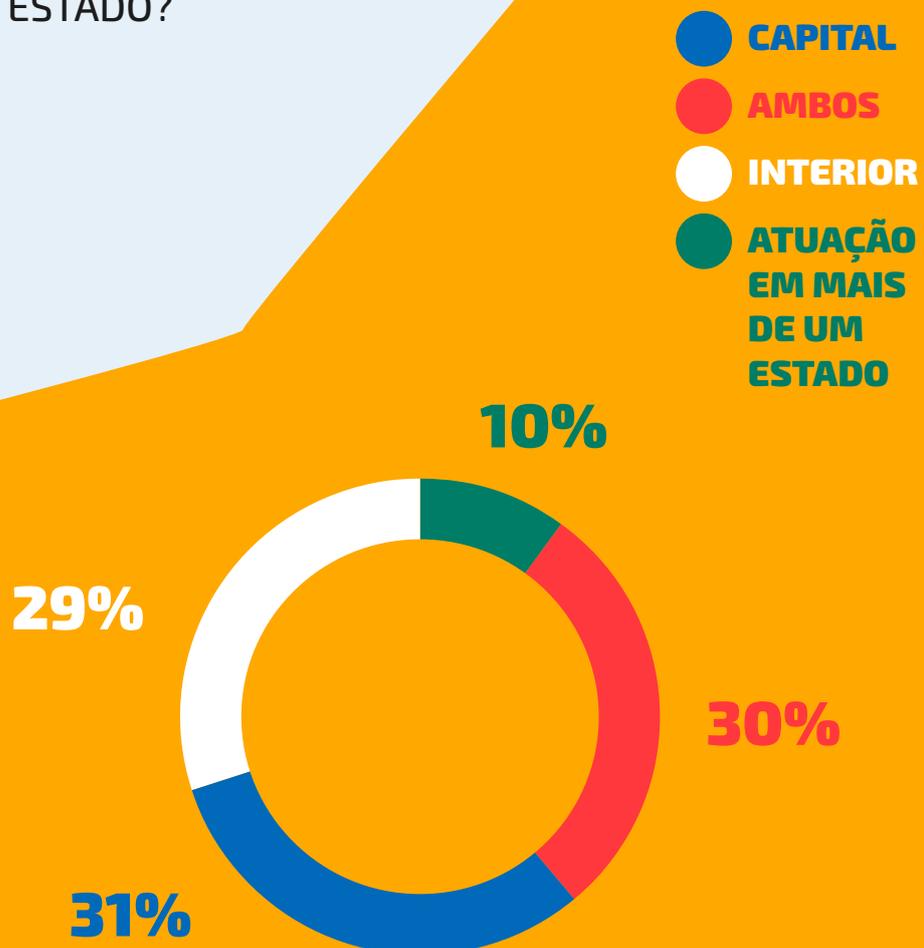


não possuem acesso aos modos formais e tradicionais de financiamento, é interessante pensar como as iniciativas arrecadam dinheiro para a manutenção de suas atividades e, se caso acessam à editais, seria interessante pensar nas condições de acesso.

Um primeiro perfilamento da disposição das iniciativas por região foi apresentado anteriormente. Agora cabe olhar para as cidades em que há mais atuação dos projetos.

São cidades localizadas nas regiões norte e nordeste e dão força aos dados apresentados anteriormente a respeito do protagonismo destas regiões no quadro nacional de atuação das iniciativas. No que se refere a localização das iniciativas a partir do importante binômio na condução das políticas públicas capital x interior, tem-se o seguinte cenário:

O TRABALHO ATINGE A CAPITAL OU O INTERIOR DO ESTADO?

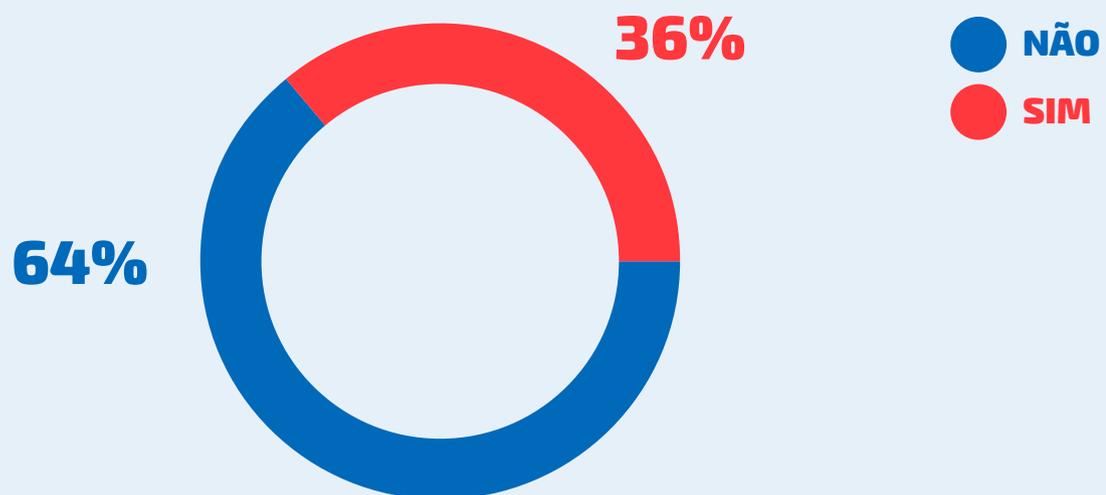




51% dessas ações estão localizadas nas zonas urbanas enquanto 31% se desenvolvem nas áreas rurais. Aprofundando esse processo de perfilhação e caracterização do perfil das iniciativas mapeadas, é importante retomar o fato de que 90% dos projetos são desenvolvidos em localidades consideradas periféricas, uma vez que se buscou por esses dados nesses espaços. Trata-se de um valor expressivo que é quase a totalidade da amostra, indicando assim, a importância dessas organizações para as comunidades diante da “ausência” de políticas públicas.

As iniciativas aqui apresentadas estão atuando na ponta dos problemas sociais, e que, portanto, devem necessitar de financiamentos mais robustos e duradouros. Por periferias, entende-se no contexto deste relatório as favelas, os sertões, a zona rural e os territórios indígenas, ribeirinhos e quilombolas, ou seja, localidades não apenas afastadas dos grandes centros, geograficamente, mas também em termos de acesso a rede daquilo que o Estado define como bvs de cultura (Museus, Cinemas, Bibliotecas) disponíveis nos grandes centros.

SEU PROJETO FAZ PARTE OU ATUA EM TERRITÓRIO DE POVOS TRADICIONAIS

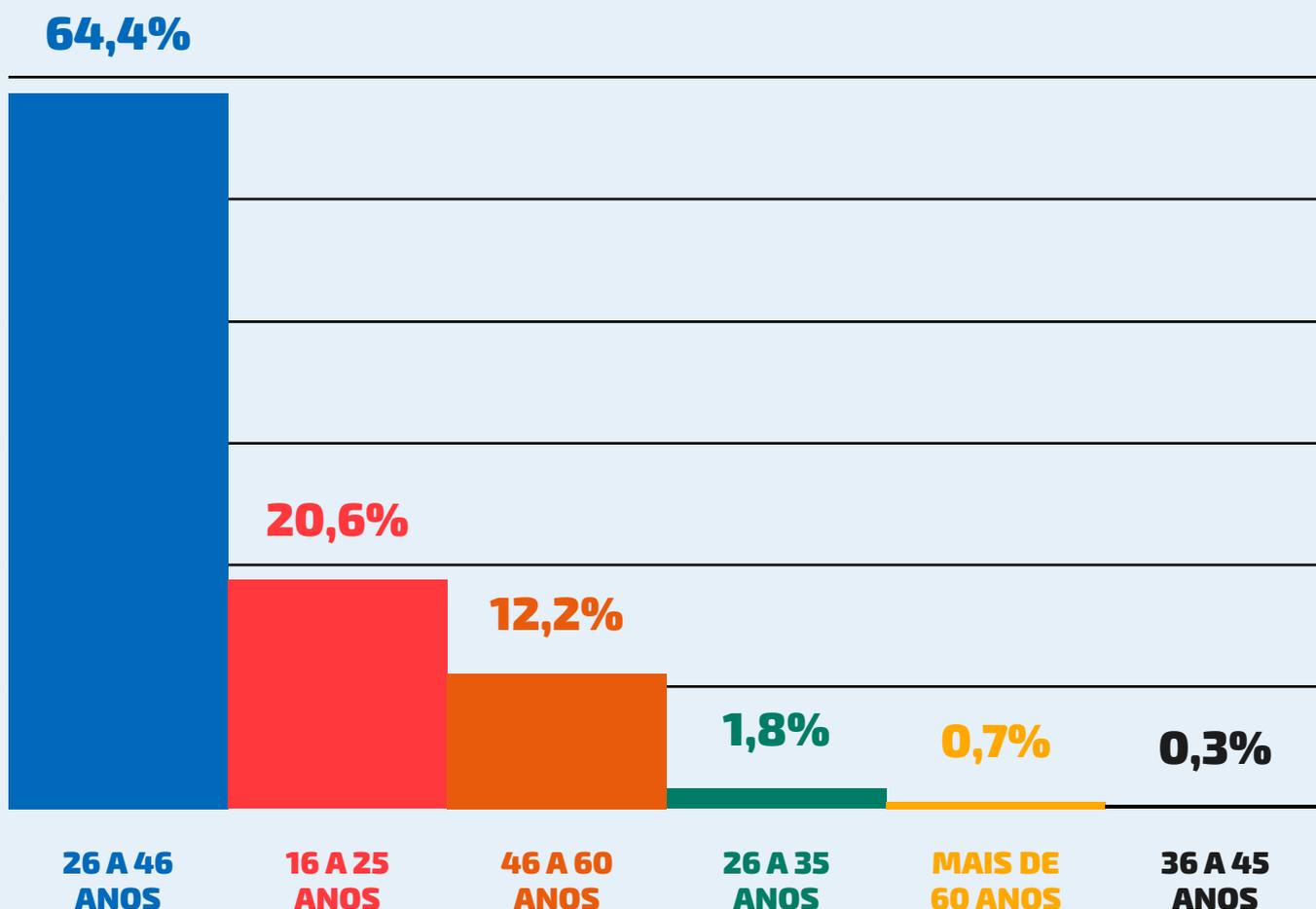


Um outro dado importante é a presença de iniciativas em territórios considerados tradicionais. Abarcado na descrição dada acima de periferia, é preciso discriminar os dados dos territórios tradicionais de modo a produzir um desenho da presença de iniciativas nesses espaços. Desse resultado desenha-se não apenas uma compreensão das modalidades de atuação para com populações residentes nos territórios tradicionais, bem como a extensão de suas ações e desafios.



É preciso compreender, ainda, como as iniciativas e grupos são compostos. O perfil dos membros é um fator importante para a compreensão das iniciativas, assim como dados sensíveis à análise (raça, gênero e classe), na medida em que se compreende a demografia mesma dos grupos. São sobretudo pessoas de 16 a 45 anos que compõem essas iniciativas.

QUAL A FAIXA ETÁRIA DA MAIORIA DAS PESSOAS QUE ATUAM NO PROJETO/ORGANIZAÇÃO?

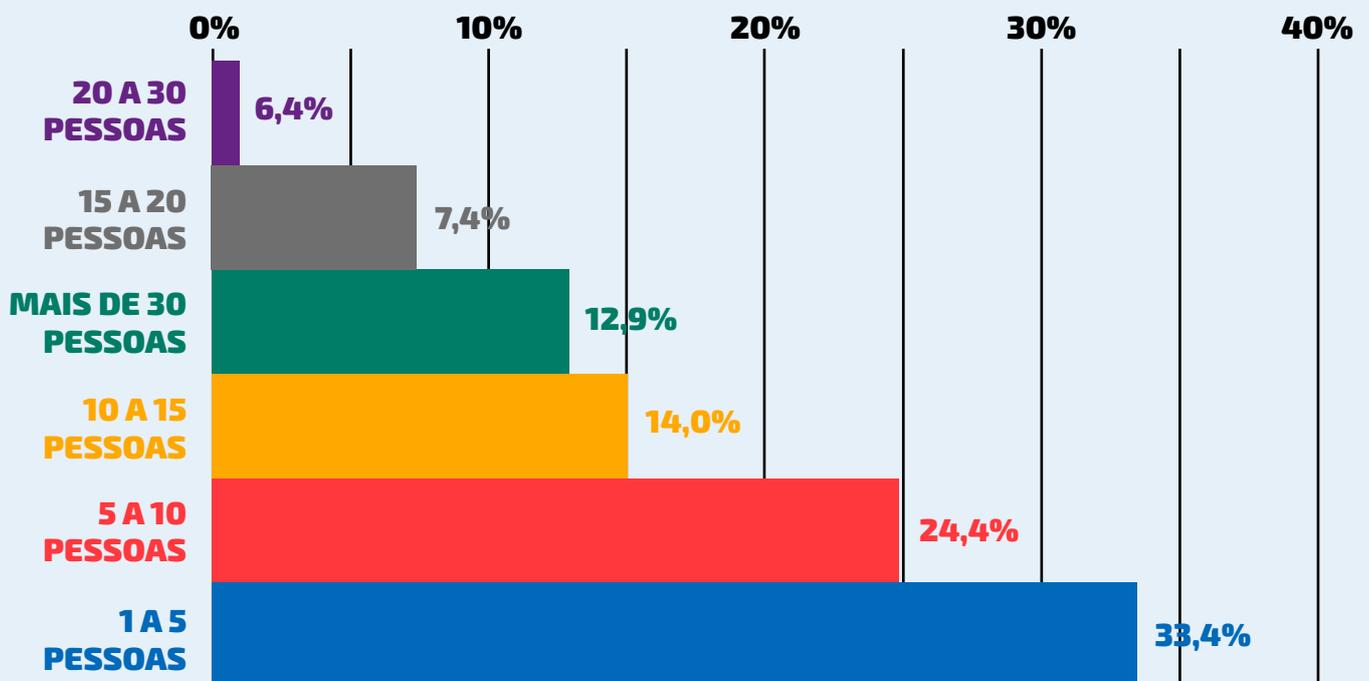


Ainda, como demonstrou a pesquisa, cerca de 25% das iniciativas são desenvolvidas e compostas de 5 a 10 membros. Mas, ainda, cerca de 34% das iniciativas possuem de 1 a 5 membros no desenvolvimento dos projetos. Aproximadamente, 15% das iniciativas contam com 10 a 15 pessoas e 13% com mais de 30 membros. Esse é um dado crucial porque situa essas iniciativas no campo das condições de desenvolvimento: quase 60% das iniciativas pesquisadas não possuem mais de 10 membros na



organização e gestão da organização e dos projetos, o que indicaria uma provável falta de responsáveis para lidar com a tarefa burocrática da captação de recursos e fortalecimento institucional, mas esse dado agrava, ainda mais, quando se entende a relação que ele possui com as condições de trabalho e o que esses interlocutores precisam fazer para manter o projeto ativo e impactar mais que o triplo de pessoas que atuam na linha de frente da organização.

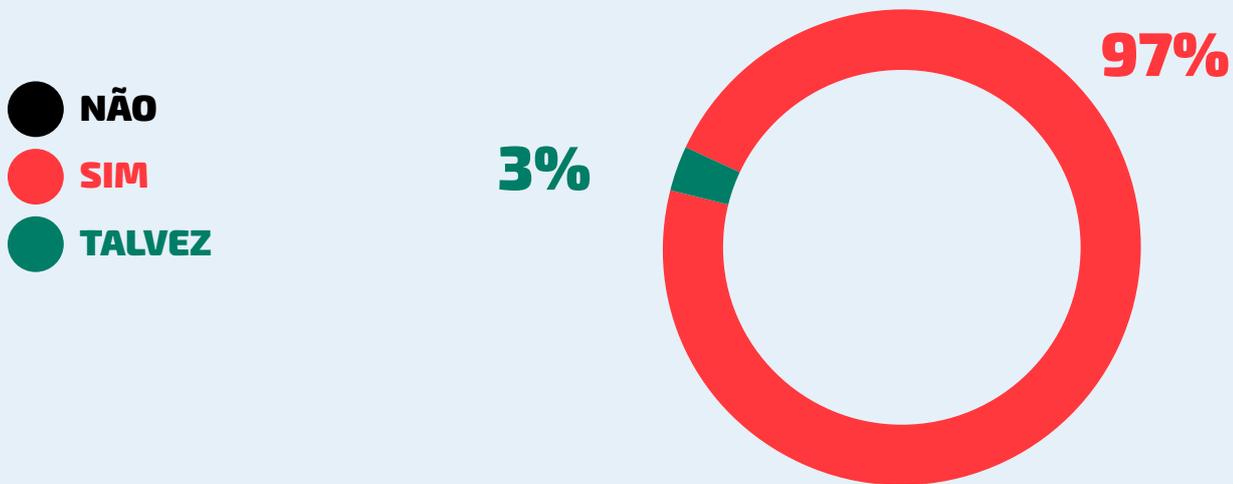
QUANTAS PESSOAS ATUAM NA ORGANIZAÇÃO?



Ainda sobre a capilaridade dos projetos, a pesquisa indicou que quase a totalidade dos entrevistados dizem acreditar que seus projetos ajudam e oferecem qualidade de vida às comunidades, ou seja, esses projetos oferecem serviços demandados pelos grupos aos quais atendem. O dado indica, mais uma vez, que estas iniciativas, apesar da falta de pessoal e das inúmeras prioridades com as quais funcionam, conseguem ainda oferecer serviços importantes para os grupos atendidos, tornando-se assim fundamentais na promoção da cidadania.

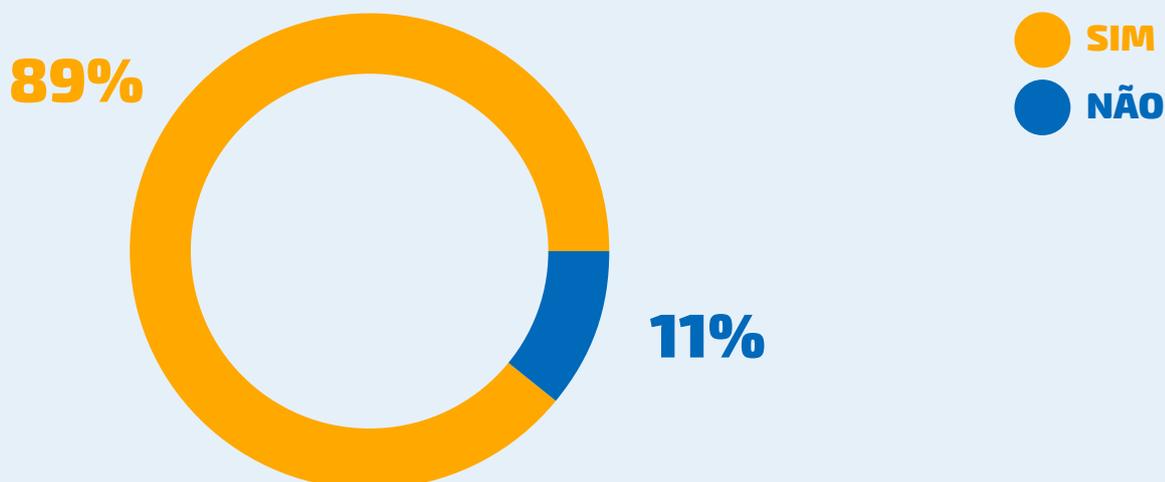


VOCÊ ACREDITA QUE SEU PROJETO AJUDA A GERAR QUALIDADE DE VIDA PARA A COMUNIDADE



A ausência de pessoas responsáveis apenas pela captação de recursos impacta diretamente a gestão cotidiana do projeto, pois indica que cada membro realiza mais de uma função no grupo e pode indicar, ainda, que possuem trabalhos externos às iniciativas das quais participam. Se os membros do projeto não podem dedicar-se integralmente às atividades do projeto, conseqüentemente, algumas atividades serão não apenas comprometidas, como também indica que os membros fazem jornadas duplas ou triplas, no caso das mulheres. Quais são as justificativas para que editais sejam, em sua formalidade e extensão, lidos e compreendidos por membros que se desdobram entre muitas atividades e operações?

A EQUIPE GESTORA DA ORGANIZAÇÃO TAMBÉM TRABALHA EM OUTROS LUGARES OU FRENTES?





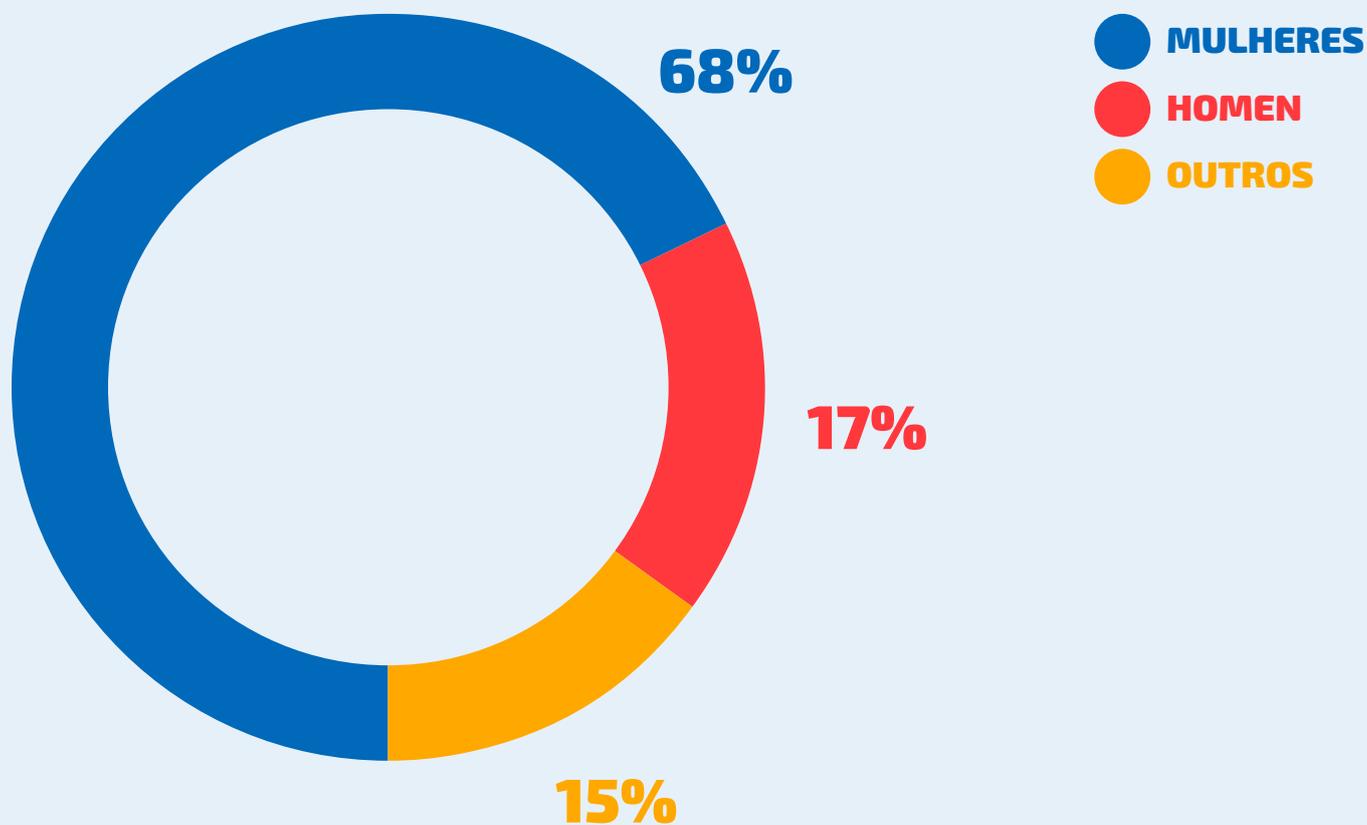
Expostos a tamanhas dificuldades de pessoas, os grupos precisam organizar as tarefas práticas e burocráticas da gestão, utilizando os funcionários e membros que possuem, sobrecarregando alguns em detrimento de outros. Por isso, é importante olhar para o dado acima, pois ilustra as estratégias de organização e distribuição do trabalho desenvolvidas pelas iniciativas pesquisadas, indicando que uma pessoa ocupa, simultaneamente, duas ou mais funções. Há clareza apenas nas funções de chefia e altos cargos de gestão, como coordenação e presidência, por uma questão burocrática, mas na agenda do dia todo mundo faz um pouco de tudo.

A pesquisa, preocupada em compreender os processos cotidianos de gestão de projetos e as formas como grupos sobrevivem mesmo sem acesso aos bens filantrópicos, perguntou aos entrevistados como eles se identificam, pois, para além de compreender a quantidade disponível de membros na gestão e administração dos projetos, é fundamental que se compreenda a composição racial e de gênero dos coletivos.

Deste modo, descobriu-se que os trabalhadores da linha de frente de projetos no país são sobretudo mulheres (68%), enquanto os homens (17%) compõem o segundo maior grupo, seguido por outros. Importante frisar que esse dado tende a aumentar, visto que a pergunta era referente a gênero, com opção de outros que foi preenchido e denominado por paritários e LGBTQIAP+, as iniciativas quiseram frisar também o marcador da sexualidade daqueles que estão na linha de frente dos projetos e da resistência cotidiana. Pensando em gênero, as mulheres também estão em sua composição de diversidade, se somados aos 68%, teria-se um número ainda maior de mulheres na linha de frente de das ações de transformação social do país, pois elas também estão presentes na categoria de outros.



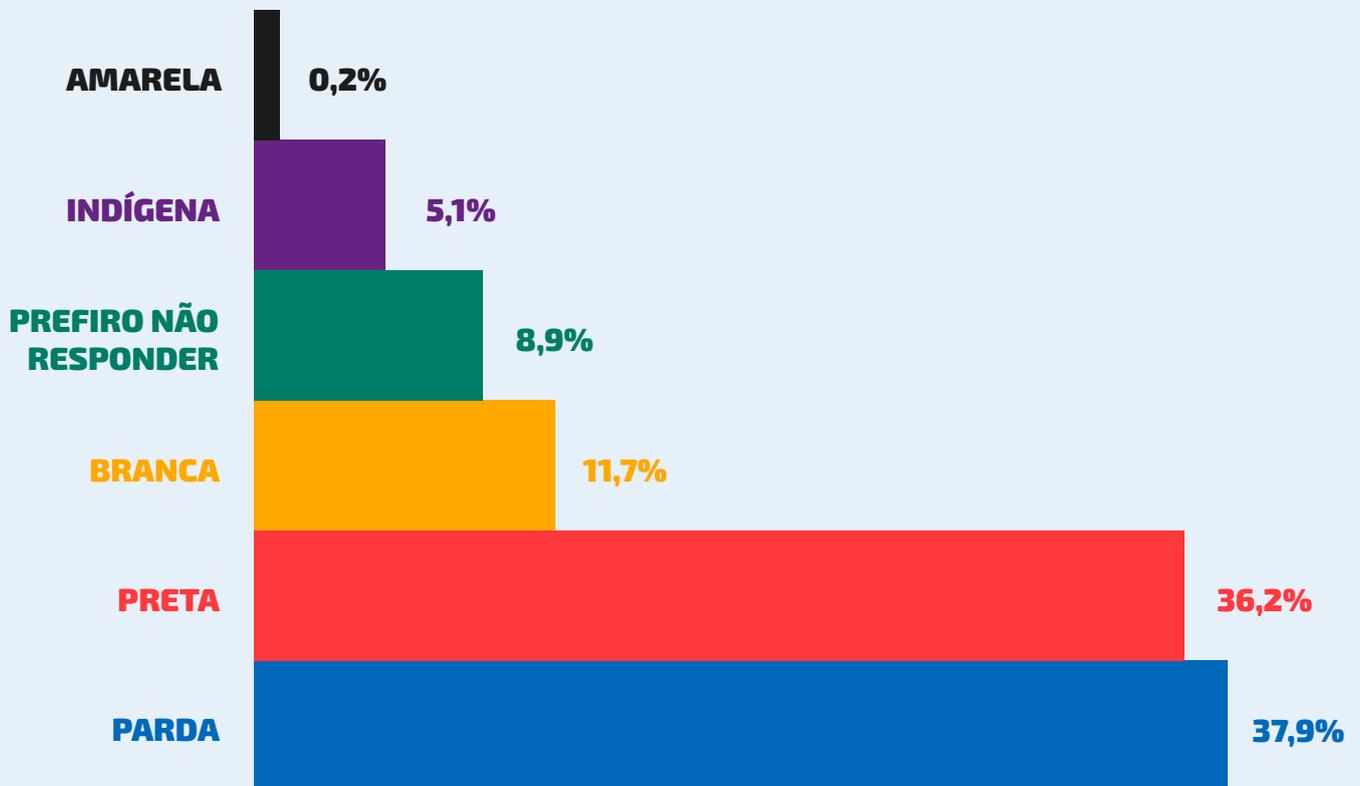
COMO SE IDENTIFICAM A MAIORIA DAS PESSOAS QUE FAZEM A GESTÃO DO PROJETO/ORGANIZAÇÃO?



Importante ressaltar que, aqueles que responderam outros, todos eles tinham participação de mulheres em suas descrições. Os Outros, se denominavam como diversos e/ou paritários se reconhecendo dentro de suas classificações de gênero. Dessas, 74% se declararam como negras (somando pretos e pardos), o que demonstra a existência de uma rede negra de coletivos e ações formadas por mulheres, sobretudo jovens.



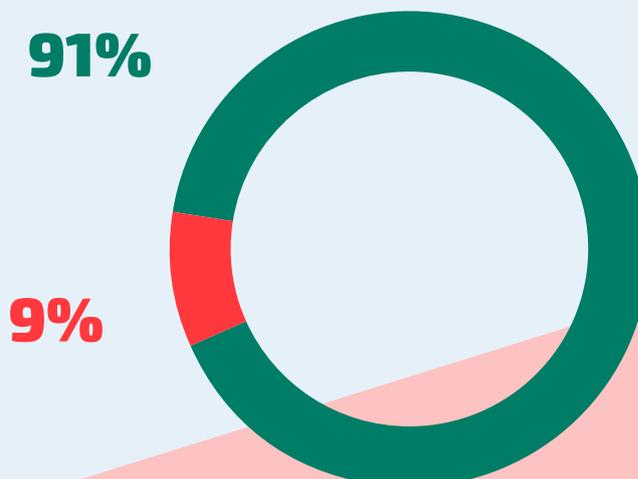
QUAL A COR/RAÇA DA MAIORIA DAS PESSOAS QUE ATUAM NO PROJETO?





Mas, os projetos não se encerram apenas nas atividades que oferecem. 91% disse acreditar que as iniciativas desenvolvidas alavancam a economia local, demonstrando assim a alta conectividade entre o setor econômico. As iniciativas locais demandam serviços que podem ser sanados pelos empreendimentos locais, como comida, objetos e artigos necessários para o desenvolvimento das atividades oferecidas, criando uma rede de geração de demandas e produção de lucro nas comunidades. Assim, é possível ainda afirmar que as iniciativas mapeadas podem ser compreendidas também como uma modalidade de potencializador econômico.

VOCÊ ACREDITA QUE SEU PROJETO IMPACTA A ECONOMIA LOCAL?





Se mulheres são as principais da linha de frente na gestão e administração de projetos culturais no país e se, como demonstrado, muitas vezes os membros do projeto possuem atividades exteriores às iniciativas como fonte de renda pessoal, é possível afirmar que as mulheres estão suportando jornadas triplas de trabalho, seja nas ocupações exteriores, no projeto e no cuidado da casa. As dinâmicas de gênero, uma vez mais, empurram as mulheres à condição de exaustão, mas elas são as maiores responsáveis pela promoção de garantia de direitos básicos e busca de bem viver de acordo com a pesquisa. É importante perceber, por conta desses motivos, a dificuldade das pessoas em interpretar chamadas, produzir portfólios e utilizar editais para acesso à verbas públicas e de instituições de investimento social privado. Elas estão muito ocupadas produzindo a vida e garantindo a sobrevivência dos seus.

Se considerar a realidade do interior, é ainda um obstáculo informações e promoções desse tipo de possibilidade de financiamento, na medida em que esses editais não são massivamente divulgados. É necessário, assim, refletir sobre, não apenas, novas modalidades de acesso a financiamentos, como também as modalidades de divulgação.

Um exemplo nessa direção seria a exigência de portfólios e material documentado das atividades desenvolvidas. Percebe-se que a grande maioria das iniciativas atuam por considerável período de tempo, e contudo, possuem de 1 a 10 funcionários. É possível imaginar que esses funcionários façam atividades para além dos projetos que gerem, na medida em que os recursos, muitas vezes, não são acessados. A pesquisa mostrou que são as mulheres que habitam a linha de frente das iniciativas e, ainda, são as mulheres negras, massivamente, que ocupam as posições centrais do desenvolvimento de projetos, cerca de 74%. Sabe-se que elas são a maioria, logo, pode-se deduzir que dentro do amostral de 12% dos projetos, que preferiram não responder essa questão, também têm mulheres negras envolvidas nas relações de trabalho, logo, entende-se que $74+12 =$ cerca de 80% ou mais, dessas iniciativas, são protagonizadas por mulheres negras. Se 90% da amostragem é de iniciativas periféricas, e 80% de mulheres negras, pode-se afirmar e entender que quando se fala de periferias, está se falando sobre mulheres negras.

Daí a pergunta: como seriam as condições de acesso ao financiamento privado e filantrópico no Brasil, para esse grupo de pessoas acima descrito, que possuem



inúmeras vulnerabilidades e que, ainda assim, organizam e fundam coletivos de ação social. A exigência de portfólios e materiais que possam comprovar a existência desses projetos é uma importante ferramenta de redução de fraudes e de geração de legitimidade ao financiamento, mas precisa, urgentemente, ser contextualizada e atualizada, pois, como se viu, é insustentável a exigência de requisitos que reforçam uma lógica excludente e racista. É limar, mais uma vez, uma série de pessoas a terem acesso à garantia de direitos básicos.

Se esses coletivos, que operam com tão poucos membros e que são geridos por mulheres negras, não possuem condições de acesso ao financiamento para a execução plena dos seus projetos, é a própria lógica pautada na desigualdade racial quem exclui e marginaliza, ainda mais, sujeitos e ações desenvolvidas em áreas já marginalizadas.

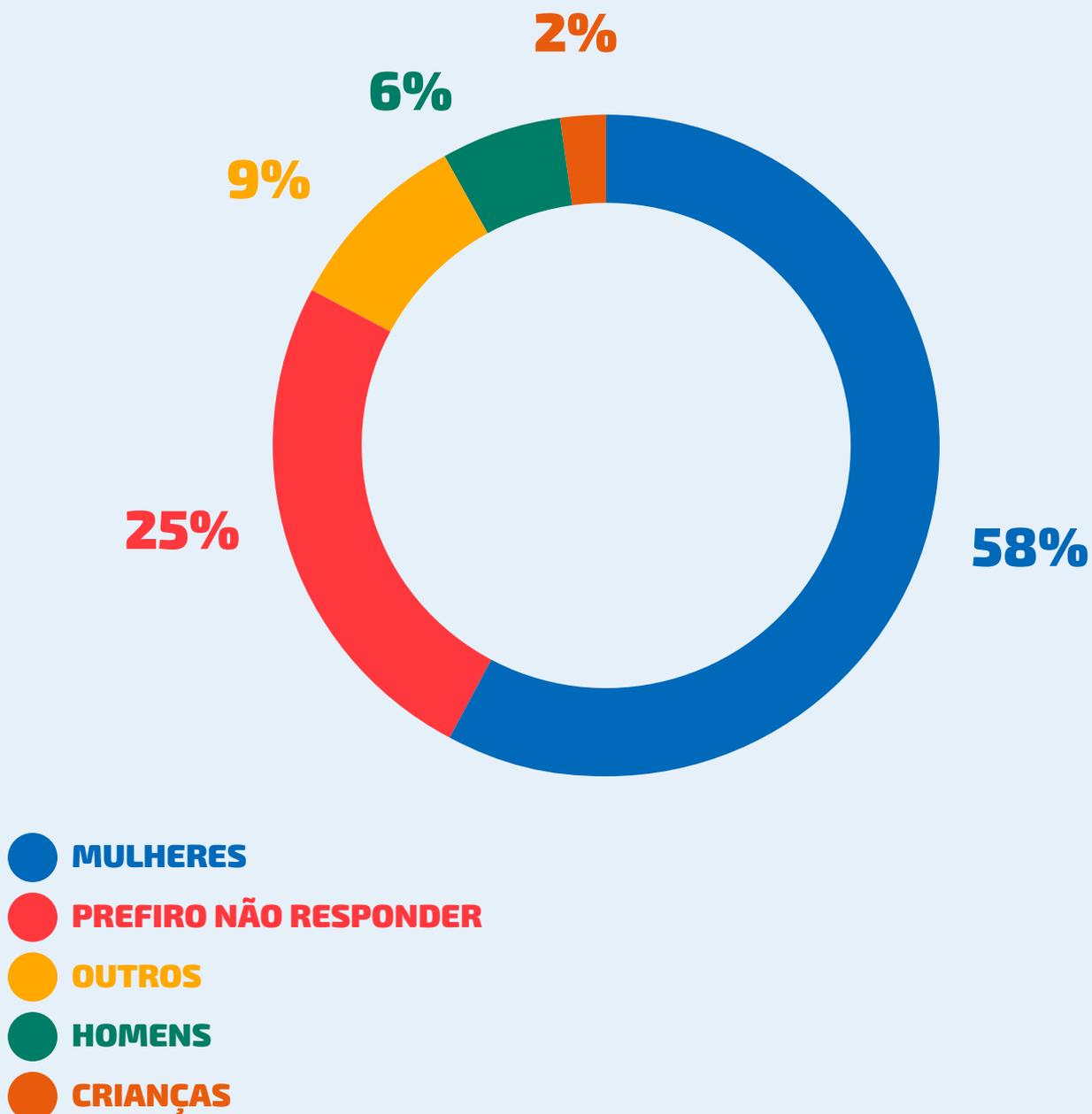
A necessidade de se pensar critérios mais inclusivos se reforça, ainda, pela necessidade de aproximar os mundos da formalidade e da burocracia das práticas reais de ações sociais que se desenvolvem sem grande número de membros, mas que atuam, consistentemente, ao longo dos anos em comunidades e localidades que necessitam dos projetos e serviços. Promover condições de acesso ao financiamento privado é uma forma de garantir que localidades marginalizadas tenham acesso a saúde, cultura, lazer e avançar, assim, na promoção da cidadania e da garantia de direitos básicos e humanos e fortalecendo a democracia brasileira. As periferias não são só beneficiárias, mas parceiras estratégicas para o ecossistema de transformação social no Brasil.

O dado acima ilustra uma realidade bastante específica, a de que as ações são geridas e administradas, majoritariamente, por mulheres negras e estão criando territórios de inclusão e cuidado negro, oportunizando e acolhendo pessoas negras nos espaços dos projetos. E aqui reside um fato fundamental, o de que essas mulheres estão criando verdadeiros territórios negros às margens, muitas vezes, das condições de acesso formal de financiamentos, precisando, para isso, trabalhar para além de suas atividades nos projetos. Apesar das precariedades que se aglutinam em camadas, essas mulheres estão desenvolvendo importantes projetos e atuando na ponta de muitos dos problemas das localidades em que atuam.



Para qualificar esses dados, foi perguntado sobre o gênero do público dos projetos e chegou-se a um resultado bastante interessante: as mulheres negras estão construindo espaços para outras mulheres negras. São, assim, as mulheres negras as responsáveis pelas ações sociais em grupos, aproximando localidades periféricas do acesso à direitos básicos. 49% dos beneficiários das iniciativas se identificaram como mulheres, o que demonstra a fina relação entre gênero, precariedade e possibilidades de financiamento. Parte considerável dos beneficiários optou por não responder a pergunta (25%), sendo os homens apenas 7%.

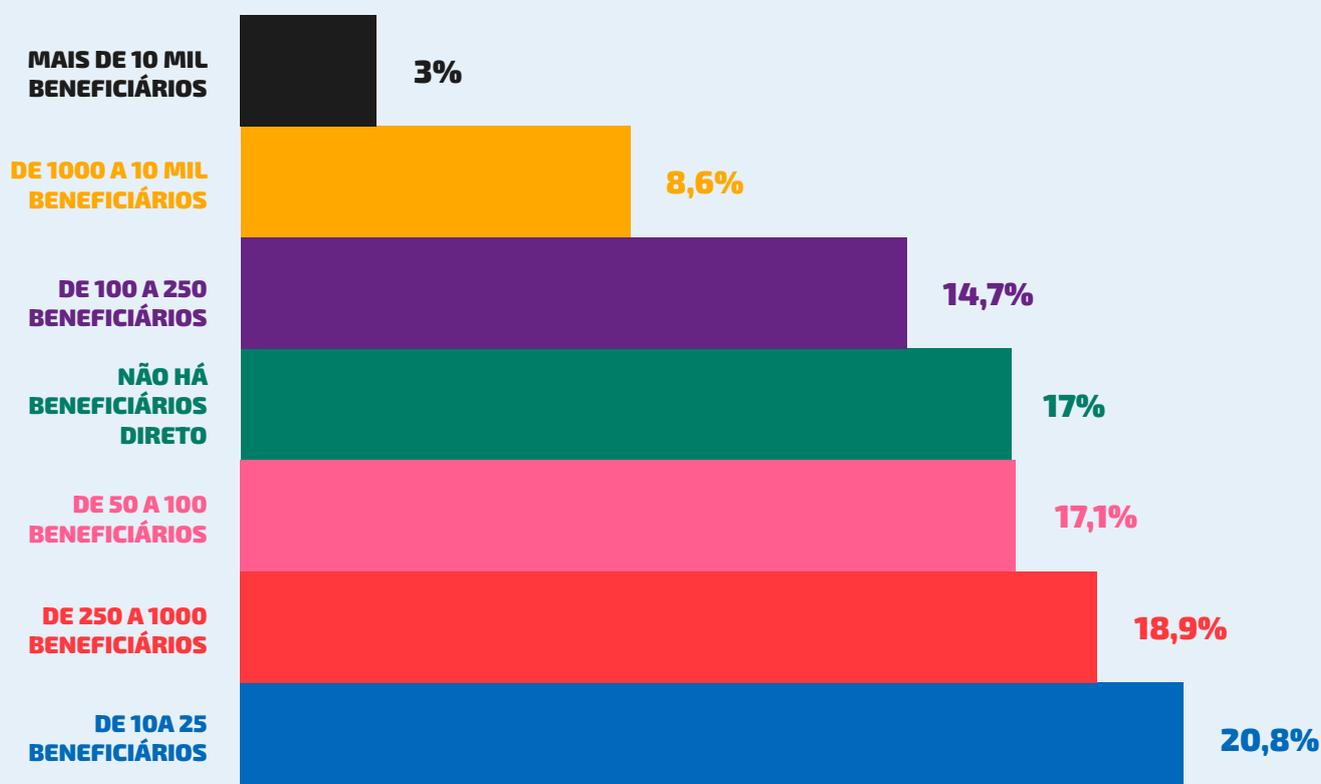
A MAIORIA DAS PESSOAS BENEFICIADAS PELO PROJETO SE IDENTIFICAM COMO?





Portanto, é possível afirmar que projetos que atuam com até 10 pessoas em sua organização estão impactando a vida de muitas pessoas nessas comunidades, muitas vezes, em condições bastante precarizadas e sem acesso a financiamento. É uma rede gerida por mulheres negras e que atende, sobretudo, populações marginalizadas e vulneráveis, como outras mulheres negras, indígenas e a população LGBTQIA+. Do ponto de vista do impacto, 21% das iniciativas atingem um público de 10 a 50 pessoas, enquanto 19% atendem de 250 a 1000 pessoas. Outros 17% atendem de 50 a 100 beneficiários e o mesmo valor amostral não possui beneficiários diretos. Os dados demonstram que há uma rede de beneficiários estável e considerável que utilizam das iniciativas como exercício de promoção da cidadania, e a amplitude das ações pode estar diretamente ligada às capacidades financeiras de cada iniciativa.

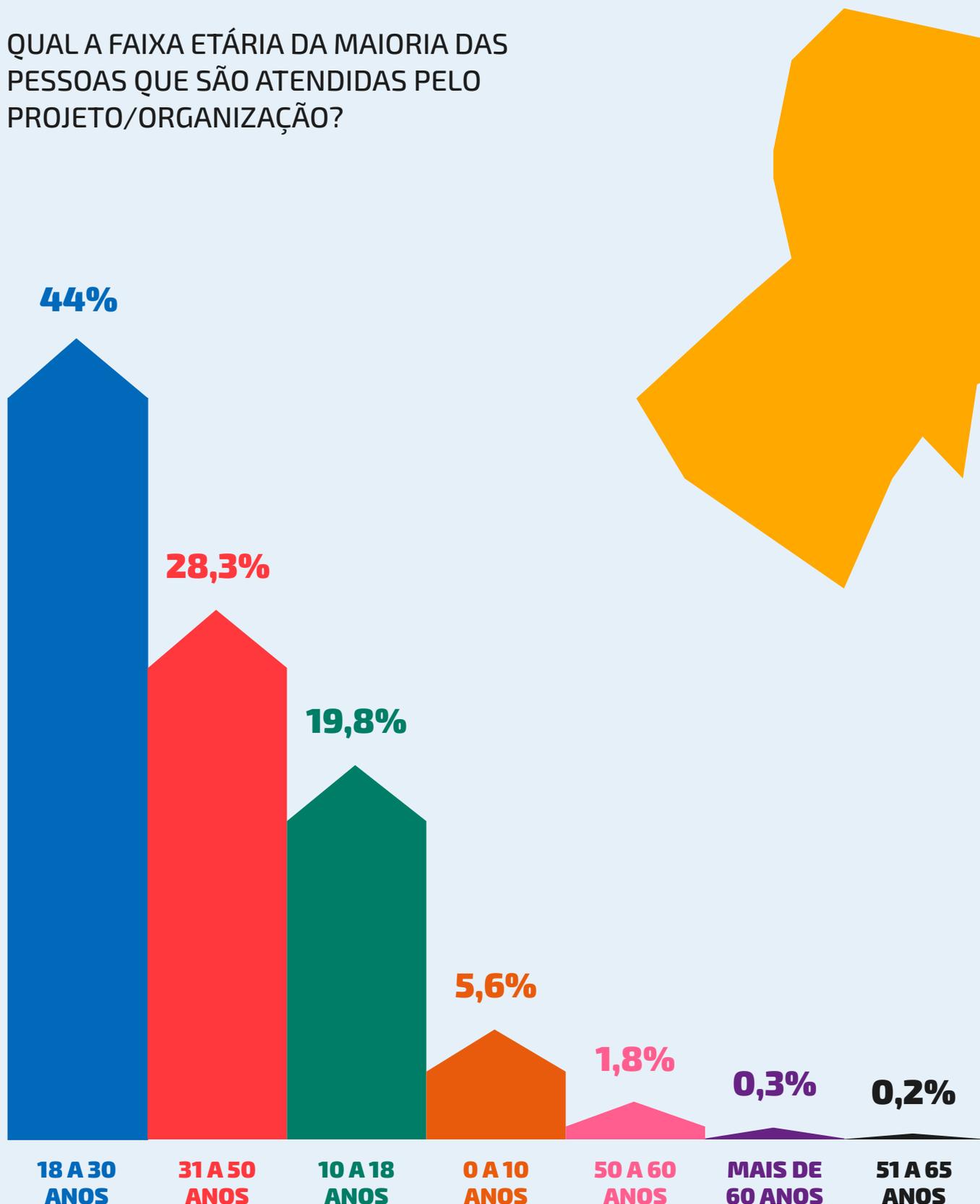
QUANTAS PESSOAS BENEFICIARIAS SEU PROJETO ATINGE EM MÉDIA POR ANO?





A respeito do público atendido por essas iniciativas, tem-se a seguinte organização de dados que mostram um público negro de 18 a 50 anos na ponta dessas iniciativas, o que indica a capilaridade dessas ações, bem como a capacidade transgeracional de alcance dos projetos.

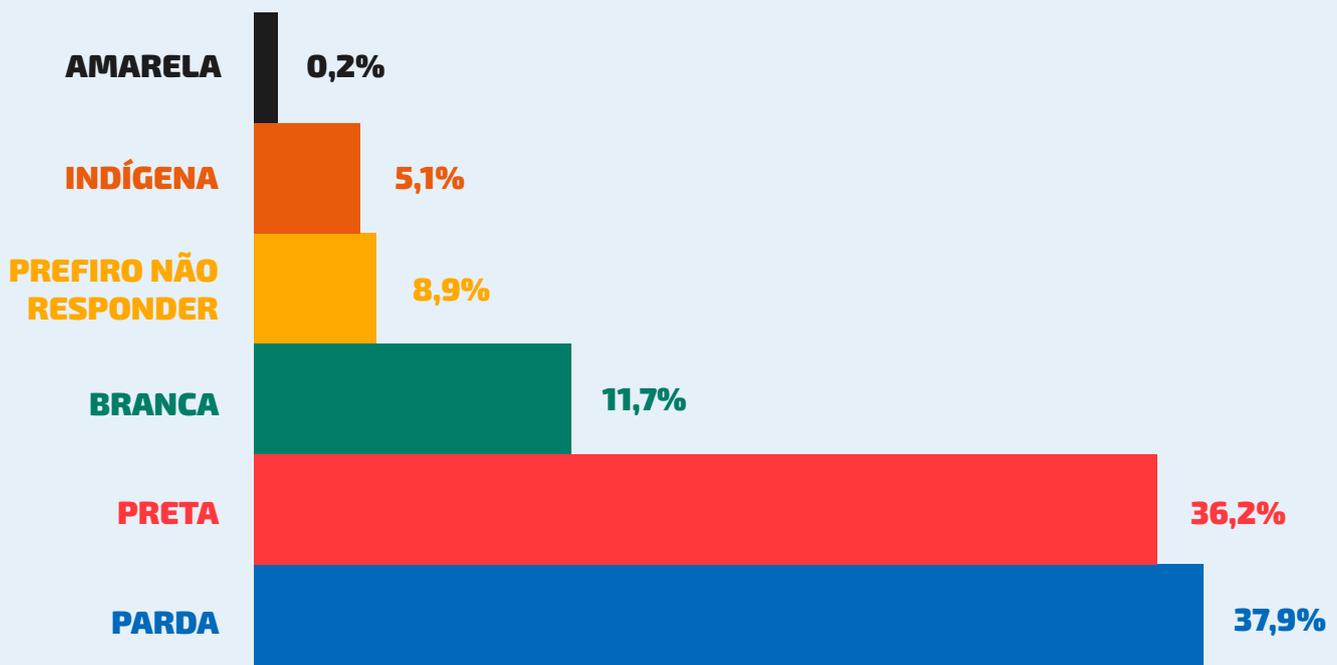
QUAL A FAIXA ETÁRIA DA MAIORIA DAS PESSOAS QUE SÃO ATENDIDAS PELO PROJETO/ORGANIZAÇÃO?





É uma rede gerida por mulheres negras e que atende, sobretudo, populações marginalizadas e vulneráveis, como outras mulheres negras, indígenas e a população LGBTQIAP+. Fica visível, portanto, que as iniciativas mapeadas atendem, sobretudo, a um público de 18 a 50 anos, com forte ênfase no público de 18 a 30 anos, seguido pelo público de 31 a 50 anos. Esse dado mostra a capilaridade das ações, atingindo a população negra em diversos momentos e fases da vida. Ainda, a população negra (soma de negros e pardos) é a principal beneficiária de ações desenvolvidas pelas iniciativas mapeadas, representando um total de 78% da amostra. Pesquisas apontam que a juventude negra é a que mais morre no Brasil, a cada 23 minutos um jovem negro é morto, são 63 por dia. Quando se encontram projetos sociais, educacionais, culturais, produzidos nas periferias por mulheres negras, para uma juventude negra que possui destaque amostral nesta análise (terceira maior população amostral), esse dado diz sobre uma produção de realidade de resistência e resiliência. De garantia de Direitos básicos, busca por oportunidades e transformação social do país.

QUAL A COR/RAÇA DA MAIORIA DAS PESSOAS QUE SÃO BENEFICIADAS PELO PROJETO?

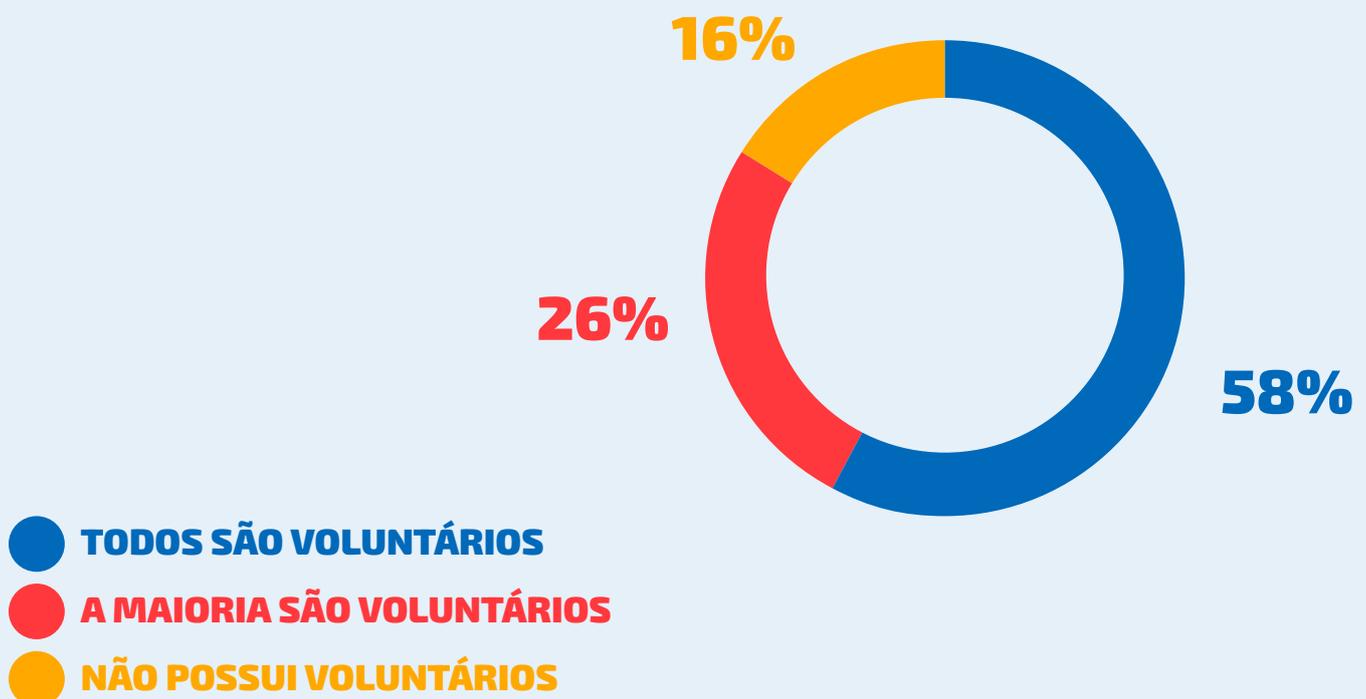




Tendo em vista o cenário demonstrado acima de poucos membros para lidar com as atividades dos projetos, muitos destes, contam com o apoio parcial ou total de voluntários para o desempenho de suas atividades, o que torna ainda mais complicada a relação entre financiamento formal e a realidade cotidiana dos coletivos. O trabalho voluntário, por um lado, oportuniza as condições de manutenção e existência dos grupos, mas é um limitador do processo de captação de recursos na medida em que o voluntário precisa manter as condições materiais de sua vida e, para isso, desempenha atividades fora do projeto, não podendo assim dedicar-se exclusivamente a ele.

Apenas 16% não possui voluntários, o restante, todos, são em sua maioria, e em quase 60% dos projetos todos são voluntários e relataram, muitas vezes, trabalhar fora para poder comprar materiais para produzir as ações dos projetos sociais. Tira-se do próprio bolso para produzir o impacto social local e o cuidado com o outro.

SUA ORGANIZAÇÃO POSSUI PESSOAS VOLUNTÁRIAS?

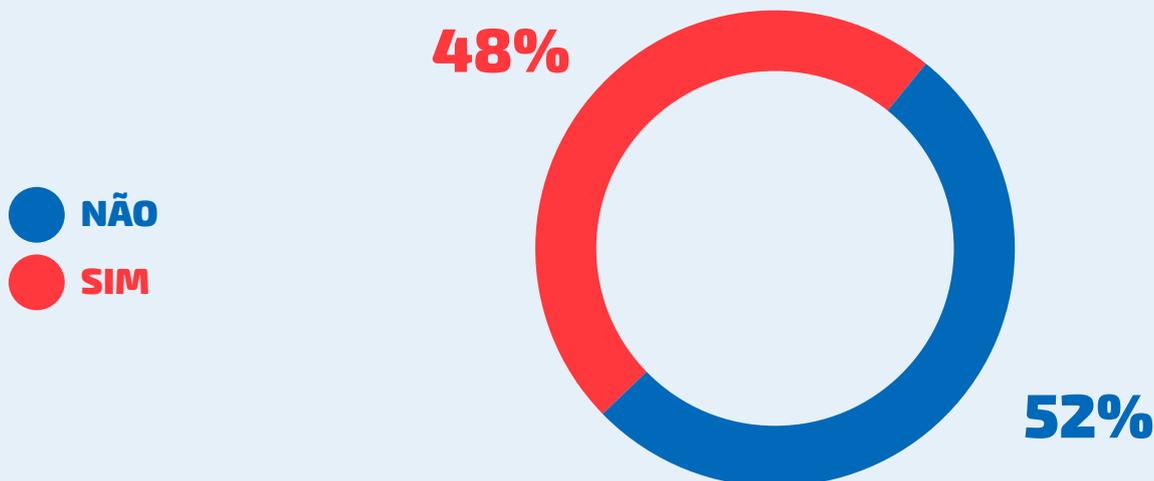


Esse processo está conectado, ainda, com as formas de existência dos grupos. Na medida em que existem fora da formalidade jurídica, muitos não possuem o CNPJ, um dos critérios para a captação de recursos, o que reproduz e mantém as desigualdades nas condições de acesso à financiamentos. Sabe-se que essa é uma realidade negra



e feminina, o que implica dizer que a exigência do CNPJ, como critério fundamental, impede que mulheres negras tentem captar recursos para suas atividades, reproduzindo assim, mais uma vez, uma lógica racista de acesso formal a bens e financiamentos. É importante avançar em estratégias de inclusão dessas iniciativas que compreendam suas situações jurídicas e as permitam captar recursos por meio de outras vias, sobretudo porque muitas dessas iniciativas não possuem membros permanentes, funcionando por meio do trabalho voluntário.

POSSUI CNPJ PRÓPRIO?

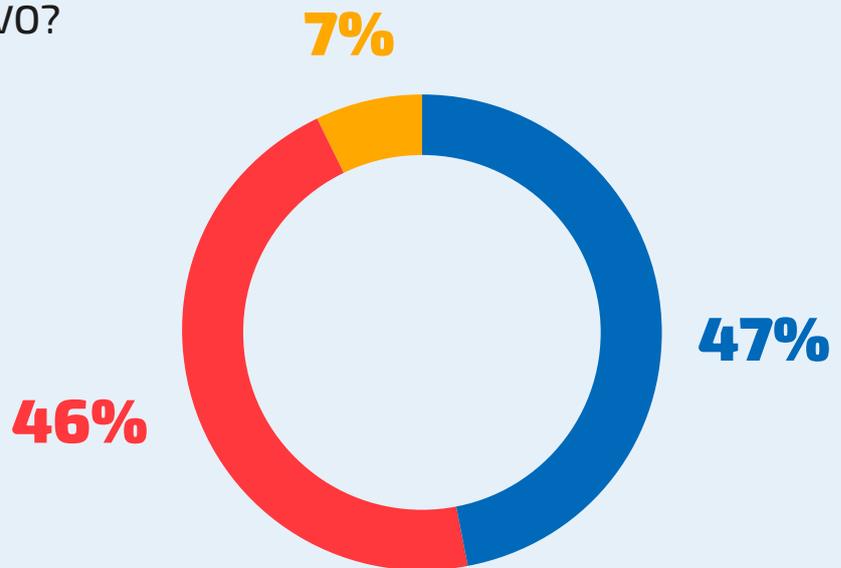


Mas não basta apenas possuir um número CNPJ¹, é preciso que ele esteja ativo e, assim, passível de uso. O CNPJ ativo significa que uma empresa ou iniciativa está totalmente regularizada e autorizada a desenvolver suas atividades econômicas, ou seja, é um atestado de completa legalidade das atividades desenvolvidas. O CNPJ pode ser cancelado mediante ao não pagamento de impostos do Simples Nacional, o que implica em um custo mensal para as iniciativas. A respeito da situação dos CNPJs, tem-se o seguinte cenário estatístico:

1 | Em muitas vezes as iniciativas realizam parcerias com outros projetos que possuem CNPJ ativo para captarem recursos para seus projetos. Essa é uma importante estratégia das iniciativas que permite com que acessem editais que exigem o número da inscrição do CNPJ, contudo, as deixa dependentes do serviços de terceiros, o que implica também em dizer que para que esse tipo de arranjo seja possível as iniciativas não podem disputar o mesmo edital.



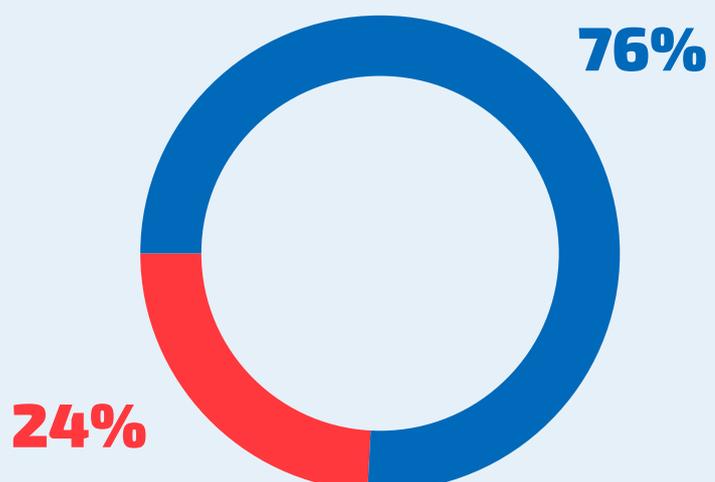
SE SIM, SEU CNPJ ESTÁ ATIVO?



No que diz respeito ao financiamento e manutenção de projetos, o objetivo foi compreender as condições da força de trabalho dos projetos. Como resultado, percebeu-se que a maioria contava com voluntários para a sobrevivência das ações, o que é um indicativo da impossibilidade de se contratar membros permanentes. Esses projetos, buscam preencher a lacuna deixada pelo Estado e pelas Políticas Públicas que não chegam às áreas periféricas aqui analisadas. A pesquisa, também, demonstrou que as iniciativas conhecem os caminhos para a formalização e tem interesse na obtenção do CNPJ, mas que por inúmeros motivos, ainda não conseguiram se formalizar.

Os motivos, a essa altura, já se demonstram claros. A falta de uma equipe permanente, o alto número de voluntários é um impeditivo de uma gestão centrada, na medida em que as iniciativas estão lidando com um número grande de questões ao mesmo tempo, ao passo que seus membros se dedicam, ainda, a outras atividades, o que torna impossível a gestão única das ações.

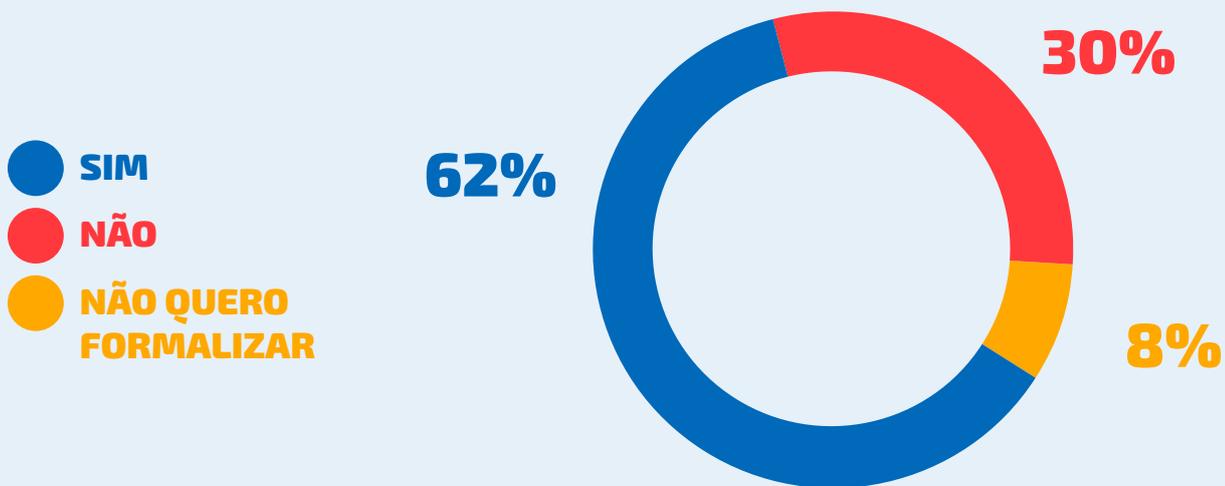
SE NÃO TIVER CNPJ PRÓPRIO, TEM PLANOS DE OBTER CNPJ?





Dos que não possuem CNPJ, 62% disseram que gostariam de alguma ajuda para formalização, por meio de assessorias, pois 95% compreendem a formalização como um caminho para acesso à recursos, o que indica que muitos coletivos já perceberam que, para acessar os recursos, precisarão ter o CNPJ e estão desenvolvendo ações nesse sentido. Esse dado se sustenta no fato de que mais de 70% disseram ter planos de abertura do CNPJ.

GOSTARIA DE RECEBER AJUDA OU ALGUM TIPO DE ASSESSORIA PARA ESSA FORMALIZAÇÃO



Há, entre o universo amostral, a compreensão de que a existência jurídica dos projetos é importante para acesso formal à recursos. Quase a totalidade do universo amostral 95% disse acreditar na formalização como condição para acesso aos recursos financeiros, disso implica dizer que a formalização jurídica das iniciativas é entendida pelos seus membros como condição de acesso à modalidades formais de financiamento.

ACREDITA QUE A FORMAÇÃO IMPACTA NA CAPACIDADE DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS?

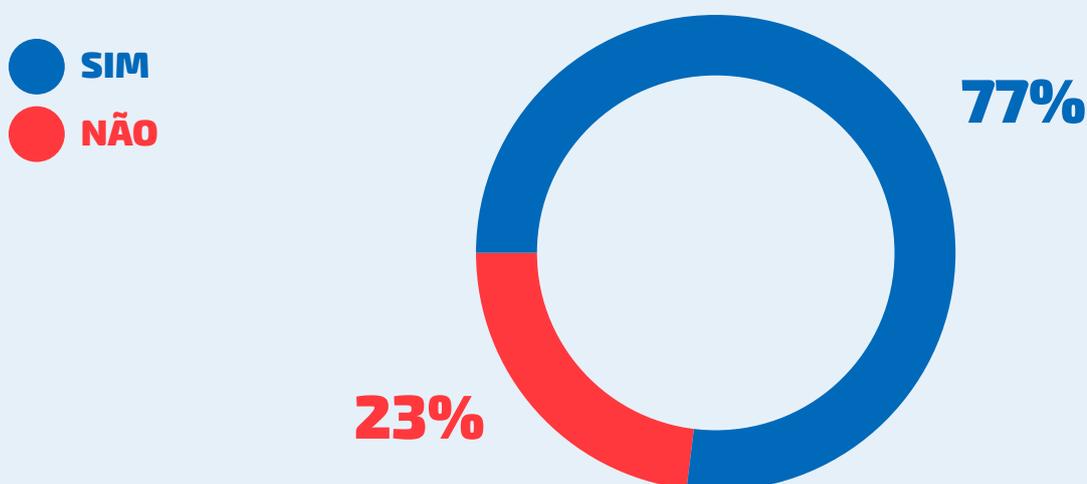




Os dados, contudo, provocam o questionamento: se os coletivos e iniciativas compreendem os caminhos de formalização e se precisam ou não de ajuda no registro jurídico dos projetos. A formalização é entendida como um caminho de acesso ao financiamento formal, seja por conta das exigências de editais ou pela necessidade do registro jurídico nas prestações de conta, contudo, porque então, apesar de saberem, algumas iniciativas não se formalizam?

Algumas são as hipóteses para essa pergunta. A primeira delas é a falta de fortalecimento institucional, pessoas para cuidar da documentação de registro, a falta de tempo e recursos, haja visto que um funcionário normalmente desempenha mais de uma função nos projetos e esse processo exige um custo financeiro. Não parece se tratar de ausência de conhecimento ou expertise, na medida em que 77% dos entrevistados dizem conhecer os caminhos para a formalização.

VOCÊ SABE QUAIS OS CAMINHOS PARA OBTER A FORMALIZAÇÃO E A BERTURA DE UM CNPJ?



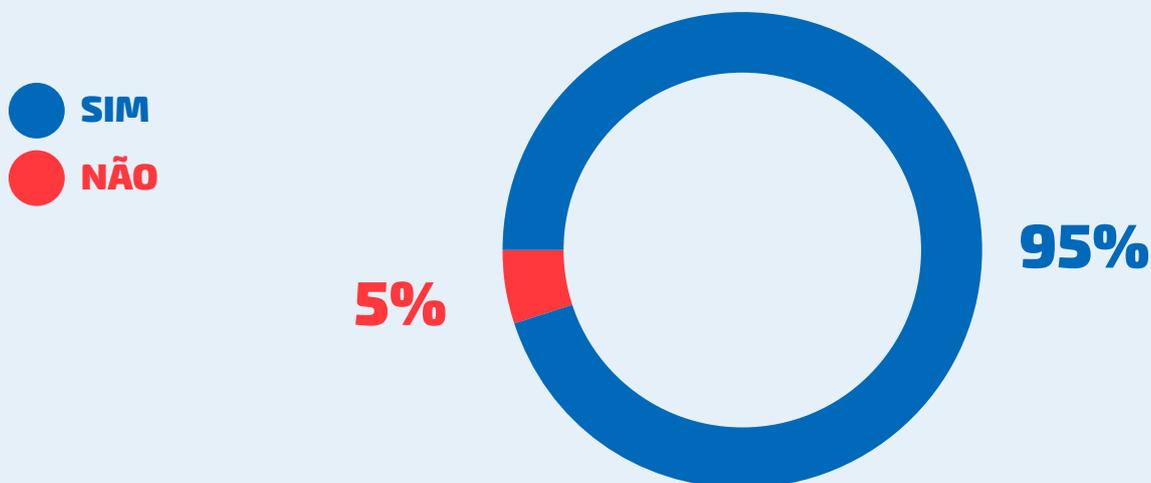
Esse dado indica que, apesar de saberem os caminhos, há outros impeditivos na formalização dos projetos, sobretudo impostos pela ausência de recursos e profissionais para desempenharem atividades mais burocráticas ou, ainda, para desempenharem uma única função. Ademais, é comum que as iniciativas sejam compostas sobretudo de voluntários e profissionais que desempenham outras atividades para além das ações sociais, o que implica em falta de tempo e condições humanas para a dedicação para a formalização.



Essa hipótese se sustenta no dado já apresentado na pergunta 32, que demonstra a intenção das iniciativas em buscar ajuda no processo de formalização jurídica de seus projetos. Dos entrevistados, 62% declararam vontade de obter ajuda de acessórios para o processo de formalização

Apesar da compreensão de que a formalização é o caminho para o acesso formal à financiamentos, às iniciativas demonstram preocupação para com a gestão dos recursos. 95% dos entrevistados disseram que gostariam de receber algum tipo de formação em gestão financeira, demonstrando assim uma preocupação das iniciativas para com o correto uso do dinheiro. Ainda, é preciso que se considere o quadro geral de composição dos projetos, de modo que a formação financeira seria fundamental para essas iniciativas que possuem alto número de voluntários e falta de profissionais que desempenhem apenas uma única atividade.

VOCÊ GOSTARIA DE RECEBER ALGUM TIPO DE FORMAÇÃO ACERCA DE GESTÃO FINANCEIRA E DE PROJETOS?

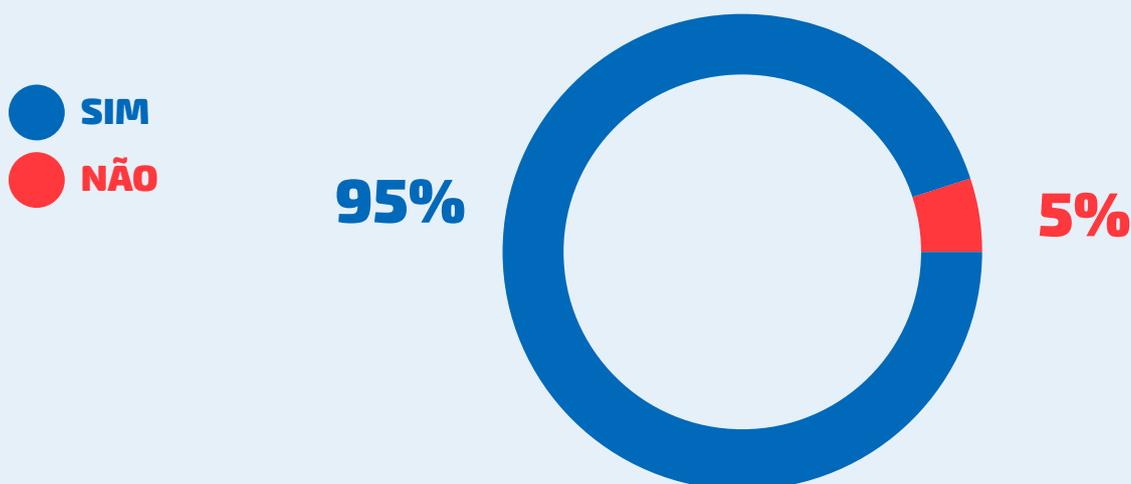


Cruzando os últimos dados, tem-se o seguinte cenário: iniciativas que compreendem a necessidade da formalização para o acesso ao financiamento formal, que conhecem os meios para a formalização, mas que precisam de ajuda para tal, sobretudo, porque não possuem pessoal e recursos para isso. Não se trata, portanto, de falta de expertise para a lida com os editais ou para o processo de formalização jurídica em si, mas sim, a ausência de recursos e pessoas para desenvolverem tais ações. Mas, da não formalização resulta as dificuldades para o financiamento de suas atividades, como demonstrado no gráfico abaixo.



As dificuldades para o financiamento podem ser contornadas por ações de arrecadação e doações, estratégias informais de manutenção das atividades. Apesar de legítimas e válidas, os projetos deveriam ter condições de acessar, assim como os demais, recursos provenientes de fundos formais destinados à ajuda de iniciativas como as mapeadas nesta pesquisa. Uma vez que uma rede de projetos desenvolvidos por mulheres negras, jovens e de periferias e que atendem a um público, sobretudo, negro e feminino, não acessa os recursos formais, todo o projeto de financiamento falha, pois não chega ao cotidiano de milhões, barrados por entraves e exigências que precisam, mais do que nunca, ser contextualizadas e historicizadas.

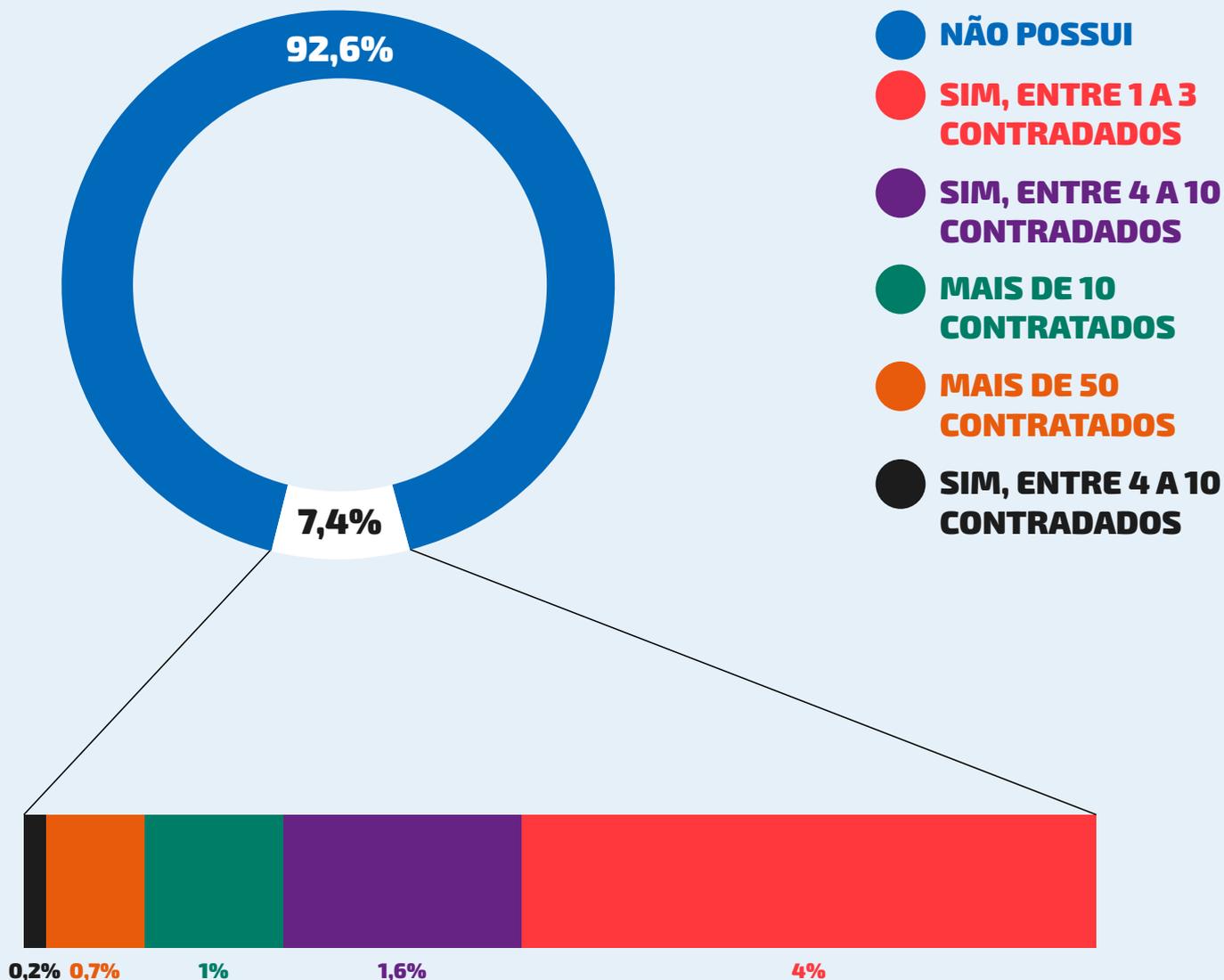
VOCÊ ENCONTRA DIFICULDADES PARA ACESSAR FINANCIAMENTO PARA SEU PROJETO?



O nível de precarização e as camadas da precariedade na gestão e existência dessas ações é ilustrado por um dado que situa as precariedades aqui escritas em dois níveis: de gênero e de raça, quando cruzados com os dados já descritos anteriormente. 92% dos projetos não possuem contratação por CLT, e se considerar que são mulheres negras as maiores responsáveis pela gestão dessas ações, percebe-se que são as mulheres negras às mais precarizadas no exercício de promoção da cidadania. Se, por um lado, tem-se a criação de uma rede feminina e negra de cuidado e facilitação de acesso às políticas públicas, de outro tem-se essa mesma rede feminina e negra sofrendo precariedades no exercício de suas atividades.



SUA ORGANIZAÇÃO POSSUI PESSOAS CONTRATADAS POR CLT?

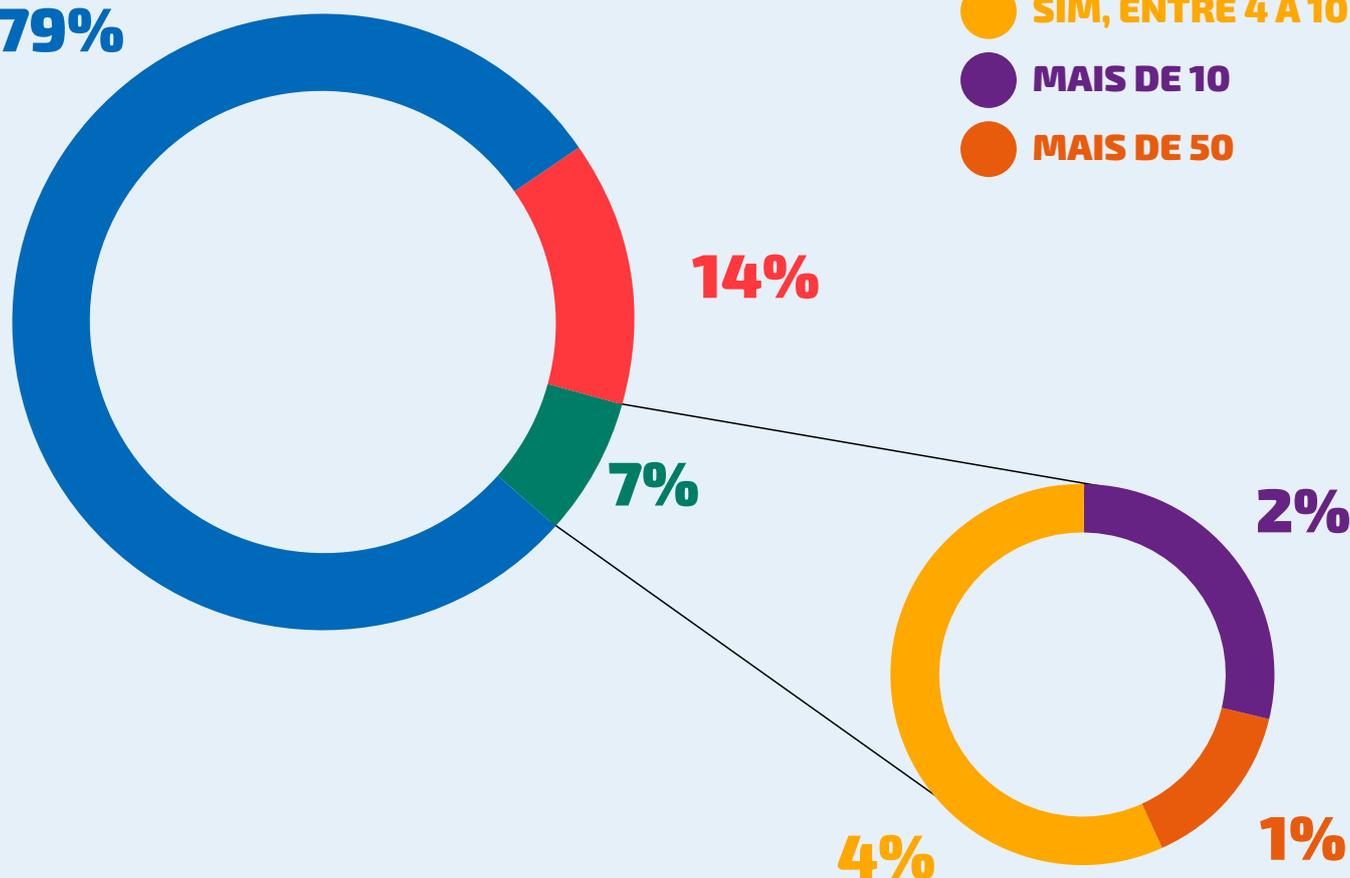


Quando se refere a contratações realizadas por meio do cadastro MEI, obtém-se um quadro com maior número de contratados. Esse dado se liga ao nível de precariedade e informalidade ao qual essas iniciativas estão expostas, na medida em que contratos realizados com pessoas jurídicas, como é o caso do microempreendedor individual (MEI), isenta os empregadores de inúmeras garantias trabalhistas que possuem um custo aos contratantes.



SUA ORGANIZAÇÃO POSSUI CONTRATADOS POR MEI?

79%

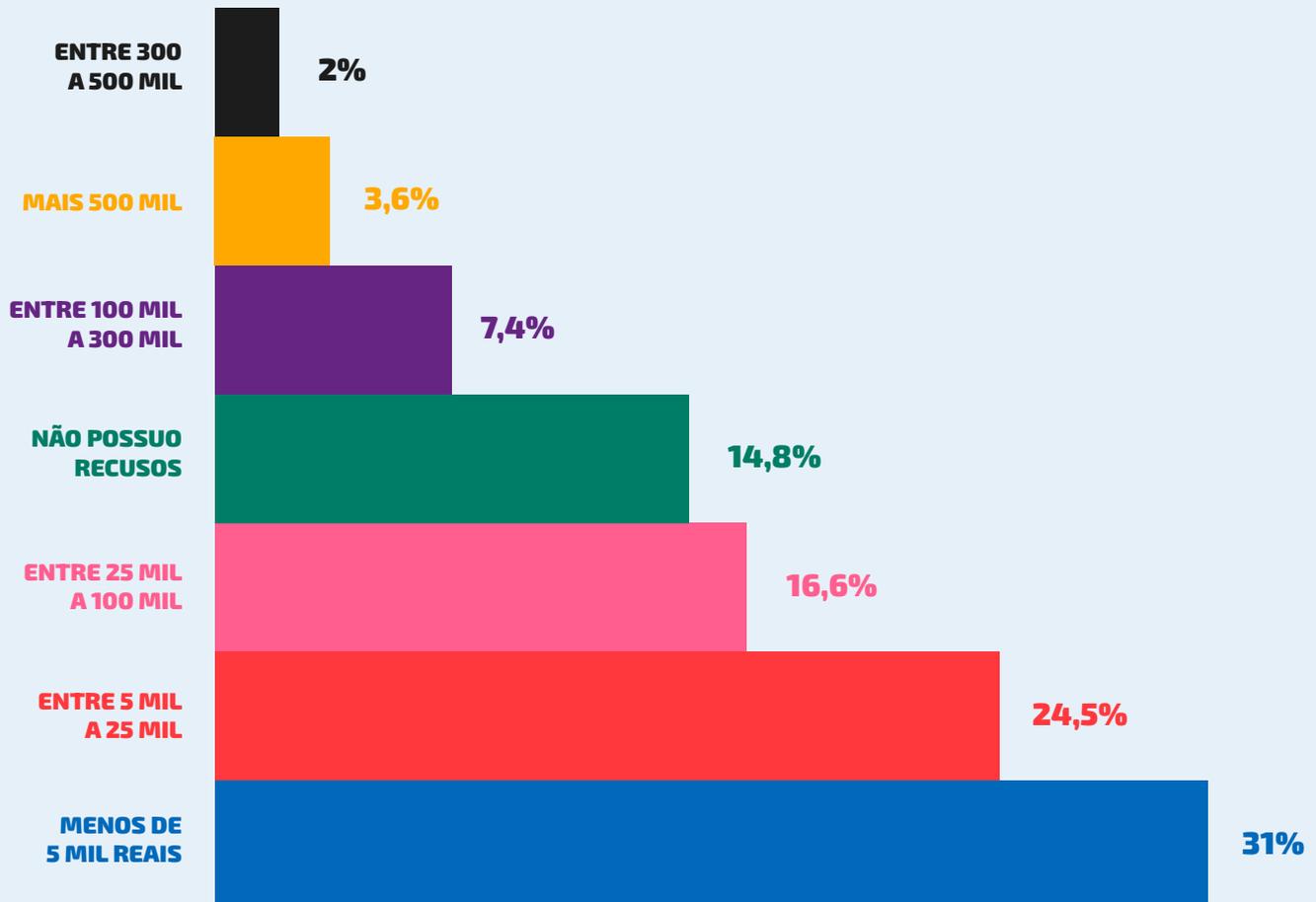


Dos valores obtidos e geridos no período de um ano, 31% contou com menos de 5 mil reais, 24% obteve de 5 a 25 mil reais, 17% de 25 a 100 mil reais e 15% não obteve recursos. Somados os que não obtiveram recursos com os que tiveram o menor valor, tem-se uma realidade de 46%, quase a metade das iniciativas pesquisadas, que funcionaram em um espaço de um ano com até 5 mil reais anuais, o que torna possível imaginar que essas mulheres negras precisam, por muitas vezes, financiar com seu próprio dinheiro as iniciativas do projeto. Ainda, demonstra o nível de precariedade que o acesso ao financiamento privado poderia diminuir. Há, aqui, o cruzamento de alguns marcadores sociais da diferença, como classe, raça e gênero que impactam necessariamente a vida dessas mulheres, mas também suas ações.



QUAL O MONTANTE DE DINHEIRO GERIDO EM UM ANO, NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

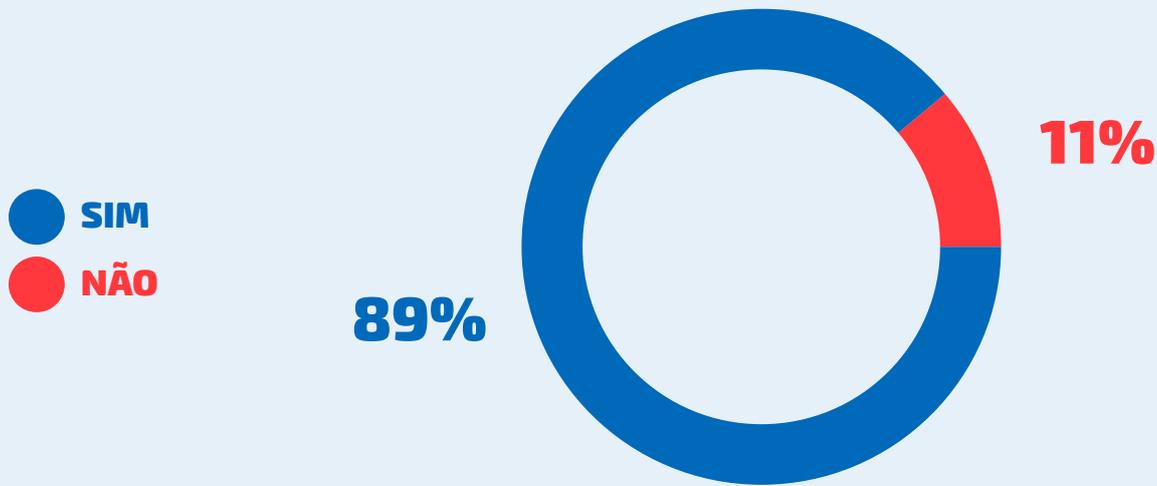
Somados os que não obtiveram recursos com os que tiveram o menor valor, temos uma realidade de 46%, quase metade das iniciativas pesquisadas.



89% dos entrevistados disseram que trabalham em outros lugares, sobretudo por falta de financiarem suas vidas por meio do trabalho nas iniciativas. O valor mostrado é alto e indica aqui o grau de precarização de mulheres negras, na ponta do desenvolvimento dessas ações, que precisam se desdobrar, entre muitas jornadas, para manter viva a rede de acolhimento e serviços que oferecem a outras mulheres negras e populações vulnerabilizadas. Neste contexto, é importante que se faça uma reflexão honesta: sem pessoal qualificado para o desempenho das atividades do projeto e atuando em outros trabalhos, seria possível fazer a leitura de editais, organizar e atualizar portfólios e tentar o acesso formal aos recursos? A realidade desenhada pela pesquisa é de muitas camadas de precariedade que afastam as iniciativas das condições formais de concorrência por recursos e financiamentos, daí a necessidade urgente de repensar esse modelo em ordem de torná-lo mais inclusivo.

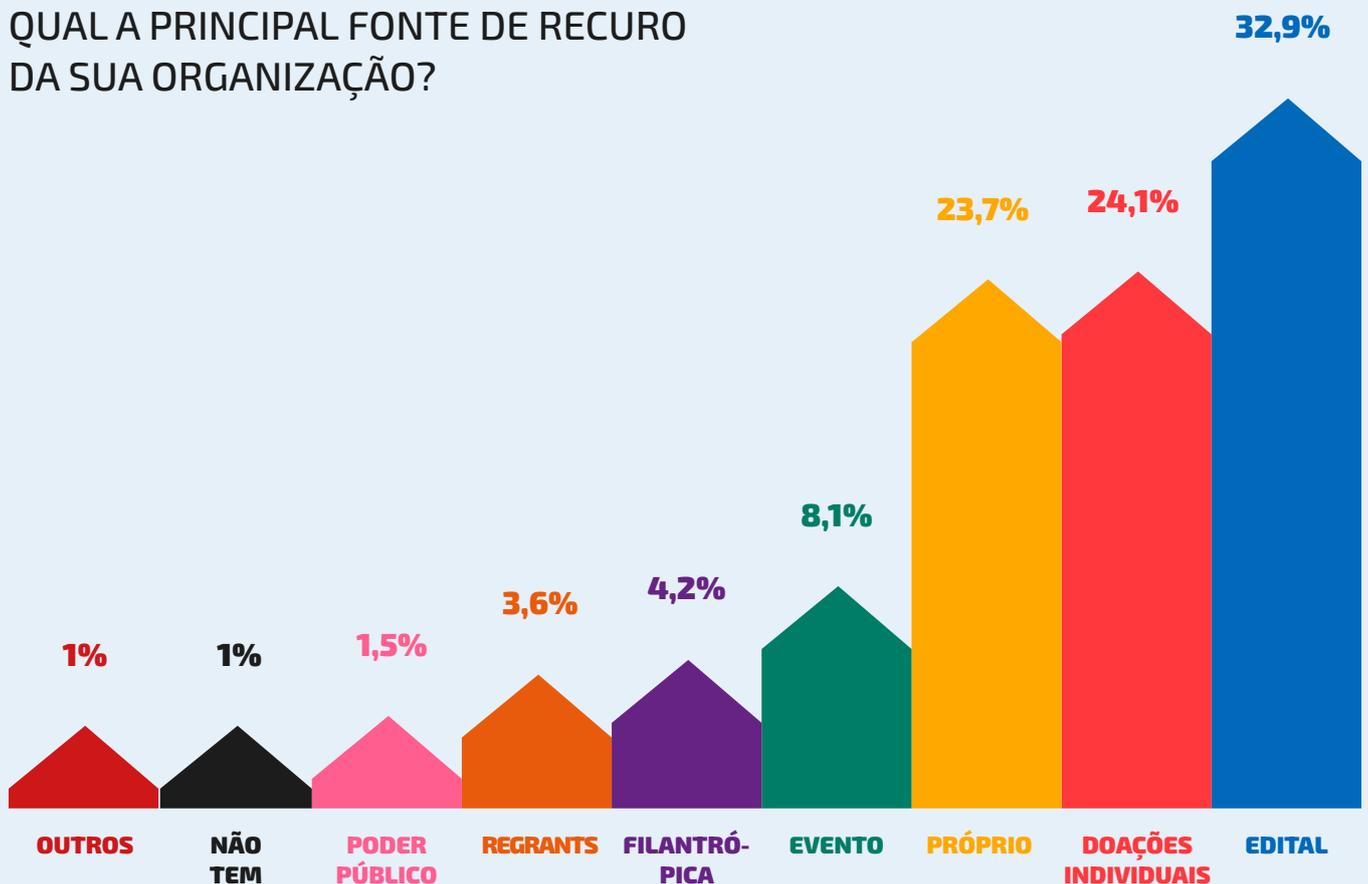


A EQUIPE GESTORA DA ORGANIZAÇÃO TAMBÉM TRABALHA EM OUTROS LUGARS OU FRENTES?



As principais fontes de acesso aos recursos foram os editais, contudo, se somar os recursos próprios e as doações tem-se um valor amostral superior, o que indica que os editais são sim bastante centrais nos processos de captação, mas que passa ao lado de um universo grande de ações que ainda se sustentam por outras fontes e caminhos.

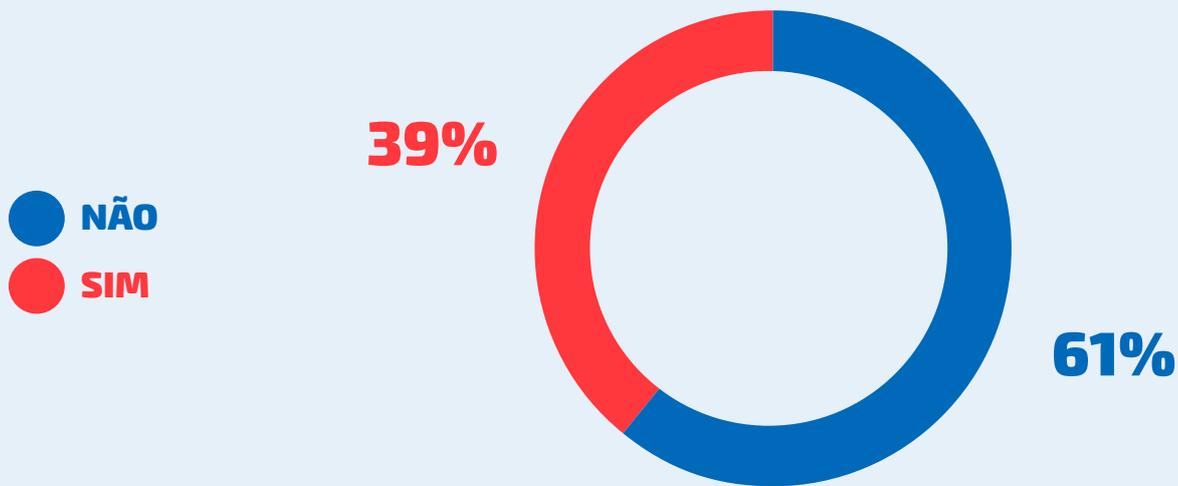
QUAL A PRINCIPAL FONTE DE RECURSO DA SUA ORGANIZAÇÃO?





A Lei Aldir Blanc, aprovada e sancionada durante a pandemia como forma de financiamento do setor cultural, foi um respiro para muitas das iniciativas que tiveram suas demandas dobradas, contudo, não contemplou uma grande parcela das iniciativas por mapeadas, o que pode justificar os altos índices de autofinanciamento apresentado anteriormente e, também, por não se enquadrarem na categoria de cultura.

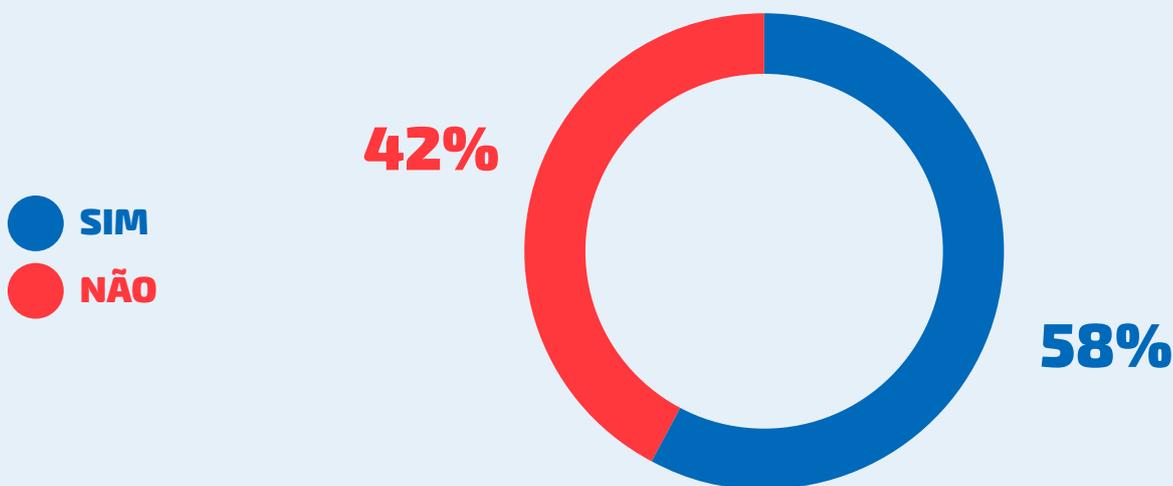
SEU PROJETO/ORGANIZAÇÃO FOI COMTEMPLADA PELA LEI ALDIR BLANC?





Esse dado pode estar conectado a um outro, o das dificuldades de se acessar verbas formais por meio de editais. Uma parcela das iniciativas disseram encontrar dificuldades no acesso a financiamento de projetos (95%). Essas dificuldades podem estar relacionadas ao grau de formalização dessas iniciativas, aos poucos funcionários e ao pouco acesso a financiamentos anteriores, que faz com que as iniciativas busquem por outras formas de financiamento, como as doações.

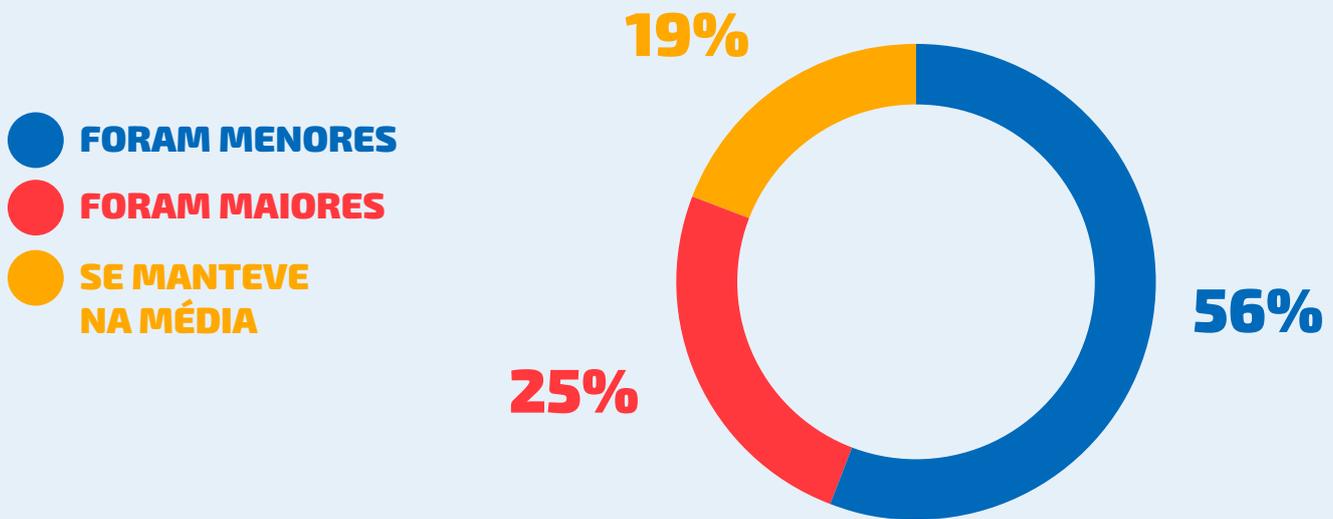
DURANTE A PANDEMIA AUMENTOU A DEMANDA DE ATENDIMENTO DO SEU PROJETO?



Dentro desse espectro de isolamento, tem-se um dado importante para compreensão desse contexto. Para 56% da população entrevistada, os recursos geridos ao longo da pandemia foram ainda menores que os valores usuais, indicando que a pandemia potencializou e aprofundou o quadro de desigualdades presentes no cotidiano destas iniciativas. Para 25%, os recursos foram maiores e para 19% os recursos foram da mesma quantidade do período anterior à pandemia. É importante, contudo, que se considere que esses dados respondem ao gráfico anteriormente apresentado, que demonstra uma quantidade grande de iniciativas que não funcionaram durante a pandemia. Assim, tem-se um cenário de que há o aumento da demanda em 58% e a diminuição de recursos, fenômeno que expõe ainda mais as iniciativas a precariedade.



DURANTE A PANDEMIA OS RECURSOS GERIDOS FORAM MAIORES OU MENORES DO QUE ANTES DA PANDEMIA?



A pesquisa se preocupou, ainda, em compreender como a pandemia afetou essas iniciativas, sobretudo porque elas são geridas por populações já bastante precarizadas. Como um fenômeno social de amplo alcance, a pandemia modificou as tradicionais formas de sociabilidade e redefiniu o acesso à projetos e ações e como essas iniciativas lidam com a excesses financeira e as dificuldades e demandas colocadas pelo isolamento social. 58% d os participantes disseram que as atividades e o trabalho dobraram durante a pandemia, enquanto que para 42%, as atividades e o volume de trabalho mantiveram-se o mesmo. Isso se deve ao fato de que, durante a pandemia, muitas dessas iniciativas não puderam desenvolver suas atividades em razão do afastamento social, o que implicou no bloqueio temporário de serviços oferecidos às comunidades, serviços esses que, como demonstrado, são tidos como fundamentais para os grupos assistidos e para a economia local.

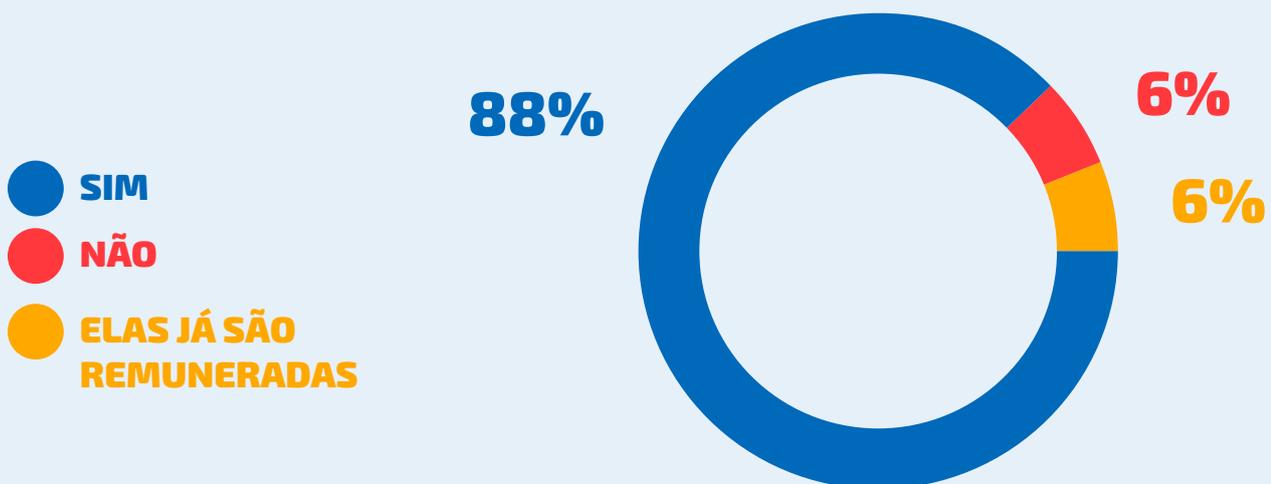
No que diz respeito ao impacto dessas ações nas localidades em que são desenvolvidas, a pesquisa buscou compreender a capilaridade dos projetos e a disposição dos membros dos projetos em aperfeiçoar os modos de captação de recursos. 96%, disse estar disposto a aperfeiçoar os conhecimentos a respeito dos processos de captação de recursos em ordem de maximizar as condições de financiamento de seus projetos. O dado demonstra que as iniciativas gostariam



de ter controle maior sobre o processo de captação, mas que provavelmente não possuem as ferramentas necessárias para a compreensão dos editais, seja por conta do alto grau de precariedade em que funcionam, seja pela falta de membros suficientes no desenvolvimento das atividades ou pela burocratização exigida que não se adequa a realidade das iniciativas.

Para qualificar esse dado, perguntou-se aos entrevistados se eles consideram que a dedicação exclusiva poderia potencializar as condições de captação e o resultado foi o seguinte recorte amostral:

SE AS PESSOAS ATUAM NA LINHA DE FRENTE DO SEU PROJETO FOSSEM REMUNERADAS, ELAS ATUARIAM EXCLUSIVAMENTE NO PROJETO?



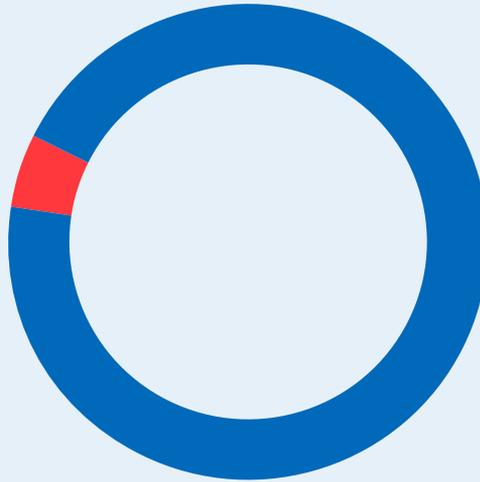
O gráfico acima demonstra que a falta de membros especializados e dedicados à função de captação é um grande impedor da participação e sucesso dessas iniciativas na busca por recursos. Os editais são instrumentos jurídicos complexos, por vezes difíceis de serem lidos e com critérios bastante rígidos, o que faz com que os grupos que funcionam, sobretudo, por meio do voluntariado e geridos por meio de doações e autofinanciamento fiquem de fora, ou seja, exclui aqueles que mais precisam. Isso se contrasta com a importância atribuída aos projetos pelos seus membros, que acreditam impactar fortemente a economia local (91%) e, por isso, se mostram abertos à formação de gestão financeira e captação de recursos para projetos.



VOCÊ GOSTARIA DE RECEBER ALGUM TIPO DE FORMAÇÃO ACERCA DE GESTÃO FINANCEIRA E DE PROJETOS?

SIM
NÃO

5%

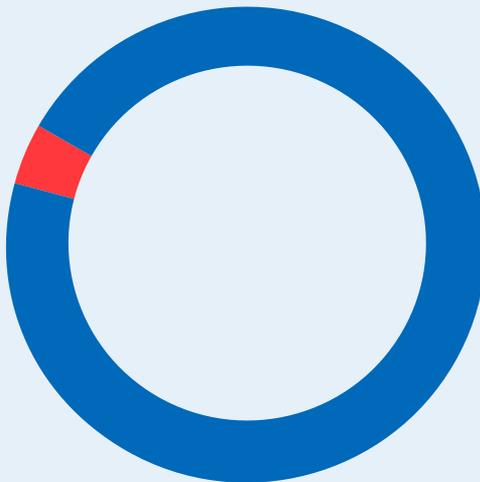


95%

VOCÊ GOSTARIA DE RECEBER ALGUM TIPO DE FORMAÇÃO SOBRE CAPTAÇÃO DE RECURSOS?

SIM
NÃO

4%



96%



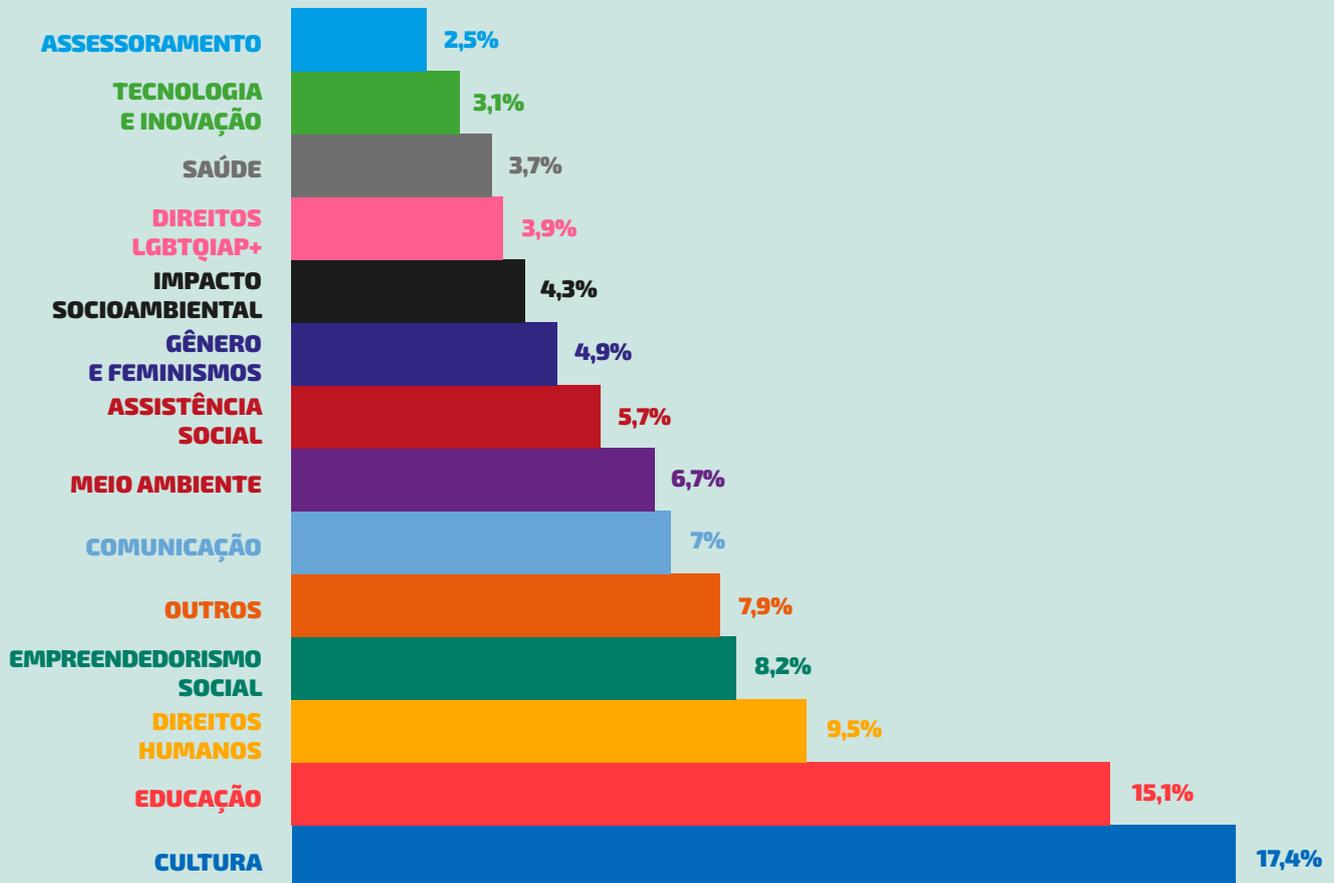
SISTEMATIZANDO E APONTANDO CAMINHOS

Com o intuito de produzir uma síntese dos dados apresentados até aqui, será apresentado agora um panorama geral da realidade analisada. Aqui, fica claro que o problema do acesso à recursos não é falta de conhecimento dos termos formais de financiamento, e sim, o acúmulo de desigualdades e precariedades que resultam na falta de pessoal e de condições materiais de trabalho. Para começar, é importante demonstrar as áreas de atuação das iniciativas pesquisadas: 42% dos entrevistados compõem atividades nos setores de cultura, educação e direitos humanos, produzindo assim um alfinete importante a respeito desses três temas, pois viu-se antes, que as atividades estão conectadas com demandas comunitárias e percebe-se que há carência no oferecimento de serviços nessas modalidades.

A cultura responde por 17% do valor amostral, seguida pela educação (15%), direitos humanos (10%), empreendedorismo social (8%), comunicação (7,0%), meio ambiente (7%) e assistência social (6%). A lista segue, como demonstrado no gráfico abaixo, mas ressalta-se a relação entre os temas e as necessidades enfrentadas pelas comunidades. Os temas elencados não aparecem aleatoriamente, eles demonstram, como insiste-se neste relatório, a relação entre comunidades e o oferecimento de serviços.



QUAL O SEGMENTO DE ATUAÇÃO?



Para além das áreas em que esses projetos atuam, um elemento importante a ser destacado é a modalidade de acesso aos fundos filantrópicos. Demonstrou-se ao longo desta pesquisa as condições em que essas iniciativas funcionam, seus desafios e modalidades de funcionamento. Entende-se que muitas destas funcionam com poucos funcionários, apoiando-se por meio do voluntariado e de doações para a realização de suas atividades. Ainda, viu-se que se trata de uma rede de jovens mulheres negras que desempenham atividades para além das executadas nas iniciativas e que se desdobram entre o trabalho formal e o trabalho social desenvolvido nas iniciativas pesquisadas.

Tornou-se claro que essa rede atende a um público, sobretudo, negro e jovem e que consideram as ações desenvolvidas pelos projetos como importantes para a sociabilidade local. Assim, foi proposto que essa rede fosse compreendida como uma modalidade de promoção de cidadania em contextos periféricos tendo como maior impacto a garantia



de direitos básicos. Insistiu-se na formalização das iniciativas como estratégia de acesso aos recursos que é um fator crucial na distribuição de financiamentos, mas este, não é o único impeditivo.

Quando perguntado sobre os desafios encontrados pelas organizações para o acesso de financiamento, compreende-se que a alta competitividade dos editais, a restritividade e a falta de conhecimento de acesso à financiamento por meio de organizações que não utilizam editais foram elementos cruciais. O cenário demonstra que não é a inabilidade para com a leitura e compreensão dos editais que funciona como um impeditivo de acesso ao financiamento, mas sim, a competitividade e a escassez de recurso para um número grande de projetos, o que torna a competitividade alta e diminui as chances de acesso. Assim, não basta fortalecer institucionalmente as iniciativas e garantir tempo hábil para as aplicações, se não houver maior volume de recurso disponível.

A este respeito, 41,8% do universo pesquisado afirmou não se aplicar a hipótese de que as organizações não sabem como procurar os editais e o acesso. Outros 37,5% afirmaram que a não captação de recursos não se deve à falta de habilidade e conhecimento na escrita de projetos para editais. Mas, para 78,4%, a alta competitividade é um fator muito importante ou importante para o não acesso às iniciativas de financiamentos advindos de editais. Para 56,9%, a formalização é um fator importante ou muito importante nas condições de acesso aos editais, valor este bastante expressivo, mas, ainda menor do que a competitividade apresentada pelos editais. Ademais, há um universo importante a ser levado em conta que é o do acesso à rede de financiadores, na medida em que acessar pessoas que podem financiar pode ser fundamental, construindo e reforçando, assim, uma rede de filantropia pautada na confiança.

Ainda, 72,1% acredita ser importante ou muito importante o fato de que os editais são bastante restritos, o que implicaria em uma alta competitividade. Os valores entre a competitividade e a restrição imposta por esse modelo de financiamento estão próximos e se respondem mutuamente. Um outro dado importante é que 80,3% disse considerar como importante ou muito importante o fato de os editais serem muito burocráticos, o que teria o potencial de bloquear o acesso de muitas iniciativas ao financiamento, sobretudo, se considerar que estas operam por meio do voluntariado e do trabalho não remunerado.

O acesso ao financiamento mudaria completamente a capacidade de ação e o alcance dos projetos, é essa a percepção das organizações aqui mapeadas. Nesse sentido,



78,4% das iniciativas disseram que, se conseguissem acessar os editais, investiriam o dinheiro na capacitação das equipes para melhorar os serviços oferecidos e 90,5% utilizariam o dinheiro para a organização interna e pagamento de gastos de consumo e políticas de cuidado. Esses números demonstram os sufocos enfrentados por essas organizações na manutenção das condições mínimas de funcionamento, bem como a compreensão de que a melhoria dos serviços oferecidos precisa ser uma prioridade.

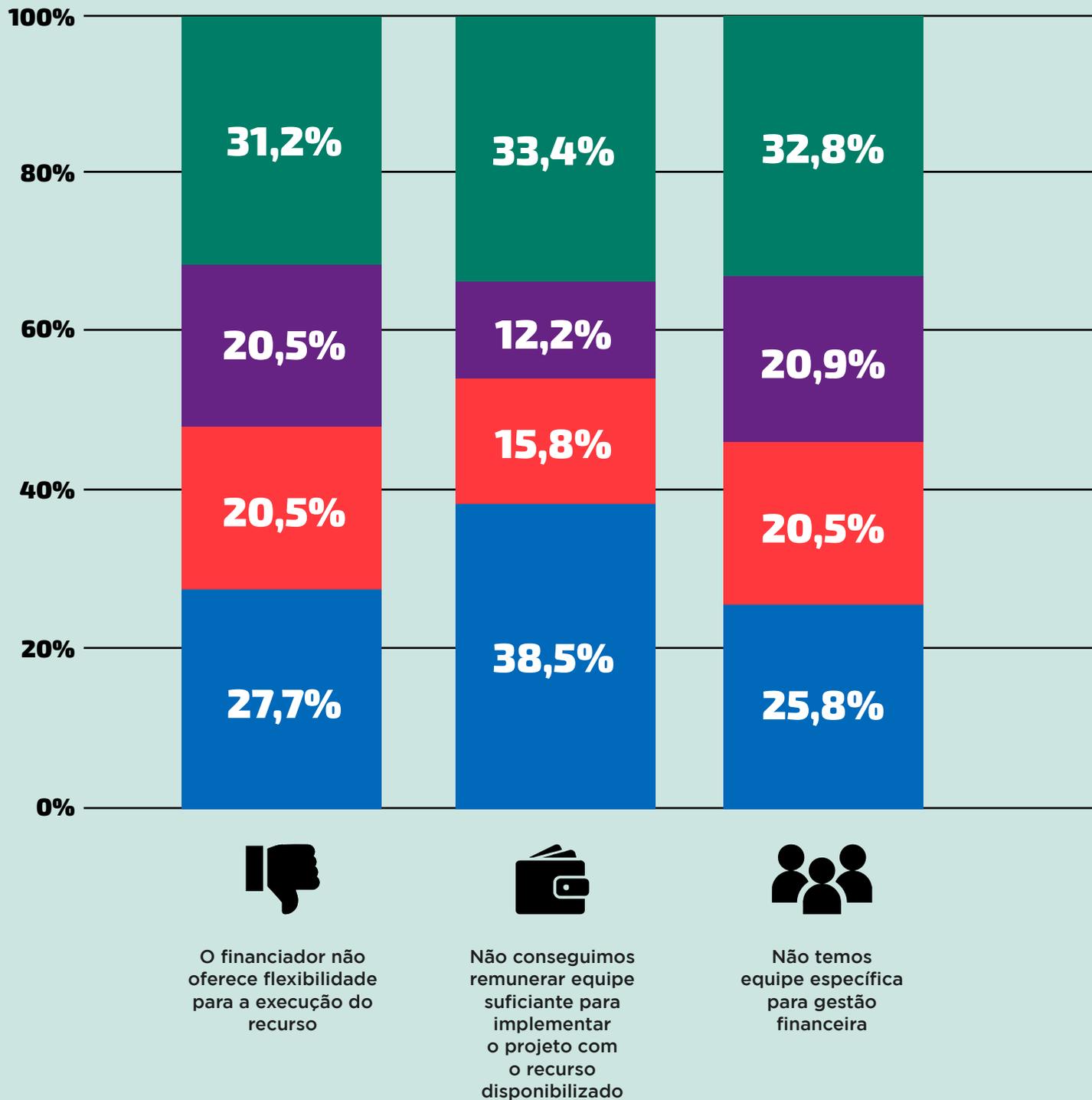
Para 88,8%, melhorar as condições de comunicação externas das organizações por meio da destinação de recursos para essa finalidade é importante ou muito importante e para 93,8%, a criação de novos projetos é importante ou muito importante. Os dados demonstram o desejo das organizações em melhorar as condições de seus serviços e oferecerem novos projetos, demonstrando o desejo de expansão de sua capacidade de trabalho. Tal afirmação se baseia no fato de que quase 50% responderam que o uso do dinheiro para remuneração da equipe seria muito importante e produtor de impacto.

No que diz respeito aos desafios encontrados pelas iniciativas na gestão de seus projetos, 72% das iniciativas disseram necessitar de mais conhecimento de gestão financeira. É razoável se imaginar que essas iniciativas enfrentam esse desafio na medida em que costumemente não acessam esses editais, de modo que, essa seria uma demanda introduzida pelo acesso. 59% afirmam como um grande desafio, o fato do tempo esperado para a execução dos projetos não corresponderem com o impacto desejado pelas iniciativas, o que seria um impeditivo burocrático para ações tão importantes e necessárias.

Ainda, 56,5% consideram urgentes as condições de prestação de contas. Para essa população amostral, a prestação de contas seria um processo demasiadamente burocrático, o que funcionaria como mais um impeditivo imposto pelo edital. Esse fato se conjuga a um outro, o de que para 59,6% a falta de uma equipe responsável pela organização financeira é imprescindível para os problemas com a prestação de contas, por exemplo. Esse é mais um elemento imposto pelas condições de precariedade na qual se encontram as iniciativas mapeadas que não possuem, muitas vezes, número suficiente de pessoas para desempenharem funções específicas. Como consequência do grau de precariedade tem-se o fato de que 58,6% disseram que a falta de dedicação exclusiva e recursos humano na implementação dos projetos com os recursos disponibilizados é também um desafio, visto que os recursos são pontuais e não perenes, logo, aqueles que implementam as ações e possuem outras atividades de remuneração, não podem abdicar de uma certeza, para ocupar um cargo passageiro.



QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA SUA ORGANIZAÇÃO PARA GERIR FINANCIAMENTO?



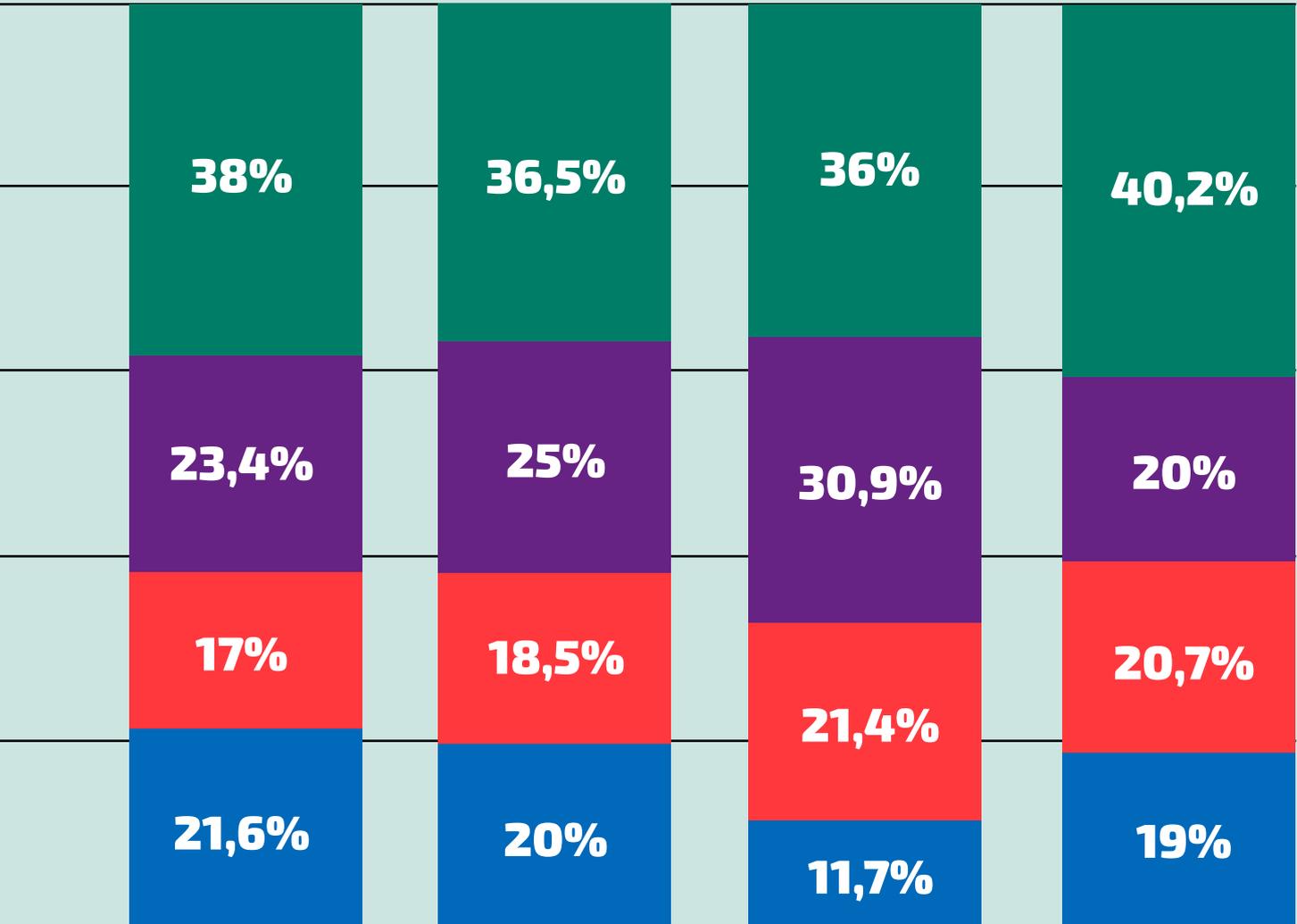


MUITO RELEVANTE

POUCO RELEVANTE

NÃO SE APLICA

RELEVANTE



As condições de prestação de contas são muito burocráticas



O valor do recurso designado para o projeto não condizem com o impacto esperado



O tempo de execução exigido para o projeto não condiz com o impacto esperado



Precisamos de mais conhecimento sobre gestão financeira e de projetos



Por fim, um dado muitíssimo importante: o de que 71,9% das organizações consideram urgente - demonstrados nos gráficos com a maior referência de desafio e impacto - a falta de flexibilidade na execução dos recursos no processo de implementação dos projetos. Muitos gastos inesperados podem surgir e o orçamento estaria limitado ao definido pelo edital, que desconsidera as limitações e necessidades locais. Daí a necessidade de expandir a rede de filantropia pautada na confiança, qual seja, aquela em que as doações são feitas do doador diretamente para as iniciativas em que ele confia, dando aos projetos maior flexibilidade de execução orçamentária.

Os dados demonstram que, por vezes, a falta de acesso ao financiamento se dá pelo conjunto das desigualdades e precariedades enfrentadas pelas ações e pela forma burocrática e deslocada da realidade das periferias, e não por falta de conhecimentos técnicos necessários para o acesso a estes. As organizações sabem como acessar, contudo, não possuem recursos pessoais para tal, na medida em que funcionam a partir do voluntariado e com funcionários desempenhando outras atividades produtivas. Ao não considerar esse fato, o sistema de financiamentos tradicional acaba por naturalizar e reproduzir as desigualdades de raça, classe e gênero já enfrentadas pelos projetos por meio da não contextualização das condições coletivas específicas enfrentadas, impossibilitando que ações importantes e com ampla abrangência acessem recursos fundamentais para seu desenvolvimento.



É possível acessar os dados, de modo minucioso, com as especificidades de cada região do país, gráficos, tabelas e os depoimentos do que essas iniciativas esperam do futuro nas redes e plataformas [CLICANDO AQUI](#)

Diante do cenário colocado, da expressividade das regiões Norte e Nordeste e dos desafios enfrentados por eles, a equipe da PIPA foi a campo para compreender além dos dados, as realidades locais, para que se possa pensar coletivamente as saídas possíveis, para uma filantropia que cumpra sua função social e não seja mais uma reestruturadora de desigualdades, como demonstraram os dados da pesquisa.



(RE)FAZER A COSMOVISÃO DA FILANTROPIA BRASILEIRA: METAVERSOS MATERIAIS EM ESTUDOS DE CASO.

Por Luana Batista - coordenadora da pesquisa

Em uma curiosidade etimológica, busquei o que seria filantropia no dicionário, encontramos o seguinte significado: “amor excessivo pela humanidade”. Caridade; demonstração de generosidade; tendência para ajudar os mais necessitados; falta de interesse. Por saber que conceito é diferente de palavra, buscamos para o que os especialistas vinham descrevendo sobre a filantropia enquanto um conceito e uma prática.

Começamos alinhando o conceito e o entendimento da filantropia de que doação é um instrumento, instrumento que o doador ou filantropo utiliza para apoiar organizações que atuam em causas em que ele(a) acredita. Doações essas, que são uma ferramenta poderosa para o exercício de uma cidadania ativa e pulsante.



Mas filantropia se resume a doação de dinheiro? Não! O conceito é abrangente no que diz respeito a sua prática e se desdobra em outros significantes em modos de performance e atuação. Fala-se em artigos publicados pela Uol² e Galileu³ de uma filantropia capaz de ajudar o próximo como uma doação de sangue, fazer compras no mercado para idosos durante a pandemia, uma série de boas práticas que está diretamente imbricada com o exercício da alteridade e empatia, da promoção da dignidade, do bem-viver e da construção de um mundo menos desigual. Este conceito tem a ver com mudança efetiva, investimento social e desenvolvimento. Ou seja, todos podem praticar ações filantrópicas independente de suas contas bancárias.

Importante frisar que a filantropia não existe para suprir as demandas provenientes do Estado e nem ser assistencialista, a frase máxima “não pode se dar o peixe é preciso ensinar a pescar”, não leva em consideração que muitos não possuem o rio para pescar, ou em alguns casos, o rio e os peixes estão mortos por mercúrio, outros poluentes ou desastres ambientais oriundos da crise climática e do descaso. Nos Estados Unidos, por exemplo, o termo é entendido de maneira bem mais ampla e positiva, sendo relacionado a doações efetuadas em benefício daqueles que estejam mais necessitados, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante desse cenário, buscamos contribuir com essa pesquisa e os dados apresentados para a descentralização dos recursos do investimento social privado no Brasil, quem são as pessoas que estão construindo o mundo com as próprias mãos e com isso contribuindo para uma construção de nação? Como elas têm feito isso? Com quais recursos? Os recursos estão chegando até elas? Nos parece que não, como já foi apresentado na sessão anterior com os gráficos e os dados que desenham essa realidade.

Deste modo, para dar seguimento precisamos compreender a filantropia no território brasileiro e a sua cultura de doação. A filantropia busca realizar mudanças estratégicas, efetivas e de longo prazo que promovam desenvolvimento econômico e social, quando falamos de Brasil, segundo o último Índice Global de Solidariedade, de 2018, o Brasil teve seu pior desempenho de doações já registrado: ocupou o 122º lugar no ranking

2 | Fonte: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/06/01/o-que-e-filantropia-instituicoes-garantem-acessos-da-saude-a-educacao.htm>>

3 | Fonte: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/11/filantropia-os-aspectos-positivos-e-negativos-das-doacoes-milionarias.html>>



geral, que lista 146 países. Em 2017, o Brasil estava na 75ª posição. Durante a pandemia batemos recordes de doações, ultrapassamos R\$ 6,5 bilhões segundo o Monitor das Doações da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). Isso prova que podemos evoluir com uma cultura de doação.

A questão é: como a doação está sendo feita? As notícias de recorde de doações no início da pandemia contrastam fortemente com indícios de enfraquecimento de boa parte das organizações da sociedade civil (OSC) no mesmo período, como demonstram nossa pesquisa, sobretudo nas periferias e áreas descentralizadas. Percebemos que há uma centralização dos recursos em organizações da região sudeste em ONGs de grande porte, atuantes da capital.

Nesse contexto, esta pesquisa tem por objetivo defender a descentralização desses recursos, e buscou compreender como as iniciativas têm produzido e respondido às necessidades locais dos territórios, sem ter acesso a partilha dessas doações. Muito tem sido produzido com muito pouco, a nossa pesquisa demonstra como a baixa doação para os territórios periféricos tem construído uma prática que chamamos de filantropia territorial.

A filantropia territorial entende-se, o movimento coletivo de construir a realidade do território com as próprias mãos, sem apoio do Estado e sem apoio de doações. Após circular com o formulário de pesquisa da iniciativa pipa, fomos a campo para uma pesquisa in loco. O objetivo foi compreender como se fazia muito com tão pouco. Como é possível uma organização de 5 a 10 pessoas, todas voluntárias, jovens, negros, em sua maioria mulheres, impactarem a vida de outras 250 pessoas com menos de R\$ 5.000 durante um ano? Como se sustentam financeiramente? E quais são os efeitos da baixa doação.

Como apontam as pesquisas da série **“Estudos Emergência Covid”**, publicada pelo Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), esse dinheiro das doações ficaram centralizados no sudeste, sobretudo nas capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ressaltamos que a cultura de doação e a centralização do recurso é um problema que antecede a pandemia, mas diante do recorde batido, por que o dinheiro não foi melhor distribuído?



Recapitulando, podemos observar na seção anterior que a pesquisa realizada pela Iniciativa PIPA conseguiu angariar 607 respostas, acerca da realidade de iniciativas diversas, espalhadas por todo o território nacional. Focamos em mapear iniciativas que estão construindo a realidade nas diversas periferias do Brasil promovendo a cidadania para centenas de famílias. Os dados nos mostraram um cenário que cria um paradoxo diante dos dados apresentados anteriormente no campo.

Nossa pesquisa teve um destaque com a quantidade de iniciativas oriundas do norte e nordeste que disseram ter suas demandas aumentadas durante o período pandêmico, ao mesmo espaço de tempo em que as doações diminuíram, visando a descentralização do recurso e o destaque da região, fomos visualizar de perto como é possível transformar, impactar e produzir novas realidades diante de tão pouco.

Visitamos 3 iniciativas em Pernambuco, 3 na Bahia, 4 no Pará e 1 no Rio de Janeiro. Iniciamos por Pernambuco como um projeto em uma cidade no interior, desenvolvido em uma favela. O segundo projeto visitado se desenvolve em uma cidade histórica, na periferia. Tivemos o seguinte cenário: os jovens do projeto flores e do projeto margaridas que estão na linha de frente do projeto e a maioria impactada por ambos são negros e meninas, as pessoas atuantes na governança dos projetos, também trabalham em outras frentes e não podem dedicar-se exclusivamente a iniciativa, pois o trabalho dedicado ali não garante renda para que possam sobreviver. Pelo contrário, usam os seus salários em outras jornadas para manter os projetos vivos.

Já o Projeto Violeta na cidade de Recife, no centro da capital, capta cerca de meio milhão de reais por ano, todas as pessoas da gestão são contratadas e empregadas por CLT, todas as pessoas da governança são brancas, fazem parte de uma rede internacional, produz um impacto de mais de 10 mil jovens, possuem CNPJ ativo e assistência contábil, enquanto Flores e Margaridas que estão fora do centro de Recife, destacavam as dificuldades de conseguir recursos para abrir um CNPJ e cumprir com suas demandas fiscais.

“Eu não sei fazer sozinha. Atuar no Flores é sair catando os olhares de conquista do futuro. O projeto é transformação, o projeto move o desejo de mudar o mundo, é uma borboleta sobrevoando.”



Foi isso que me disse uma integrante do Flores, na região metropolitana de Recife, Pernambuco. Ela é membro de uma das iniciativas que participaram da nossa pesquisa. Fomos até lá por intermédio da nossa pesquisadora, Débora Paixão. Fomos muito bem recebidos pelos jovens que constroem a iniciativa, todos moradores da favela, estudantes universitários que um dia já foram impactados pelas ações do Flores.

Conversamos com a equipe gestora da associação, depois caminhamos pela comunidade para conversar com os moradores que são impactados pelo projeto.

Foi uma linda recepção que nos deu a oportunidade de angariar dados riquíssimos, dos quais o formulário online não daria conta. O primeiro deles é que segundo os representantes do Flores, era a 1ª vez que alguém de fora, sobretudo do Sudeste vai até Pernambuco e chega ao município deles, fora da capital para visitar o projeto, destacam que: “a maioria dos recursos não chegam no Norte e no Nordeste, quando chegam eles ficam centralizados na capital, vão para Recife, por exemplo, não chega aqui, com isso aumenta a nossa dificuldade de captação de recursos.” O que dificulta a efetividade de construir uma revolução no território. É assim que os jovens do projeto se enxergam, como grandes revolucionários e isso pode ser medido, a partir do impacto gerado na comunidade, a partir do relato de uma liderança.

“Quando éramos pequenos a maior parte da molecada, entre 15,16 e 17 anos entravam para o tráfico aqui na comunidade, era um cenário de muita desigualdade e violência. Um dado importante é que o município em que essa iniciativa se desenvolve tinha um dos maiores índices de criminalidade de Pernambuco. Hoje, as crianças que cresceram com o Flores, no nosso projeto, nenhum jovem hoje da comunidade está envolvido no tráfico. Tanto que para abastecer as pessoas que são usuárias precisa vir de fora e quando tem atividade do projeto essas pessoas nem aparecem por aqui.” “Você consegue perceber a dimensão e o impacto que o projeto tem?” Me perguntou uma das lideranças.

A liderança continuou, “nós conseguimos ficar com crianças para que as mães possam fazer cursos profissionalizantes que a gente também oferece, a gente oferece oficinas de arte, cultura, empreendedorismo social, trabalhamos com tecnologia, assistencialismo e educação. Temos projetos de empreendedorismo social e empregabilidade, nós mostramos que a educação pode transformar vidas! Hoje todas as pessoas da gestão do Flores, estão na universidade pública, os jovens locais não estão mais envolvidos com o mundo da criminalidade e tudo isso sem receber nenhum centavo de salário. O lanche que oferecemos para as crianças nas oficinas, são doações dos próprios



moradores, da padaria e da vendinha da comunidade, que veem o nosso trabalho e acreditam nele. Porque isso tem construído uma favela de talentos, potencialidades e revolução. Imagina o que a gente poderia fazer se tivéssemos mais apoio?”

Durante a pandemia, o grupo que conta com cerca de 15 jovens na linha de frente, atendeu cerca de 500 famílias. Moradores locais relataram que nunca tinham visto a fome de perto como naquele momento, tiveram muito medo e o projeto salvou a vida deles, “É Deus no céu e eles aqui por nós, caso contrário não sei o que seria de mim” me disse Rosa, uma moradora da comunidade.

Durante as enchentes que tiveram lá em Recife e região nos últimos anos, muitas famílias foram atingidas, inclusive na região metropolitana, os moradores nos contou que: o dinheiro ficou todo na capital, não chegou nada na região metropolitana, as pessoas também perderam suas casas, sua alimentação, elas também precisavam de doação de água e de colchões, mas as políticas públicas e as doações não chegavam para elas. Então esses jovens desse projeto social de Pernambuco, mobilizaram localmente toda uma campanha de arrecadação e que ajudou a população local, pagavam aluguéis, compraram comida, distribuíram colchões e cuidou de toda a comunidade.





O ano de 2022 foi o primeiro ano em que eles conseguiram garantir o mínimo de fortalecimento institucional e graças a isso, foi um dos anos de maior captação de recursos e participação em edital, conseguiram captar cerca de 95 mil durante o ano e impactar 5 mil pessoas. Esse fortalecimento implica em contratar uma pessoa para organizar as questões administrativas do Flores por um salário mínimo, contratar três estagiários por 300 reais e garantir 12 bolsas de 60 reais. Com essa mobilização, ampliaram sua captação e expandiram ainda mais os projetos para o território. Conquistaram até mesmo uma sede, que é um apartamento em um conjunto habitacional popular. “meu sonho é ter toda a governança do Projeto contratada”, disse uma das lideranças locais.

Os moradores nos contaram a importância do projeto para eles, de que só se era possível existir ali devido às ações do Flores, “foram eles que ajudaram as crianças a estudarem durante a pandemia, foram eles que nos salvou na época das chuvas, são eles que nos ajudam quando falta o gás, a comida, são eles que ajudam as mulheres a conseguirem emprego e renda na nossa comunidade. O que eles fazem por nós e pela favela, nenhum político eleito fez”, me disse uma moradora que participa junto com suas três filhas das atividades do projeto.” O Flores dá a oportunidade para muitas





“pessoas se profissionalizarem, principalmente mulheres e ainda fica com as nossas crianças pra gente fazer o curso”.

“Deus, Jesus e o Flores é quem eu agradeço todos os dias”

“Quando não é dia de atividade, meus filhos querem ir a pulso. Governo nenhum faz por nós e por nossos filhos o que o Flores faz”

“Na pandemia eu conheci a fome e eles me deram a mão, a gente percebe que eles sentem prazer em ver a gente viver melhor”

“O Flores é a melhor coisa que nos acontece, fico até sem palavras”

Esses são alguns dos depoimentos coletados enquanto perambulávamos pela comunidade com a juventude do Flores, sob alegrias e risos de muita emoção.

Não foi muito diferente em na periferia de Ouro Preto, conhecemos um projeto que existe há 29 anos e desenvolve uma série de atividades que vão desde a creche escolar para garantir que as mães do bairro possam trabalhar, oficinas de corte, costura e artesanato para a terceira idade, atividades de arte e culturas para adolescentes, tendo eles o pastoril mais importante e de maior impacto em Pernambuco hoje, até cursos de nail design e sobancelhas para fomentar o empreendedorismo local e garantir emprego e renda para as mulheres da comunidade. O chamaremos de Margaridas.

A sede do projeto é a casa da idealizadora do projeto, também conhecida por teimosa, fomos recebidos por ela e por uma jovem que a apoia hoje no projeto. A idealizadora tem mais de 70 anos e sofre com sérios problemas de saúde, e os problemas com o projeto agravam sua situação. A última questão foi a pressão que chegou a 20 porque não tinha dinheiro para o lanche das crianças na creche.

Quem está ao seu lado hoje e tocando o projeto com ela é uma jovem de um pouco mais de 20 anos e que participa das atividades do projeto desde os 05 anos de idade, foi aluna da creche, fez parte do pastoril, fez faculdade, tornou-se professora e hoje ajuda a construir o projeto que tanto contribuiu com sua vida, disse ela.

Atualmente o projeto Margaridas passa por uma situação crítica, durante a pandemia houve uma quebra grande de doações. A creche que antes funcionava em período



integral, com o apoio da prefeitura, agora só funciona meio período, a alimentação dos alunos da creche e das atividades outras acontecem por meio de doação local, a própria comunidade e o comércio local é quem faz a organização territorial para garantir a sobrevivência do projeto. São 07 mulheres, atendendo cerca de 100 pessoas diariamente, entre a creche e as demais atividades, fora as ações com o público externo em torno da comunidade.

“ A gente sobrevive aqui e tem dias que não tem dinheiro para o lanche das crianças, então não tínhamos como oferecer almoço e manter a creche em tempo integral, isso fez com que as mães buscarem outros meios para cuidar de seus filhos, antes da pandemia quando tinham parceiros fixos e parceria com o poder público, atendemos 100 crianças só na creche, hoje, com a crise e a creche em meio período, 80 crianças precisaram buscar por outra creche ou as mães deixaram de trabalhar, atendem hoje 20 crianças diariamente.” Todas as crianças da creche são negras.

Diferente de um dos coletivos de Pernambuco (Flores) que tem uma equipe de 10 a 15 jovens atuando na governança, o outro (Margaridas) só possui duas voluntárias, sendo uma delas uma senhora com mais de 70 anos, para organizar o administrativo, garantir doação para pagar o salário de 600 reais das professoras da creche, o lanche diariamente, a compra de materiais das outras oficinas e toda articulação e cuidado interno. A jovem que o acompanha também é professora da rede pública, de onde tira seu salário e sustento, ela nos conta sobre a dificuldade de participar de editais e escrever projetos diante de tantas demandas. Ela sonha com o dia em que o projeto possa pagar um salário mais digno para os professores e possa contratá-la para as demandas internas, com isso ela poderia dedicar-se exclusivamente ao projeto e buscar por mais ajuda.

Em Pernambuco, os projetos que atuam fora da capital, em territórios periféricos, além de confirmar nossos dados, escancarar as contradições mediante o contingente de doações e o acesso, deixou claro a importância de um fortalecimento institucional desses espaços, mas não só. Desenhou o poder de transformação social que as periferias têm em produzir, uma série de inteligências e tecnologias sociais capazes de gerar emprego, renda, aquecer a economia local, promover cidadania, combater desigualdades e garantir os direitos básicos da sua comunidade.

Direitos básicos como uma vaga na creche, emprego para mães solo, água para beber, comida quando se tem fome, acesso à arte, cultura, educação, são parceiros do



desenvolvimento social do país. As favelas como um lugar de revolução e transformação social.

Quando fomos à Bahia e conhecemos os projetos que denominamos Girassol e Cactus - nomes fictícios utilizados como critério de manutenção do anonimato das iniciativas. Outro dado que nós suspeitamos e observamos na pesquisa foi confirmado, essas organizações que atuam nessas periferias elas atuam em mais de uma frente, porque a vida urge e essas vidas tem urgências de acesso a direitos básicos, em sua grande maioria o público-alvo é infanto-juvenil, mas tem sempre um movimento de incluir toda a comunidade e o impacto que elas geram reverbera em todo o território.

Os projetos atuam com arte, com educação (alfabetização, reforço escolar, doação de material escolar), com cultura, com discussão de igualdade étnico-racial, com música e diversas linguagens da arte como: teatro, dança, artesanato, promovem feiras, desenvolvem empreendedorismo social, captam alimentos e roupas para fazer doações e bazares, produzem roupas para vender, fazem eventos e feiras para conseguir recurso para manter os projetos vivo. Criam hortas para complementar as doações e garantir os lanches e refeições de todos que são atendidos pelos projetos e muitas vezes, os voluntários que atuam nessas ações coletivas são as mães das crianças atendidas pelo projeto.

Na Bahia, as organizações relataram o mesmo que as de Pernambuco, “nunca recebemos ninguém interessado no que fazemos, é a primeira vez que somos visitados in loco”, nossa visita era motivo de muito orgulho e despertava muita curiosidade dos projetos, no que diz respeito à finalidade dos dados da pesquisa.

“A gente está aqui porque a gente ama e sabemos da importância desse projeto para a comunidade”, me disse uma liderança baiana. Uma das gestoras da associação “Girassol” e idealizadora da Ong. Localizada no centro-norte da Bahia. Atendem de crianças a idosos, cerca de 50 pessoas passam pelo projeto nas oficinas e umas 300 passam pela casa.

O projeto existe há 16 anos e todos osicineiros e gestores são voluntários, desenvolvem atividades de teatro, percussão, dança, yoga, violão, corte e costura, capoeira, agroecologia, quintal de alimentos, artes visuais, culinária, confecções, criação de galinhas e venda de ovos.



Apenas uma pessoa recebe o valor de 300 reais na instituição, os gastos com contador, água e internet e luz, são pagas com a venda de ovos, plantas e confecções. Não pagam aluguel, pois o prédio que ocupam foi doação do Estado.

A liderança de Girassol nos conta que não tem nenhum parceiro fixo, que o respiro do projeto durante a pandemia foi a lei Aldir Blanc, que não fosse essa política pública emergencial, eles estariam zerados hoje e não conseguiriam ter apoiado as 100 famílias que ajudaram durante a pandemia com distribuição de alimentos e nem saberia como voltariam com as oficinas e acolhimento pós pandemia, o dinheiro está acabando e o desafio está colocado novamente, chorando, ela nos disse. “Mas eu não desisto, porque eu amo, e depois quando eu vejo um aluno que passou aqui entrando na faculdade, conseguindo um emprego, eu me sinto realizada, foi mais um sonho que voo, foi mais uma cidadania garantida, mais uma criança que brincou”.

Finaliza com um apelo de que os recursos precisam ser contínuos e perenes e não pontuais, “parece que todo esforço é perdido quando os recursos acabam”. E frisa, “nós não estamos aqui de brincadeira, todo mundo trabalha aqui e em outros projetos, estamos aqui porque acreditamos no poder transformador que isso tem, todas as crianças do nosso projeto se desenvolvem melhor na escola, já acolhemos muitos casos de assédio e abuso, direcionamos para os órgãos competentes, somos uma rede de cuidado, seguridade, proteção e garantia de direitos, de uma vida mais digna para essas crianças, jovens e mulheres que passam por aqui. Os recursos quase não chegam aqui, quando vem para a Bahia, grande parte fica em Salvador, Feira de Santana tem muita indústria e comércio mobiliza alguma um pouco, mas aqui no interior, no sertão, onde tudo é mais difícil, para fazer uma faculdade tem que sair do município, para ter acesso a muitos direitos é preciso se deslocar, que é onde a necessidade é mais urgente o dinheiro não chega.”

O cenário é bem parecido na região do sisal com o projeto “Cactus”. Com 20 anos de existência o grupo vem construindo uma linda história de luta e resistência num território de baixo IDH, extremamente rural, com alto índice de analfabetismo, diante desse contexto possuem uma relação profunda e um trabalho denso no campo e na cidade, possuindo uma sede na cidade e um ponto de referência e apoio para eventos, reuniões e festividades na zona rural. “o reggae vai viajar até encontrar o último irmão/irmã”, me disse uma liderança de Cactus, para explicar a abrangência das ações coletivas que são construídas por eles.



O projeto Cactus, também atua em várias frentes, os projetos se adequam e buscam saídas de acordo com a necessidade do território, o projeto nasce discutindo as violências urbanas e o racismo vigente no território. As organizações que atuam nas bases, suprem uma demanda urgente do território, e por isso atuam em diversas frentes, na medida em que a vida urge e as necessidades não cessam de aparecer em sua imediatez de ação: é preciso agir rapidamente para garantir a existência dessas pessoas.

Hoje, desenvolvem o reggae educação que é um projeto de arrecadação de materiais escolares e de doação desses materiais para crianças e jovens da zona rural e da cidade. tem capoeira nas comunidades, fut reggae, o dia de debate, o bloco próprio do movimento no carnaval promovem aulas de violão, formação política, informática reforço escolar também possui um projeto de acolhimento e promoção de saúde mental para mulheres mães que perdem filhos que são mortos pela violência urbana promovem uma série de atividades durante o Novembro Negro para a promoção da consciência racial, durante a pandemia começaram um super movimento local de arrecadação de alimentos e acolhimento de estudantes e desenvolver uma série de projetos: mães da favela, que distribuíram 25 cests básicas durante 6 meses; periferia sem fome, que garantiram internet e reforço escolar para uma série de estudantes para que pudessem acompanhar as aulas remota durante o período da pandemia do coronavírus. além de tudo isso ainda possuem uma fábrica que na verdade é uma máquina ou fabricação própria de bonés e camisetas, eles possuem um sonho de ter



a própria fábrica e a própria grife para produzir empregos gerar renda e sustentar os projetos e ações do Cactus.

O grande objetivo deles é transformar vidas, as paredes são importantes. mas com ou sem elas acontecemos, a gente tá preocupado em manter nosso povo vivo”

Foram responsáveis pelo primeiro festival de cinema no território do Sisal, a biblioteca preta, apareceram na televisão, ocupam todos os espaços de decisão como os conselhos municipais de Educação, de Cultura, de saúde, discutem sobre patrimônio cultural sobre memória e ancestralidade. Muitas vezes essas organizações, são responsáveis por grandes feitos para os seus territórios, inclusive de visibilidade midiática, apresentando seus locais com outros olhares.

Assim, como no Girassol, no Flores e no Margaridas, o Cactus também não tem fortalecimento institucional e garantia de salário e renda para as pessoas que estão na gestão do projeto, todos são voluntários e muitas vezes trabalham em outras frentes e tiram o dinheiro do próprio bolso para manter os projetos ativos e acontecendo.

Um dos integrantes até brincou dizendo: “se fosse uma igreja evangélica é os 10% que a gente rala e paga para manter a sede e os projetos, é isso que a gente faz, paga para isso aqui existir, para poder transformar vidas porque isso aqui transformou a minha vida, o Cactus me ensinou que eu poderia sonhar e que eu não precisava ser morto



nem pela polícia e nem por uma gangue local.”

Apresentamos o Nordeste e um pouco do cenário que encontramos para vocês, não é muito diferente do que acontece nos interiores e periferias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Brasília, Goiás, Goiânia, nas regiões do centro-oeste, do Sul e Sudeste. Por mais que o dinheiro fique concentrado no Sudeste, ainda assim, existe uma gama diversa de iniciativas incidindo em seus territórios, com muito pouco ou nenhum repasse de dinheiro. O que reflete e comprova os problemas já apontados anteriormente, de que não temos uma grande questão a ser resolvida na cultura de doação no Brasil, precisamos ampliá-la e o dinheiro não chega na ponta para aqueles que mais precisam. Muitas vezes essas iniciativas não são nem mapeadas como possíveis de donatários, por não possuir um CNPJ, ou um portfólio adequado exigido pelos editais, ou por não estarem nas redes e terem os contatos certos, e o Norte deixou isso bem escancarado.

Falaremos um pouco da nossa ida ao norte e de como esses desafios são colocados de forma ainda mais drástica para lá, desde a dificuldade de circulação pelo território, até mesmo as dimensões sociais climáticas e territoriais que são próprias da identidade local, e, quem narra essas problemáticas para nós, são os corpos de lá, os pesquisadores Maré cheia e Anderson e os interlocutores dos grupos que participaram da pesquisa.

É preciso levar em consideração que somos um dos países mais biodiversos do mundo, possuímos uma enorme quantidade de manifestações culturais e jeitos de existir enquanto brasileiros, somos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, moramos no campo e na cidade, temos necessidades diferentes, e, todas essas vidas, são importantes e merecem ter suas garantias sociais e direitos adquiridos, pois falar de Amazônia e crise climática, estamos falando de territórios históricos e milhares de pessoas que são impactadas

Não tem como pensar na produção de um impacto sem considerar as questões de clima, acesso, vegetação, território e identidade de um povo. No Pará, nós conhecemos quatro projetos: um na Ilha do Outeiro na cidade de Belém, denominado por Rosas, com o projeto de empreendedorismo negro feminino onde várias mulheres negras, mães, se reúnem para produzir, comercializar e gerar emprego e renda coletivamente. Conhecemos fazedores (as) de cultura na Cidade de Santarém, fomos até um centro cultural de comunidade indígena em Alter do Chão e fomos até um quilombo do outro lado do rio, entre os rios Tapajós e o Rio Amazonas, na Cidade de Santarém/PA.

Devemos adiantar que a nossa ida para o Pará gerou bastante expectativa, afinal eles



também nunca haviam recebido uma visita de uma organização externa, “geralmente os editais, as políticas, as ideias chegam até o território sem as pessoas conhecerem o território”, foi o que nos disse uma interlocutora, liderança e presidente do conselho dos Quilombolas da Cidade de Santarém no Pará.

Em todos os lugares que fomos as pessoas relataram sobre a dificuldade de circulação pelo território, uma vez que se tem poucos voos para região norte, Santarém, especificamente é um lugar que você só sai de barco ou de avião e as passagens são bem caras. Isso dificulta a locomoção e circulação de bens, serviços e consumo, os aviões que vão para lá, geralmente, são mais velhos, não tem mais que um voo por dia, com frequência atrasam e a dificuldade começa por aí. Depois relataram também sobre a dificuldade de acesso à internet, pouco sinal, quando chove é sempre um problema e chove quase todos os dias, muitas comunidades estão em territórios que são afastados que não pega sinal de Internet, logo não são pessoas que estão alimentando a rede e por dentro da circulação de editais e de notícias nesse sentido, muito menos preocupados em produção de portfólio.

“Se a gente tá vivo, isso já é o portfólio! O nosso corpo, a nossa cor é a nossa cultura”, disse a presidenta do Quilombo que nos recebeu em Santarém. “Muitos dos nossos rituais não podem ser fotografados, não podem ser registrados. Isso faz parte da nossa cultura, esse tipo de exigência acaba até desrespeitando o nosso modo de existir.” Muitas pessoas não conseguiram participar do edital da Lei Aldir Blanc que produziu um grande impacto no território e na região por essa exigência, mas ao mesmo tempo, foi a primeira vez que o quilombo, comunidades indígenas e outros grupos, conseguiram ter acesso a recurso externo.

Porém, entretanto, todos os coletivos relataram a importância do processo de implementação da Lei Aldir Blanc, ela foi pensada no território, houve participação das lideranças locais no processo de avaliação e na banca examinadora, representantes da comunidade participaram ativamente no processo de construção, pautando as necessidades locais e disputando para melhor adequar a lei de política pública ao território, e, com isso conquistaram esse marco de garantir que muitas iniciativas e grupos periféricos tivessem acesso ao financiamento, infelizmente, mesmo com todo esse trabalho muitos coletivos ficaram de fora, sobretudo os povos originários.

No centro de arte indígena que conhecemos, fomos recebidos por uma liderança indígena Borari, nascida e criada em Alter do Chão, que nos conta a história do



espaço e da associação que agrega mais de 30 mulheres Boraris e existe há mais de 25 anos. Desenvolvem um trabalho de empreendedorismo social e empregabilidade, arte, cultura e acolhimento dessas mulheres que trabalham com moda indígena, cerâmica, bijuterias, dança, oficinas, entre outros. A Lei Aldir Blanc, foi a primeira vez que receberam recurso, nunca receberam recurso do ISP até os dias de hoje. Isso demonstra como em determinadas regiões o poder público é o único que consegue chegar, aqui, se apresenta uma importância de focarmos investimento nessas áreas, por motivos de desigualdade histórica que se agravou nos últimos anos, ilustrando assim a necessidade de se retomar e construir uma outra realidade para a relação entre o poder público e ISP/Filantropia.

A indígena nos contou sobre o impacto e a importância que o recurso trouxe para a comunidade, mas ao mesmo tempo fez um lamento: “temos mais de 70 povos indígenas registrados aqui apenas três conseguiram acesso à política pública. a lei, quem recebeu foi ótimo, trouxe mais dignidade, permitiu mais acesso, trouxe mais visibilidade e potencialidade para a gente. No fim do dia não mudou muita coisa com relação ao nosso trabalho, porque a gente continuou fazendo aquilo que a gente já fazia sem dinheiro nenhum, só que agora a gente consegue se dedicar exclusivamente às nossas demandas, a nossa Cultura, a nossa existência, ao nosso jeito de ser e estar no mundo, a gente consegue colocar comida na mesa sem ter que trabalhar em dois três trabalhos, a gente consegue ter um pouco mais de dignidade e levar mais dignidade para os nossos, porque com o recurso, conseguimos fazer maior e melhor aquilo que já sabemos fazer, criamos mais emprego e renda localmente, a nossa filosofia é potencializar e multiplicar para expandir, quando o dinheiro chega, conseguimos fazer isso, e conseguimos viver mais um pouco.” (Nilva, novembro de 2022)

“As pessoas que estão direcionando os dados e os recursos não conhecem a realidade e fazem editais para nós que não nos cabe, que muitas vezes nos deixam de fora, o oeste do Pará é uma outra realidade e tem que ser levada em consideração.” Nos disse a liderança do quilombo Arapemã, em Santarém/PA.

A mesma coisa me disse Nilva, a indígena que nos recebeu em Ukara Wasú. Ela me disse que são acostumadas a meter a cara para sobreviver, que a questão é não deixar morrer, a Aldir Blanc foi o primeiro edital que tiveram acesso, porque foi menos burocrático, porque contou com uma equipe local que discutiu as especificidades regionais dos povos originários e ainda assim dos 70 povos indígenas que compõem o território apenas três conseguiram ter acesso. são mais de 30 mulheres e famílias produzindo



autonomia renda e emprego na comunidade. “Muitas vezes tiramos do bolso para não deixar as parentes desistir. Nós fizemos o primeiro desfile indígena do Brasil e criamos o movimento da moda indígena, já fomos para muitos eventos e estados depois disso. Como ninguém olha para a gente, a gente mesmo tem que fazer por nós né?”

Ela nos conta que tudo foi feito e pensado para e por indígenas, desde a passarela, produção do evento a feitura das roupas. Foi um grande evento, “foi o espetáculo que nem a Fashion Week fez igual, temos muito potencial, somos muito capazes, fazemos muito com nada e quando o recurso chega a gente revoluciona, porque é a única coisa que falta. A inteligência e a capacidade a gente já tem, sabemos fazer, a gente só não tem acesso.”

Percebemos que existem muitas iniciativas espalhadas por todo o Brasil garantindo o Bem Viver de muitas comunidades, se não fossem a presença e a atuação delas dentro do território a desigualdade social e as mazelas sociais seriam muito maiores no Brasil. O que essas mãos estão produzindo é transformador, potente e revolucionário. Mas não é só o fortalecimento institucional que elas precisam e que elas querem, é preciso repensar todo o ecossistema do investimento social privado e filantrópico no Brasil, de modo plural e interseccional, é preciso aumentar a prática e a cultura de doação, garantir fortalecimento institucional para que os projetos tenham condições reais e materiais de atuação, editais que contemplem a realidade local, construir outras formas de avaliar e monitorar, diante dessa realidade colocada. É preciso reaprender o conceito de impacto social e transformação social que está mais atrelado e próximo da garantia de direitos básicos do que da espetacularização ou ostentação de um determinado território, o transformando no grande outro exótico, reificando sua existência.

Nos cabe perguntar: por que o dinheiro não chega para quem mais precisa? Quais as dificuldades em captar os recursos? As iniciativas nos disseram que sabem que existem editais, que por vezes eles sabem escrever, quando não sabem, articulam ajuda para avançar com o procedimento mais burocrático, o problema, segundo o mapeamento da pesquisa, vai de encontro com a escassez de recursos em detrimento e urgência de vida das comunidades, as seleções são muito concorridas, o modo como esses materiais chegam até o território, com relação a prazos e prestação de contas desconsidera o tempo e o trabalho de deslocamento e acesso a internet que é enfrentado pelas comunidades, com perspectivas de avaliação, monitoramento e contrapartida, ainda são com perspectivas coloniais e com demandas generalistas que não se adequam a realidade dos projetos, o que faz, com que o dinheiro fique centralizado e não chegue nas periferias.



Será que podemos dizer que a filantropia como está dada hoje reforça desigualdades de raça de gênero e de classe ao invés de produzir e ajudar a construir um país mais justo e igualitário? Como podemos reverter essa situação? Como construir mecanismos capazes de descentralizar os recursos e potencializar cada vez mais esse território? Como a gente vai cuidar de quem cuida? Olhar para as periferias como parceiras do desenvolvimento econômico e da transformação social do país e não como um lugar que precisa ser salvo por alguém de fora mais esclarecido.

Caso contrário, as iniciativas terão que sempre buscar formas de mais ou menos se encaixar, diante de muita escassez, a vida urge no cotidiano, ou eles garantem a qualidade de vida dos seus ou eles criam CNPJ. E temos um paradoxo aqui colocado, para o CNPJ requer tempo, recurso e fortalecimento institucional e é exatamente por não ter nada disso é que não se tem o CNPJ. Como garantir recursos para quem ainda não conseguiu a regularização fiscal?

Gelson Henrique, em seu artigo publicado pelo GIFE⁴, discute esse cenário com muita lucidez, ao apontar que as organizações filantrópicas e de investimento social privado precisam se repensar urgentemente. Precisamos criar mecanismos e estratégias para que o dinheiro chegue nas iniciativas, impactando a realidade das pessoas que mais sofrem no país com as desigualdades.

Esse autor, assim como a PIPA, defende a democratização do acesso aos recursos filantrópicos no Brasil. Para o autor, a cultura de doação também pode ser uma ferramenta de manutenção de desigualdades, ao não ser acessível aos coletivos e aos movimentos de base favelada e periférica, uma vez que ele fica centralizado com grandes instituições sudestinas e não é distribuído nas diversas pontas que estão sustentando esse país.

Parafraseando Henrique, é emergencial para o setor que coloquemos como pauta do dia a necessidade de criarmos uma agenda programática no ecossistema de doação e investimento que apoie o fortalecimento institucional de organizações que atuam nas periferias brasileiras e repense editais e formas de fortalecimento que considere as especificidades de cada região brasileira, de preferência, junto com aqueles que estão produzindo essa realidade.

4 | Fonte: <<https://www.facebook.com/GIFEoficial/posts/8713074298706516>>



É importante reivindicar que os modelos de financiamento, monitoramentos, avaliações, sejam acessíveis, a partir de novas formas de mensuração de impacto, e prestação de contas, com propostas reais que se conectem com a realidade da população mais atingida pela desigualdade sistêmica. Os recursos precisam chegar onde a realidade acontece!

No Brasil, a cada ano que passa, os movimentos sociais, as periferias vão ganhando uma centralidade no movimento político do país, por conta de demandas e retrocessos que vêm sofrendo na conjuntura nacional, desde os Indígenas, passando pela população negra, pelos ativistas que lutam por terra, mulheres e a população LGBTQIA+. Dado o cenário de terra arrasada é urgente que criemos agendas estratégicas nacionais e internacionais de fortalecimento desses movimentos para a consolidação de uma democracia a qual os pilares sejam o povo, que historicamente é quem a sustenta.

No que tange ao ecossistema filantrópico e do investimento social privado, há análises que apontam uma guinada do setor para o investimento no poder público, visando fortalecer políticas públicas e governos. O que é ótimo para um país como o Brasil que teve nos seus últimos 6 anos um desmonte da agenda de direitos. Mas ressalto aqui a importância de não deixar de se olhar para os movimentos sociais como um pilar prioritário na consolidação democrática no país e que precisa ter investimento significativo e de longo prazo para conseguirmos o fortalecimento da sociedade civil brasileira.

Não estamos inventando nenhuma roda, estamos construindo e aprendendo coletivamente com quem sabe fazer, ativistas de todo Brasil, coletivos e iniciativas. São muitas as iniciativas, projetos e ações que atuam nesse sentido, como por exemplo a Perifa Connection, Iniciativa PIPA, Fundo Agbara, Fundo Baobá, tem nos mostrado como fazer, é possível criar uma agenda antirracista, capaz de impactar nacionalmente, promovendo cidadania, justiça e transformação social ao combater as diversas desigualdades. **Nessa cosmovisão em disputa: qual metaverso filantrópico estamos construindo?**

Frente a este cenário, a Iniciativa Pipa tem como propósito articular, mobilizar, sensibilizar através da promoção de um debate efetivo, diverso e plural, para ampliar a cultura de doação e promover a descentralização dos recursos do investimento social privado, através de estratégias inovadoras e coletivas. Tendo como principal foco, a garantia de direitos e o fortalecimento da democracia brasileira.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Nu e a todas as iniciativas parceiras da Iniciativa PIPA que aceitaram participar dessa pesquisa e nos ajudar a construir uma nova agenda para a distribuição dos recursos do investimento social privado e filantrópico no Brasil. Esses projetos, estão construindo a realidade com as próprias mãos, defendendo a democracia, promovendo cidadania e garantindo o mínimo de soberania alimentar e bem viver para os que mais precisam. Esperamos que esses dados ganhem força e sejam utilizados da melhor forma, produzindo o impacto e as políticas públicas que buscamos, com muita prosperidade e parceria com as periferias que tem provocado transformações inovadoras e precisas para esse país. Repensar o modelo vigente e descentralizar os recursos é urgente!

Realização



Apoio





PIPA